

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO E DOUTORADO**

Luciana Raquel Picoli

**TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: OS CASOS DA ECOVALE E DA
COOPAECIA - RS**

Santa Cruz do Sul
2013

Luciana Raquel Picoli

**TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: OS CASOS DA ECOVALE E DA
COOPAECIA - RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado – da Universidade de Santa Cruz do Sul, para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Dr^a. Erica Karnopp
Co-orientadora: Dr^a. Virgínia Elisabeta Etges

Santa Cruz do Sul

2013

Luciana Raquel Picoli

**TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: OS CASOS DA ECOVALE E DA
COOPAECIA - RS**

Esta Dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado – da Universidade de Santa Cruz do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dra. Erica Karnopp

Professora Orientadora - UNISC

Dra. Virginia Elisabeta Etges

Professora Co-orientadora – UNISC

Dra. Cidonea Machado Deponti

Professora Examinadora – UNISC

Dr. Fabio Dal Soglio

Professor Examinador- UFRGS

Santa Cruz do Sul

2013

RESUMO

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: OS CASOS DA ECOVALE E DA COOPAECIA - RS

A presente dissertação consiste na pesquisa realizada sobre as cooperativas ECOVALE - Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas e COOPAECIA - Cooperativa dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado, localizadas, respectivamente, nas regiões Vale do Rio Pardo e Serra do Rio Grande do Sul. A questão central da pesquisa refere-se ao processo de transição agroecológica que os associados dessas cooperativas estão vivenciando, com o objetivo de analisar de forma comparativa as estratégias de reprodução social e econômica, bem como sua importância nas respectivas regiões. O método comparativo foi a metodologia utilizada para podermos responder, qualitativamente sobre o nível de transição em que ambas se encontram, revelando sua heterogeneidade. Concluímos que a renda dos agricultores da COOPAECIA é significativamente maior do que a dos agricultores da ECOVALE por conta da agregação de valor à matéria-prima por meio do processo de agroindustrialização. Portanto, os associados de Antonio Prado têm, hoje, sua reprodução social e econômica pautada na Agroecologia. Por fim, com os elementos fornecidos por esta pesquisa, sustentamos que a ECOVALE retrocedeu não somente na “ecologização” da sua produção, mas também nas suas formas de organização social, política e econômica.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar, Agroecologia, Cooperativa, Transição Agroecológica

ABSTRACT

AGROECOLOGICAL TRANSITION: THE CASE OF ECOVALE AND COOPAECIA - RS

This dissertation consists of research on cooperatives ECOVALE - Cooperative Regional Family Farmers and Ecologists COOPAECIA - Farmers Cooperative Ecologists Ipe and Antonio Prado, located respectively in the regions of the Rio Pardo Valley and Mountain range of Rio Grande do Sul. The central research question refers to the process of agroecological transition that members of these cooperatives are experiencing, with the goal of analyzing the strategies of comparative social and economic reproduction, as well as its importance in their respective regions. The comparative method was the methodology used in order to respond qualitatively on the level of transition where both are revealing their heterogeneity. We conclude that the income of the farmers COOPAECIA is significantly higher than that of farmers ECOVALE because of value added to the raw material through the process of agro-industrialization. Therefore, members of Antonio Prado today have their social and economic reproduction guided by Agroecology. Finally, with the evidence provided by this research, we argue that not only ECOVALE backed in "echologized" of their production, but also in their forms of social, political and economic.

Keywords: Family Agriculture, Agroecology, Cooperative Transition Agroecological.

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

Primeiramente a Deus e ao meu Anjo da Guarda, pela força vinda dos céus, que, diante de tanta adversidade como a morte de minha irmã Rubia Mara e de meu pai César Piccoli durante o período da dissertação, fizeram com que eu não parasse no meio do caminho.

A minha querida mãe Lucia Eliza, por sempre me apoiar em minhas escolhas e um agradecimento especial as minhas amadas irmãs Alessandra e Patricia, porque, sem elas, essa vida não teria sentido.

Ao meu companheiro Daniel Vinícius Teixeira, aos meus amados filhos, por todo o carinho que recebi durante essa trajetória, pois, sem eles, com certeza teria sido muito mais difícil. Sou grata também a minha sogra Marilda Teixeira e sogro Edison Teixeira, por inúmeras vezes terem me substituído no papel de mãe, com amor e doação incondicional.

A minha Tia Cerci Mior, agricultora, por ter despertado em mim a admiração pelos agricultores do Brasil. De coração, agradeço a todos os agricultores, pelo aprendizado mútuo, pela forma carinhosa que fui recebida em suas casas e sem os quais essa pesquisa não existiria.

Às professoras Erica Karnopp e Virginia Etges, pela orientação, e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, pela bolsa concedida.

À professora Cidonea Machado Deponti, pela sempre disponibilidade de auxiliar e informar.

A todos os meus amigos queridos que fazem parte da minha vida e que me auxiliaram desde o momento que resolvi fazer esse curso. Principalmente à Gloria Miranda Cáceres, eterna mestra de vida e de tantas caminhadas.

A todos, MUITO OBRIGADA, e me perdoem se, por ventura, esqueci de alguém.

*Dedico esse trabalho ao meu fiel companheiro Daniel e
aos meus filhos queridos Anita e Francisco.*

*A ti, ó lavrador, tudo quanto é meu.
Teu arado, tua foice, teu machado.
O berço pequenino de teu filho.
O algodão de tua veste
e o pão de tua casa...*

Cora Coralina

LISTA DE FIGURAS

01	COREDE Vale do Rio Pardo.....	55
02	COREDE SERRA.....	69
03	Gráfico Demográfico de Antônio Prado.....	74
04	Produção de amaranto e mandioca – Propriedade Lori Weber Venâncio Aires.....	88
05	Solo preparado para cultura de milho sem cobertura - Linha Duvidosa Venâncio Aires.....	89
06	Adubação verde para preparo do solo – Propriedade Valcir Dalblelo Vedana - Antônio Prado.....	92
07	Parreiral coberto com cobertura plástica e irrigação – Propriedade Valcir Dalblelo Vedana Antônio Prado.....	94
08	Investimento em estufa de tomate - Propriedade Valcir Dalblelo Vedana Antônio Prado.....	96
09	Dormitório da Cooperativa em Antônio Prado.....	110
10	Caminhão Baú da Cooperativa.....	110
11	Produção de doce de goiaba – agroindústria linha Almeida.....	112
12	Panela a vapor extratora de suco – Agroindústria Nilson Camatti.....	115
13	Placa de entrada da cidade de Ipê.....	123

LISTA DE QUADROS

01 Associações e grupos pertencentes a ECOVALE.....	65
02 Perfil dos associados entrevistados da ECOVALE.....	67
03 Perfil dos agricultores entrevistados da COOPAECIA.....	80
04 Rendimento bruto e líquido dos agricultores entrevistados ECOVALE e COOPAECIA.....	100
05 Famílias participantes das feiras da Ecovale.....	104
06 Produção de uva na Região Serra.....	121

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AANE	Associação de Agricultores Nova Esperança
AECIA	Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado
AESBA	Associação dos Agricultores ecologistas da Linha São João
AJESMA	Associação dos Jovens de São Martinho
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
APAA	Associação Paraíso de Agricultura Alternativa
APEJ	Associação dos Agricultores Ecologistas de São José
APEMA	Associação dos agricultores ecologistas da Linha Pereira de Lima
APEMSUL	Associação dos Produtores Ecologistas de Morrinhos do Sul
APESAA	Associação dos agricultores ecologistas de Santo Antônio
APESC	Associação dos Agricultores Ecologistas de Santa Catarina
APESI	Associação dos Agricultores Ecologistas da sede de Ipê
APEVS	Associação dos Agricultores Ecologistas da Vila Segredo
CAE-Ipê	Centro de Agricultura Ecológica
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CE	Centro Ecológico
CEDEJOR	Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
COOPAECIA	Cooperativa dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ECOVALE	Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas
ECONATIVA	Cooperativa Regional de Produtores Ecologistas do Litoral Norte do RS e Sul de SC
EED	Evangelischer Entwicklungsdienst
EFA	Escola Família Agrícola
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ECOVIDA	Rede ECOVIDA de Agroecologia
FAE	Feira dos Agricultores Ecologistas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária

MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAESC	Núcleo de Agricultores Ecologistas de Santa Cruz do Sul
OASE	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OGMs	Organismos Geneticamente Modificados
ONG	Organização Não Governamental
PJ	Pastoral da Juventude
Rede PTA	Rede Projeto Tecnologia Alternativa
RS	Rio Grande do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNISERAPI	União Serrana dos Apicultores

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL.....	22
2.1	Agricultura Convencional.....	22
2.2	Formas de Agricultura Alternativa.....	26
2.2.1	Agricultura Biodinâmica.....	27
2.2.2	Agricultura Orgânica.....	28
2.2.3	Agricultura Biológica.....	29
2.2.4	Agricultura Natural.....	31
2.2	Agroecologia.....	34
3	AGRICULTURA FAMILIAR E A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA.....	39
3.1	Agricultura familiar.....	39
3.2	Limites e possibilidades da transição agroecológica.....	44
3.3	O papel do cooperativismo na agricultura familiar.....	50
3.3.1	O Caso da ECOVALE na região do Vale do Rio Pardo.....	53
3.3.1.1	Caracterização do Vale do Rio Pardo.....	53
3.3.1.2	História do CAPA e da ECOVALE.....	58
3.3.1.3	Perfil dos associados.....	66
3.3.2	O Caso da COOPAECIA na Região da Serra.....	68
3.3.2.1	Caracterização de Antônio Prado.....	68
3.3.2.2	História do Centro Ecológico e da COOPAECIA.....	74
3.3.2.3	Perfil dos associados.....	79
4	A EXPERIÊNCIA DA ECOVALE E DA COOPAECIA NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA.....	83
4.1	Caracterização do processo produtivo dos agricultores assistidos pelo CAE Ipê e pelo CAPA.....	83
4.1.1	Agricultores familiares assistidos pelo CAPA.....	83
4.1.2	Agricultores assistidos pelo CAE Ipê.....	90
4.2	A diversificação da produção e o mercado dos produtos: a relação das cooperativas com o mercado.....	98
4.3	Transição agroecológica e perspectivas para o futuro.....	118
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
	REFERÊNCIAS.....	128
	ANEXOS.....	135
	ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS AGRICULTORES DE AMBAS AS COOPERATIVAS.....	136
	ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS TÉCNICOS.....	139

1 INTRODUÇÃO

Vivemos, hoje, em uma conjuntura de crise ambiental. O modelo de desenvolvimento vigente e a forma como pressionamos os recursos naturais não são multiplicáveis por mais um século. Então, fazem-se necessárias mudanças na maneira como nos relacionamos com o meio ambiente. Dessa forma, a agricultura ecológica se apresenta como alternativa à preservação desses recursos, permitindo aos agricultores familiares uma economia viável e reprodução social justa. Ao caracterizar agricultura ecológica, observamos que há um certo resgate do conhecimento acumulado pelos agricultores. As famílias que trabalham com esse tipo de manejo possuem sua cultura baseada na diversidade e no auto abastecimento. Por consequência, geram alta ocupação de mão de obra.

Uma das principais razões pela qual os agricultores em diversas regiões do mundo preferem os policultivos é que muito frequentemente é possível obter maiores produtividades numa área semeada em policultivo do que em área equivalente semeada com uma monocultura (ALTIERI, 2002, p.349).

Os insumos (sementes próprias, biofertilizantes) utilizados nessa forma de produzir expressam um longo processo de adaptação e/ou harmonização de populações rurais com o meio em que vivem. Essa prática, por ter visão ecológica não fazer uso de insumos químicos, acaba preservando a saúde dos agricultores, bem como o meio e a paisagem do seu entorno.

Nesse sentido, se compararmos a agricultura familiar com a agricultura ecológica, observaremos que estas se aproximam muito por possuir princípios básicos semelhantes. Ao longo do processo da chamada Revolução Verde, as famílias de agricultores que não possuíam capital suficiente para adquirir todo pacote tecnológico desenvolveram mecanismos de adaptação e convivência com o ecossistema e, com isso, puderam preservar de certa maneira parte do meio em que estavam inseridos.

Os pequenos produtores desenvolveram ou herdaram sistemas agrícolas complexos, os quais durante séculos ajudaram a satisfazer suas necessidades de subsistência, inclusive sob condições ambientais adversas (solos marginais, áreas secas ou sujeitas a inundações e à baixa disponibilidade de recursos), sem o uso de mecanização, fertilizantes ou pesticidas químicos (ALTIERI, 2002, p. 179)

Na região do Vale do Rio Pardo, onde a agricultura familiar é protagonista no desenvolvimento do território, a produção de tabaco vem se destacando já por algumas décadas. Nessa região, o tabaco se consolidou com a adoção de um “pacote tecnológico” de produção. O crescente monopólio, com a aglutinação e a fusão das empresas fumageiras, fez com que os agricultores ficassem cada vez mais submissos às decisões das empresas quanto ao preço do fumo (ETGES, 1991).

Esses aspectos indicam algumas características nas relações e nos problemas sociais vivenciados pelos agricultores da região fumageira, que, de certa maneira, vem ocasionando descapitalização, falta de capacitação administrativa, dependência, subordinação, problemas com a saúde pelo uso de agrotóxicos e êxodo rural. Para a solução da maioria desses problemas sociais, agentes e setores da sociedade acabam se envolvendo com esse trabalho. Um exemplo disso é o CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. Essa ONG assessora e apoia pequenos agricultores que fazem parte dessa cadeia do fumo e estão procurando alternativas para sua propriedade. A ECOVALE - Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecológicos é um dos projetos do CAPA que busca alternativas à produção de tabaco.

Por outro lado, o processo de modernização da agricultura em Antônio Prado teve início no final da década de 1970. Nessa ocasião, o preço dos suínos começa a reduzir e o comércio de trigo e soja passa a enfrentar dificuldades devido à concorrência com a produção tritícola do Planalto Gaúcho. As famílias do município passam a buscar novas alternativas produtivas. Segundo Oliveira (2007), é nessa fase de busca por alternativas ao sistema colonial de até então, juntamente com o cultivo da maçã e, mais tarde, de pêssigo, alho e cebola, que são incorporadas as primeiras inovações tecnológicas características do projeto modernizante da agricultura em Antônio Prado.

Juntamente com a introdução de novas atividades e de novas tecnologias intensificam-se os vínculos estabelecidos entre as unidades de produção e o mercado de produtos. Nesse período, as unidades produtivas especializam-se em atividades destinadas à venda e a produção para o auto-consumo e subsistência diminuem significativamente. Além da intensificação dos vínculos altera-se também a qualidade deles. Se até então o trigo, a soja, o suíno e outros produtos da colônia eram comercializados através de redes locais de comercialização, nas quais os comerciantes eram na maioria das vezes os próprios agricultores das comunidades e onde o peso das relações pessoais entre produtores e comerciantes era bastante forte, a partir da introdução da maçã, do

pêssego, do alho, da cebola, do fumo e, mais tarde, dos suínos e aves, em integração com grandes empresas do setor, esse ambiente modifica-se profundamente. Alguns produtos agrícolas passam a ser comercializados através de empresas que, por possuírem infra-estrutura adequada (packinghouses, câmaras frigoríficas, frota de caminhões, etc.), assumem a função de intermediação entre a produção local e o mercado global de alimentos. Nesse contexto, novas formas de atuação dos diferentes atores ao longo das cadeias são estabelecidas, os padrões de qualidade são alterados, tornando-se cada vez mais rigorosos, a escala de produção passa a ser cada vez mais um fator determinante da competitividade e o estabelecimento dos preços e das condições de pagamento tornam-se cada vez menos gerenciados pelos agricultores e comerciantes locais. Em outros casos, o comércio continua sendo realizado através dos mesmos agricultores comerciantes de antes, mas que agora também passam a operar a partir das novas regras de mercado. As cooperativas, tanto de Ipê quanto outras da região, também remodelam seu sistema de atuação, assumindo um perfil cada vez mais empresarial (OLIVEIRA, 2007, p.90).

No entanto, essa transformação da agricultura colonial numa agricultura mercantilizada não foi homogênea entre as famílias. Uma série de fatores institucionais locais promoveram formas diferenciadas de relacionamento das famílias com as novas alternativas produtivas implantadas na fase de modernização da agricultura e com as técnicas modernas e mercantilizadas que estas exigiam. Entre essas características, as representações sociais do crédito, a relação com agências bancárias e a utilização de insumos como os agrotóxicos parecem ter assumido papel central na mediação entre o mercado e as decisões das famílias. Por conta disso e com o apoio do Centro Ecológico, surgem, em 1991, as primeiras associações de agricultores ecologistas, e isso se dá a partir de um movimento de contestação a esse modelo. No final da década de 1990, a COOPAECIA vem para reafirmar a escolha desses agricultores que procuravam formas de se reproduzir socialmente a partir dos princípios agroecológicos.

Apesar das diferenças culturais e territoriais, essas duas organizações (ECOVALE e COOPAECIA) apresentam semelhanças entre si. Fazem parte das cooperativas de agricultores que têm na sua origem a imigração europeia, são membros de uma mesma categoria política (agricultura familiar) e seu princípio de organização está vinculado a ONGs que trabalham com assessoria no meio rural. Portanto, esse estudo propõe entender e comparar os avanços e retrocessos de cada cooperativa na transição para a agricultura de base ecológica e o que isso contribui para o desenvolvimento da sua respectiva região.

Quanto à construção da problemática central deste estudo, sempre nos questionamos se havíamos escolhido a profissão certa, mas estar junto aos

agricultores, conhecer suas propriedades, conhecer sua intimidade ao entrar em suas casas e, muitas vezes, partilhar o mesmo pão, trouxe uma sensação de conforto e de certeza da escolha. Em todas as casas, fomos muito bem recebidos e acolhidos, e ouvir as histórias de luta por uma agricultura ecológica nos sensibilizou profundamente.

Conhecemos os agricultores associados da COOPAECIA em um curso ministrado pelo Centro Ecológico na época da graduação. Como já frequentava a FAE (Feira dos Agricultores Ecologistas) desde 1994, fomos nos aproximamos e acompanhando a evolução da transição agroecológica das propriedades e presenciamos o desenvolvimento desses agricultores na luta pioneira pela Agroecologia no Brasil.

Quanto à ECOVALE, o contato com os associados começou em 1996, quando ainda éramos estudantes e residente em Porto Alegre. Por motivos familiares, começamos a frequentar a Feira Ecológica que acontecia aos sábados na Rua João Pessoa em Santa Cruz do Sul.

Por frequentarmos as duas feiras na mesma época, pudemos perceber semelhanças e diferenças entre elas. Por isso, resolvemos aprofundar o estudo e buscar analisar o processo de transição agroecológica de cada cooperativa e, a partir dele, verificar quais foram as mudanças socioeconômicas ocorridas com esses agricultores.

Guardadas as devidas proporções (de tamanho e número de feirantes), as duas feiras têm semelhanças tais como: em ambas os produtores feirantes são agricultores familiares, têm origem na imigração europeia, encontraram na igreja a força inicial para o começo do processo de transição agroecológica e ambas as cooperativas estão vinculadas a uma ONG que trabalha com assessoria no meio rural.

Chamava-nos a atenção quando comparávamos as feiras. Na feira de Porto Alegre podíamos sentir o entusiasmo e a autoconfiança que os agricultores passavam aos consumidores no momento da comercialização dos produtos e, mais que isso, transparecia que realmente acreditavam naquilo que estavam fazendo. Verificávamos a qualidade dos produtos e a satisfação que os agricultores feirantes tinham em vendê-los. A impressão que tínhamos quando íamos à feira de Santa Cruz do Sul era diferente e duas questões passaram a nos intrigar. A primeira estava relacionada ao modo como atendiam os clientes. Os agricultores da

ECOVALE não possuíam o entusiasmo e a confiabilidade dos agricultores da feira Ecológica da Coolméia. A segunda questão que nos intrigava era o fato dos feirantes da ECOVALE serem também fumicultores. Isso, em nossa opinião, evidenciava uma profunda crise de identidade, que se refletia na forma como vendiam seus produtos, pois, de certa forma, não se apropriavam dos princípios da Agroecologia como faziam os agricultores da COOPAECIA.

Como analisar essa situação? Por que as famílias associadas da ECOVALE não seguiam somente o caminho da agricultura ecológica como faziam as famílias da COOPAECIA? Essa questão nos fez indagar se a proposta agroecológica era realmente o processo mais adequado à região em que estava inserida a ECOVALE.

A partir dessas indagações, este estudo pretendeu abordar a seguinte problemática: **as práticas agrícolas dos agricultores familiares vinculados à ECOVALE e à COOPAECIA caracterizam-se por um processo de transição agroecológica?**

Para responder a essa questão, propusemos os seguintes objetivos específicos: analisar as estratégias de reprodução social dos agricultores associados à ECOVALE; analisar as estratégias de reprodução social dos agricultores da COOPAECIA; e como terceiro objetivo específico comparar o processo de transição agroecológica vivenciado por agricultores familiares vinculados às duas cooperativas e a importância do mesmo nas respectivas regiões.

O método de abordagem utilizado para nortear esta pesquisa foi a dialética. Hegel foi o precursor da dialética para quem o pensamento era o que condicionava a realidade, sendo esse a manifestação exterior da ideia. Essa forma de reflexão tinha, na sua base, uma perspectiva idealista. Já Marx utilizou esse mesmo método de pensamento-reflexão, tendo como base o materialismo. Para ele, o mundo material apresenta-se como ponto inicial, e a contradição surge entre homens reais, em condições históricas e sociais reais.

Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Na primeira maneira de considerar as coisas, parte-se da consciência como do próprio indivíduo vivo; na segunda que é a que corresponde a vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais e vivos, e se considera a consciência unicamente como sua consciência (MARX, 1987, p. 38)

Assim, o mundo material é dialético, isto é, está em constante movimento e, historicamente, as mudanças ocorrem em função das contradições surgidas a partir

dos antagonismos das classes no processo da produção social. Também está presente na reflexão realizada por Marx a perspectiva materialista e esta foi de suma importância para entender o contexto histórico em que surgiram as duas cooperativas estudadas e como as mesmas se colocam no contexto do modo de produção capitalista.

Toda concepção histórica até o momento, ou tem omitido completamente esta base real da história, ou a tem considerado como algo secundário, sem qualquer conexão com o curso da história. Isto faz com que a história deva sempre ser escrita de acordo com um critério situado fora dela (MARX, 1987, p.57)

Entretanto, os casos a serem estudados, foram selecionados por três diferentes razões: (i) os agricultores ecologistas destas regiões possuem uma trajetória relativamente longa de produção de alimentos ecológicos em suas unidades produtivas, sendo que os mais antigos começaram a trabalhar com agricultura ecológica há mais de 15 anos; (ii) trata-se de regiões atingidas pela modernização da agricultura; e, (iii) o número de agricultores pertencentes a estas cooperativas é numericamente significativo, o que possibilitou uma comparação efetiva entre os mesmos. O enfoque adotado para este estudo procurou combinar o método de estudo de caso às possibilidades abertas pela comparação enquanto estratégia metodológica.

Através do método comparativo é lançando mão de um tipo de raciocínio comparativo através do qual podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais. Para alguns autores, a impossibilidade de aplicar o método experimental às ciências sociais, reproduzindo, em nível de laboratório, os fenômenos estudados, faz com que a comparação se torne um requisito fundamental em termos de objetividade científica. É ela que nos permite romper com a singularidade dos eventos, formulando leis capazes de explicar o social (SCHNEIDER, 1998, p. 2).

Nesse caso, não comparamos a eficiência técnica ou econômica das cooperativas, o que seria muito difícil dada a sua grande heterogeneidade. Buscamos, acima de tudo, dar visibilidade a um processo de mudança, no qual a reprodução social das famílias tornou-se mais ou menos dependente do mercado, das relações sociais não mercantis e da base de recursos naturais (agroecossistema).

A comparação foi estruturada de forma a possibilitar um contraste entre os agricultores ecologistas do Vale do Rio Pardo vinculados à cadeia do fumo e os agricultores ecologistas da Serra, não vinculados a nenhuma rede vertical de produção (empresas transacionais). Dessa forma, a identificação das famílias foi realizada a partir de um banco de dados fornecido por ambas às cooperativas. Em relação à composição da amostra, foram selecionados dez agricultores mais o coordenador (presidente) de cada associação. Essa escolha foi feita de modo intencional, ou seja, a ideia é compreender a realidade das famílias estudadas de forma qualitativa. Portanto, não sendo tão importante o tamanho da amostra. Para a amostra da ECOVALE, foram escolhidos cinco agricultores que produzem fumo junto à produção de orgânicos e cinco que só produzem orgânicos. Já para a amostra da COOPAECIA, não houve diferenciação, pois todos são agricultores ecologistas. Também foram entrevistados dois técnicos de cada ONG (CAPA e CE), sendo um deles o coordenador da respectiva ONG.

Este estudo buscou a utilização de técnicas qualitativas no levantamento dos dados de campo. Optamos pela realização de um levantamento, por meio de formulário de entrevista, que tornou possível uma análise entre as duas populações estudadas, a partir de diferentes variáveis de natureza econômica, social e agroecológica.

No que se referiu ao levantamento qualitativo, este foi realizado pelos relatos que os agricultores fizeram acerca das estratégias utilizadas na transição durante a aplicação do formulário. Esses pequenos "resumos" possibilitaram uma comparação acerca das transformações ocorridas nas unidades produtivas e nas vidas das famílias a partir da transição agroecológica. Dessa maneira, nos apropriamos do conceito de Agroecologia e transição agroecológica a fim de nortear as entrevistas realizadas junto aos agricultores.

Neste estudo, nossa proposta foi analisar o quanto cada cooperativa avançou no processo de transição agroecológica. Fizemos isso por meio de estudo de caso qualitativo, que foi operacionalizado através de revisão bibliográfica, levantamento de dados secundários, entrevistas (fechadas e semi-estruturadas). Também fizemos coleta de documentos e registros das duas cooperativas estudadas. Igualmente foram utilizados resultados de pesquisa e estudos prévios já realizados junto à ECOVALE e COOPAECIA.

A estrutura norteadora deste estudo segue a seguinte cronologia: no primeiro capítulo serão apresentadas as referências teóricas que auxiliaram na análise da realidade estudada e o cumprimento dos objetivos. No segundo capítulo, além do entendimento sobre Agricultura e Desenvolvimento Rural, abordaremos as diferentes formas de agricultura - convencional e alternativa -, assim como o conceito de Agroecologia. Já no terceiro capítulo, descreveremos sobre a transição agroecológica e a agricultura familiar, limites e possibilidades da transição agroecológica, o papel do cooperativismo na agricultura familiar e a história das ONGs que fazem parte da COOPAECIA e da ECOVALE, assim como os perfis dos associados de ambas cooperativas. A partir dessas informações e dos referenciais teóricos utilizados, estruturamos o quarto e último capítulo, contemplando a experiência da ECOVALE e da COOPAECIA na transição agroecológica, assim como a caracterização do processo produtivo dos agricultores assistidos pelo CAE Ipê e pelo CAPA, a diversificação da produção e o mercado dos produtos e, por fim, as perspectivas desses agricultores para o futuro de suas regiões.

2 AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Neste capítulo passaremos a analisar como a agricultura convencional está estruturada. Para tanto abordaremos as consequências ambientais, sociais e econômicas geradas por esse modelo de agricultura, que acarretaram uma situação de crise na agricultura. Num segundo momento, passaremos à análise da concepção de agricultura alternativa para, em seguida, apresentar as formas diversas de organização das chamadas agriculturas alternativas, as diferenças entre produtores orgânicos e ecológicos, a apropriação da indústria convencional do termo agricultura orgânica, e a proposta da Agroecologia. Procuraremos definir alguns conceitos de Agroecologia, suas implicações nas práticas produtivas, os principais agentes envolvidos e as possibilidades de transição.

2.1 Agricultura Convencional

Quando nos referimos à agricultura convencional, não atribuímos a ela divisões ou conceitos, pois está implícito que o modo de produção é único e visa somente o lucro.

O sistema de produção da agricultura convencional não comporta diferenciações conceituais significativas em relação aos princípios e/ou limitações, quanto à utilização de determinados insumos ou procedimentos. Não é importante, também, a definição de limites filosóficos, de autorregulação técnica em relação ao meio ambiente e ambiente, nem limites éticos na produção. Os limites restringem-se aos legais. (...). Os autores referem-se indistintamente à mesma como agricultura moderna, agroquímica, agricultura industrializada ou simplesmente agricultura ou agronegócio (que era denominado agrobusiness). A causa principal dessa quase indiferença quanto à semântica pode estar ligada ao fato de que o objetivo central de todas é fundamentalmente o aumento continuado da produtividade. Apenas no período recente é que pode-se identificar o surgimento de algumas variantes como os sistemas de produção sustentável, de precisão, plantio direto e, também, a que utiliza material genético transgênico. Nesse sentido, a transição entre esses sistemas pode ser concretizada sem que surjam grandes contradições, pois os parâmetros são bastante semelhantes, uma vez que, a visão que têm das relações agricultura/ ambiente é a mesma (DULLEY, 2003, p.96).

Por essa razão trataremos aqui da agricultura instaurada com a Revolução Verde como Agricultura Convencional.

No contexto do *boom* da industrialização no Brasil, a partir dos anos 1950, a agricultura também passou a se industrializar, mais precisamente com a introdução

da chamada Revolução Verde, na década de 1960. Tudo aquilo que o agricultor sabia passou a se tornar obsoleto perante o novo modelo de agricultura que era disseminado pelo país por intermédio das universidades e das instituições de assistência técnica e de pesquisa. A ideia de desenvolvimento estava atrelada ao crescimento, e, assim, sem essas novas técnicas não se poderia ter um efetivo crescimento da produção, que serviria para tornar o Brasil um país moderno e competitivo.

Para Veiga (1998), até o final da Segunda Guerra Mundial e meados dos anos de 1960, não se fazia distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. Discutia-se a melhor maneira de medir o crescimento do produto anual de uma nação, mas havia um largo consenso sobre a ideia de que uma economia cresce quando a produção aumenta, pelo menos, no mesmo compasso que a população. Segundo Sachs (1986), um economismo estreito levava a pensar que, uma vez assegurado o crescimento das forças de produção, haveria um processo completo de desenvolvimento, estendendo-se, de maneira mais ou menos espontânea, a todos os domínios da atividade humana. Arrighi (1997) sinaliza que o conceito de industrialização também ficou atrelado ao conceito de desenvolvimento, acontecendo, no entanto, que, mesmo quando o processo de industrialização migrou do núcleo orgânico capitalista para os países periféricos ou semiperiféricos, tal processo não representou desenvolvimento para esses países. Assim, estava dada a máxima do desenvolvimento agrícola amparada na agricultura dita convencional.

A crise econômica dos países do 'Terceiro Mundo', durante os anos 50 mostrou, assim, que o progresso não era uma *virtude natural* que todos os sistemas econômicos e todas as sociedades humanas possuíam. Na verdade, este termo corresponde a uma situação histórica particular das sociedades industriais. Do mesmo modo, a noção de crescimento é insuficiente para dar conta das transformações estruturais dos sistemas socioeconômicos, pois apenas leva em consideração a produção sob o aspecto *quantitativo*. Já a noção de desenvolvimento, ao contrário, pretende evidenciar todas as dimensões – econômica, social e cultural – da transformação estrutural da sociedade. Neste sentido, o desenvolvimento remete às estruturas sociais e mentais. Nesta visão, a dimensão econômica interage de modo recíproco com os aspectos socioculturais (ALMEIDA, 1998, p. 36).

O sistema de produção moderno, na tentativa de resolver algumas questões como o problema do subdesenvolvimento e as desigualdades sociais, acabou produzindo outras questões, às quais correspondem efeitos sociais e ambientais muito mais profundos e bastante adversos. Entre as consequências mais graves

podemos citar: a concentração de terras e a diminuição das pequenas propriedades, tendo como resultado a intensificação do êxodo rural; a alta dependência financeira para custear a produção e a degradação dos recursos naturais, em função do pacote tecnológico da Revolução Verde.

Essa situação indica que as práticas da agricultura convencional podem comprometer a produtividade futura em favor da alta produtividade no presente. Segundo Gliessman (2000), atualmente há um grande cabedal de evidências de que essa erosão está acontecendo. Na última década, todos os países que adotaram práticas da Revolução Verde em larga escala experimentaram declínios na taxa de crescimento anual do setor agrícola.

Infelizmente, esta aventura, no início bem-sucedida, não está livre de problemas. Hoje, há provas suficientes de que a perda do solo arável, manuseio inadequado do solo e poluição são fatores chave na estagnação da produtividade das colheitas. A falta de acesso dos produtores menos favorecidos a insumos caros, bem como questões básicas de igualdade sócio-econômica, obstaculizaram, em muito, a modernização da agricultura nos países em desenvolvimento. (ALTIERI, 1998, p.9)

A agricultura familiar sentiu de perto o impacto que esse novo sistema produtivista/capitalista trouxe, pois, com ele, surgiria toda uma nova configuração agrícola, com seus ideais e metodologias produtivistas. Essa nova forma de produzir, com a adoção dessas novas tecnologias, levariam o agricultor a um aumento de produção e de produtividade, e seus benefícios seriam obtidos pelo retorno financeiro e, por consequência, pela melhoria na qualidade de vida. O principal argumento para sustentar uma disparada em direção a esse projeto era a inadequação da agricultura vigente para suportar a oferta necessária de alimentos em relação às necessidades futuras (PEITER, 2002).

A partir de meados da década de 1960, vários países latino-americanos engajaram-se na chamada 'Revolução Verde', fundada basicamente em princípios de aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização, criando a idéia que passou a ser conhecida com freqüência como aquela do 'pacote tecnológico'. Os objetivos então estabelecidos eram condizentes com o cenário mundial da época: crise no mercado de grãos alimentícios, aumento do crescimento demográfico e a previsão, a curto prazo, de uma "catástrofe alimentar" que poderia originar convulsões em certas regiões do mundo. Alguns resultados foram obtidos, mesmo que em determinados cultivos/atividades não tenham sido tão significativos (ALMEIDA, 1998, p.44).

Esse modelo, que previa o fim da fome no mundo, não conseguiu cumprir com seus objetivos, pois mesmo todo alimento produzido de forma convencional não fez com que o “objetivo principal” se cumprisse. Hoje temos grãos sobrando e pessoas famintas. Alguma falha nesse projeto surgiu e o discurso não se reformulou. O que acontece realmente é que essa quantidade de alimento produzido está servindo para alimentar a produção pecuária europeia e também vem abastecendo a criação de boi confinado no Brasil. O discurso de que a população mundial precisa de uma agricultura de “ponta” para acabar com a fome do mundo caiu por terra.

[...] a forma de desenvolvimento convencional (por vezes também intitulado de ‘padrão convencional’) tem sido acuada, no período recente (especialmente nos últimos quinze anos), por razões mais diretas e decisivas: a incapacidade de manter uma forma de desenvolvimento rural cada vez mais dispendiosa, forçando a utilização crescente de fundos públicos para sua manutenção e continuidade. De um lado, impactos ambientais cuja correção gradualmente vem assumindo custos astronômicos, inclusive porque um dos pressupostos fundadores da forma de desenvolvimento ‘convencional’, de fato, não se sustenta concretamente, no longo prazo e com ampliação das áreas cultivadas e o crescimento da demanda – qual seja, a idéia de recursos naturais ilimitados: de fato, a finitude de recursos, associada aos fluxos energéticos negativos, têm trazido cada vez mais entraves à difusão do modelo proposto (NAVARRO; ALMEIDA, 1998, p.11).

Esse modelo também se mostrou ineficaz em termos energéticos, como relata Almeida (1998). Segundo o autor, o ponto fraco que o modelo convencional apresenta diz respeito à eficiência energética, pois, após a implantação desse sistema, observou-se uma elevada demanda por recursos naturais e energéticos, até mesmo de fontes não renováveis. Alguns estudos feitos na década de 1970 nos Estados Unidos, que avaliavam o balanço energético desse sistema, apontaram o enorme custo de energia externa (energia proveniente de combustíveis fósseis e fósforo) para determinados produtos, como o milho, comprovando, assim, a ineficiência energética da forma convencional de produção.

É fácil perceber, através de diferentes manifestações hoje, que os termos agricultura e desenvolvimento sustentáveis indicam um anseio a um novo paradigma tecnológico que não agrida o meio ambiente, servindo para explicitar a insatisfação com a agricultura convencional ou ‘moderna’ (ALMEIDA, 1998, p.46).

Analisando esses fatos, podemos evidenciar as inúmeras consequências do processo de modernização da agricultura, e afirmar que é devido a essa “crise” que surgem as ações contestatórias de diferentes atores, grupos e movimentos sociais,

que passam a se organizar para formar uma outra ou nova modernidade, com base em uma racionalidade diferente, criticando os pressupostos de crescimento, de desenvolvimento e de progresso ilimitado. Na visão de Almeida, o que esses atores sociais, na maior parte, buscam:

é ressaltar, mesmo que ainda sem grande convicção e de maneira ambígua e desordenada em alguns casos, a autonomia e a solidariedade, assim como a construção de uma identidade própria e o reconhecimento de seus movimentos como sujeitos autênticos e legítimos da vida social” (ALMEIDA, 1998, p.34).

2.2 Formas de Agricultura Alternativa

Muita polêmica e discussões já ocorreram para que se definisse um conceito sobre o termo Agricultura Alternativa. Não temos a intenção de discutir ou apresentar diferentes definições. Apresentaremos algumas concepções globais encontradas em grupos ou organizações que trabalham com o tema e que trazem algumas características fundamentais.

A agricultura alternativa (ou seus homônimos) determina uma relação mais estreita e mais equilibrada entre o meio ambiente natural e aquele criado pelo homem; beneficia a diversidade social, econômica, ecológica e cultural; implica a criação e a gestão de sistemas de produção que buscam um maior engajamento pessoal e uma produção mais direta, promovendo uma maior autonomia no plano produtivo; conduz à construção de um futuro no qual os indivíduos sejam livres e possam constituir uma sociedade verdadeiramente autônoma e democrática (ALMEIDA, 1999, p.69).

A agricultura alternativa é um movimento que surgiu da crise na agricultura convencional (moderna). Vários projetos de agricultura alternativa surgiram desde a Revolução Verde. Muitos desses projetos nasceram da sensibilização ecológica de diferentes setores da sociedade, tendo, como base para as discussões, o ecologismo e o ambientalismo.

Ao lado do amplo desenvolvimento científico e tecnológico da agricultura convencional, resistiram grupos que rejeitam a agroquímica e dão alto valor ao potencial biológico dos sistemas produtivos. Na década de 20, essas ideias ‘dissidentes’ deram origem, na Europa e no Japão, a diversos movimentos, tais como: o biodinâmico, orgânico, o biológico e o natural. É o conjunto dessas vertentes que constitui a chamada agricultura ‘alternativa’, por representar a oposição ao padrão ‘convencional’ (EHLERS, 1999, p.17)

Como descreveu Ehlers (1999), a agricultura alternativa ou movimentos rebeldes da agricultura são divididos em quatro vertentes principais, das quais se originaram todas as outras linhas, brevemente descritas abaixo:

2.2.1 Agricultura Biodinâmica

Criada em 1924, na Alemanha, por Rudolf Steiner, fundador da Antroposofia (ciência do espírito) – visão do mundo de fatores supra-sensíveis. Nesse tipo de agricultura há uma forte visão espiritual, bem como filosófica, de criação e manutenção da vida, a partir de certos princípios que garantam solos e plantas saudáveis. A biodinâmica procura harmonia e equilíbrio entre cinco elementos básicos: animais, influências cósmicas, plantas, homem e a terra.

A principal meta desse movimento é a difusão da ideia de que a propriedade agrícola deve ser entendida como um organismo. É observado o momento propício para a semeadura, para a propagação das plantas jovens e para a colheita. Faz-se preparados com plantas medicinais para dar ao solo algo em retorno, já que há retiradas dele. Vê-se a propriedade como um organismo vivo. Todas as partes têm seu papel específico, mas precisam trabalhar juntas. A propriedade é vista como um organismo, e a atividade agrícola, conforme Koepf (1983), alcança a sua verdadeira essência quando pode ser compreendida como uma espécie de individualidade por si, e cada fazenda, por si, deveria aproximar-se desta condição. Sua visão, portanto, não se propõe a responder somente a aspectos econômicos e sociais, nem tampouco a servir como um mero instrumento tecnológico. Porém, no que se refere a sua especificidade, Correa faz uma observação:

A biodinâmica propriamente dita consiste numa concepção da atividade agrícola, mais o uso de preparados e ciclos astronômicos: é preciso ser claro e objetivo quanto a isso. As demais práticas são comuns a todo o domínio orgânico e podem ser variadas (...), ou corremos o risco de ter uma biodinâmica datada, que ficará para trás das conquistas mais avançadas da ciência agrícola e terá deixado de cumprir sua missão, que seria a de introduzir detalhes mais sutis mas importantíssimos justamente no que serão as técnicas agrícolas no futuro (CORREA, 1986, p.60)

As práticas adotadas por esse sistema seguem as seguintes orientações: a) a atividade animal está ligada à produção vegetal em um sistema de retroalimentação; b) segue-se o calendário biodinâmico, que indica as melhores fases astrológicas para a semeadura e demais atividades agrícolas; c) utilizam-se os preparados

biodinâmicos, compostos líquidos que são produzidos à base de substâncias minerais, vegetais e animais, que contêm elementos fundamentais para fortalecer as plantas e para ativar a microvida dos solos; d) não se permite uma adubação orgânica de fontes externas da propriedade, mas utiliza-se a adubação verde, culturas mistas com cereais, plantação de ervas, proteção da fauna, concentrados de produção própria mediante secagem de plantas forrageiras tenras por ar quente, reflorestamento nos moldes naturais, além de se salientar a importância do paisagismo e da arquitetura.

Os representantes do movimento biodinâmico no Brasil são a Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (que realiza atividades de pesquisa), o Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (certificadora brasileira de produtos orgânicos, com atuação internacional), o Instituto de Economia Associativa Elo (voltado ao ensino) e a Fazenda Demeter, localizados em Botucatu, São Paulo. Esse movimento é ligado à INFOAM (International Federation of Organic Agriculture Movements) e tem uma forte atuação na certificação de produtos orgânicos.

2.2.2 Agricultura Orgânica

A origem da vertente mais difundida da agricultura alternativa teve início com o inglês Albert Howard, em 1925, na Índia. Esse pesquisador observou que os animais e as plantas produzidas pelos camponeses hindus, se apresentavam vigorosos, produtivos e isentos de pragas quando comparados aos de seus experimentos na estação experimental de Pusa (onde utilizava diferentes métodos de combate a pragas e doenças, tanto em animais como em plantas). A partir daí, resolveu fazer alguns experimentos, tendo como professores os próprios agricultores locais. Em 1919, Howard declarou que podia produzir lavouras sem ajuda de micologistas, entomólogos, bacteriologistas, químicos agrícolas, enfim, sem toda a dispendiosa parafernália das estações experimentais modernas (BONILLA, 1992).

Seu sistema partia basicamente de que o fator essencial para a eliminação das doenças em plantas e animais era a fertilidade do solo. Para atingir seu objetivo ele criou o chamado processo "Indore" de compostagem, desenvolvido entre 1924 e 1931, pelo qual os resíduos da fazenda eram transformados em húmus, que, aplicado ao solo em época conveniente, restaurava a fertilidade por um processo biológico natural. (BONILLA, 1992, p. 16).

A ideia principal desse tipo de agricultura é que um solo equilibrado e fértil gera saúde às plantas e aos animais que estão inseridos neste local. Essa linha de pensamento, primeiramente desenvolvida por Howard, foi complementada mais tarde por Chaboussou, com a Teoria da Trofobiose¹.

Rodale foi o grande divulgador do trabalho de Howard, por intermédio da revista *Organic Gardening*, com um milhão de assinantes. Ele destinou o lucro da venda das revistas ao financiamento de novas pesquisas e experimentos na fazenda orgânica Rodale, que se tornou referência na divulgação dessa vertente de agricultura. No final dos anos de 1970, três estados americanos (Oregon, Maine e Califórnia) regulamentaram e definiram a rotulagem para os alimentos com procedência orgânica. Nos anos de 1980, o conceito de agricultura orgânica ganha respaldo mundial, quando passam a existir definições mais precisas sobre o tema. Assim sendo, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) reconhece sua importância e formula a seguinte definição:

A agricultura orgânica é um sistema de produção que evita ou exclui amplamente o uso de fertilizantes, pesticidas, reguladores de crescimento e aditivos para a alimentação animal compostos sinteticamente. Tanto quanto possível, os sistemas de agricultura orgânica baseiam-se na rotação de culturas, esterco animal, leguminosas, adubação verde, lixo orgânico vindo de fora da fazenda, cultivo mecânico, minerais naturais e aspectos de controle biológico de pragas para manter a estrutura e produtividade do solo, fornecer nutrientes para as plantas e controlar insetos, ervas daninhas e outras pragas (EHLERS, 1999).

2.2.3 Agricultura Biológica

Após as contribuições de Steneir e Howard, no início dos anos 1930, o político suíço Hans Peter Müller começava um novo modelo de produção agrícola

¹A Teoria da Trofobiose, também conhecida como teoria da planta equilibrada, nos diz que uma planta cultivada só será atacada por um inseto, ácaro, fungo ou bactéria, quando ela tiver na sua seiva exatamente o alimento que eles precisam. A seiva neste caso será formada principalmente por aminoácidos, substâncias simples e solúveis de fácil digestão para esses insetos ou microorganismos. Uma planta que se encontra num ambiente equilibrado, adaptada ao lugar onde vive, em solo contendo umidade, bem como quantidade e qualidade de nutrientes suficientes, consegue fabricar através do seu metabolismo interno e fotossíntese, substâncias complexas como proteínas, açúcares e vitaminas. Tais plantas dificilmente serão atacadas por “pragas e doenças” já que esses organismos não possuem aparelho digestivo preparado para dissolver substâncias complexas. Nos períodos climáticos desfavoráveis ou quando são empregados excesso de nutrientes solúveis e agrotóxicos, são liberados na seiva das plantas radicais livres (aminoácidos, açúcares etc) que são alimentos prontamente disponíveis para os insetos nocivos e patógenos. Disponível em: <<http://viaorganica.blogspot.com.br/2009/07/teoria-da-trofobiose-e-o-controle-de.html>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

que fora chamada de organo-biológica. A ideia central desse modelo está em uma integração total entre os aspectos econômicos e sociais dos envolvidos, tendo como objetivo “a autonomia dos produtores e a comercialização direta aos consumidores”. O que difere das demais propostas, segundo Elhers (1999), é que a agricultura biológica não enfatiza a relação entre agricultura e pecuária, igualmente pouco importa se as fontes de matéria orgânica para a adubação e fertilidade do solo provêm do campo ou da cidade. Essa é uma diferença importante da vertente biodinâmica que, como vimos, tem como ideia norteadora, a autonomia completa da propriedade.

A divulgação da agricultura biológica se deu pelas publicações científicas de Claude Aubert, na França, cuja obra se baseava na crítica à qualidade dos alimentos produzidos pela agricultura moderna.

De certa forma, o termo ‘agricultura biológica’ foi criado como uma contrapartida ao termo ‘agricultura industrial’ e grande parte das fundamentações de Aubert centra-se no combate a esta última, a quem ele acusa de ‘produzir alimentos que arruinam a saúde e proletarizam a grande maioria dos agricultores’ (BONILLA, 1992, p.19).

Segundo Bonilla (1992), os princípios básicos da agricultura biológica adotados e disseminados por Aubert, foram: a) a fertilização do solo deve ser feita através de adubos orgânicos e de minerais insolúveis (fosfatos naturais, basaltos e rochas calcárias), é proibido a utilização de adubos químicos solúveis; b) as culturas devem ser diversificadas, priorizando sua rotação com espécies vegetais companheiras; c) os tratamentos culturais no solo devem ter por finalidade a melhora da estrutura física (aeração) do mesmo, assim como o estímulo à vida microbiana; d) o combate às pragas deve ser feito a partir do fortalecimento e resistência da planta, dando, assim, o equilíbrio necessário para que não haja espaço para o ataque. (Caso seja extremamente necessário algum tratamento, utilizar inseticidas vegetais ou produtos minerais não tóxicos); e) a empresa familiar deve permanecer a célula-base, podendo se associar a outras que trabalhem do mesmo modo, formando, assim, uma empresa oligofamiliar.

No Brasil, a agricultura biológica ficou conhecida como agricultura ecológica, pelo agrônomo ambientalista José Lutzenberger, tendo como parceiros nessa divulgação o engenheiro agrônomo e florestal Sebastião Pinheiro, o ambientalista Pinheiro Machado e a professora Ana Primavesi. No Rio Grande do Sul, podemos

citar o CAE Ipê - Centro Ecológico Ipê como pioneiro na divulgação desse tipo de agricultura, através de cursos e de oficinas de capacitação e de planejamento, assessorando as organizações de agricultores familiares na produção, processamento e comercialização de alimentos ecológicos.

2.2.4 Agricultura Natural

Iniciada em 1935, por Mokiti Okada, no Japão, onde o mesmo desenvolveu uma religião em que a agricultura natural era sua base. O princípio fundamental dessa proposta é o de que atividades agrícolas devem respeitar as leis da natureza, e os alimentos devem ser puros. Na mesma época, também no Japão, Masanobu Fukuoka chegou a conclusões bastante semelhantes e acrescentou alguns princípios que chamou “agricultura da natureza”. As atividades agrícolas deveriam exercer as mínimas ações sobre o ambiente e os processos naturais. Sua ideia é praticamente um “não fazer” ou um “deixar acontecer”, que a natureza se encarrega da evolução do processo, sem esforços desnecessários e desperdícios de energia. É o princípio da sucessão natural, segundo o qual espécies mais evoluídas tomam o lugar das suas antecessoras, que assim serviram de substrato para essa evolução.

As práticas agrícolas mais recomendadas pela agricultura natural são as seguintes: rotação de culturas, uso de adubos verdes, emprego de compostos e uso de cobertura morta (restos vegetais) sobre o solo. No que se refere ao controle de pragas e doenças, aconselha-se a manutenção das características naturais do ambiente, a melhoria das condições dos solos e, portanto, do estado nutricional dos vegetais, o emprego de inimigos naturais de pragas e, em último caso, a utilização de produtos naturais não poluentes (EHLERS, 1999, p. 64).

Num primeiro olhar, as práticas citadas acima se parecem muito com a agricultura orgânica e, sendo assim, não seria correto expormos a agricultura natural como uma das vertentes, mas, além da origem diversa e dos motivos anteriores à criação de ambas, podemos verificar diferenças acentuadas. Ehlers (1999) esclarece que primeiramente a agricultura natural não recomendava a rotação de culturas, visto que elas não ocorrem naturalmente na natureza. E o segundo motivo é que, mesmo defendendo a reciclagem de matéria orgânica nos processos de produção, a agricultura natural é muito reservada quanto à prática de utilização de esterco animal, por tornar os alimentos impuros.

(...) definida como um sistema de exploração agrícola que se fundamenta no emprego de tecnologias que procuram tirar o máximo proveito da natureza, isto é, da ecologia e dos recursos naturais locais. Em outras palavras, as técnicas de cultivo de agricultura natural fundamentam-se no método natural de formação do solo, contando com a força da natureza e com todos conhecimentos técnicos científicos adquiridos ao longo da evolução humana. Assim, preconiza-se na agricultura natural, a adoção de um sistema de exploração agrícola que venha acelerar o processo de reversão do solo desgastado. Essa recuperação do solo é processada durante a fase de exploração agrícola, a fim de que o trabalho de reversão não seja antieconômico (MIYASAKA & NAKAMURA, *apud* ASSIS, 2005, p. 17)

No Brasil, a agricultura natural foi disseminada pela Igreja Messiânica Mundial e pela Fundação Motiki Okada, que produz pesquisas na área. A partir dessas quatro escolas principais surgiram outras que vigoram até hoje, como a permacultura, agricultura ecologicamente apropriada, agricultura renovável e agricultura poupadora de insumos.

Muito se tem discutido sobre as diferenças entre orgânico e ecológico. Para melhor caracterizarmos os dois grupos que estudaremos - COOPAECIA e ECOVALE -, abordaremos algumas diferenças que julgamos importantes para o entendimento do tema. Para Meirelles (2000), há uma grande diferença entre agricultor ecológico e agricultor orgânico. A agricultura ecológica, de certa maneira, possui práticas e princípios mais sofisticados do que a agricultura orgânica, com ênfase maior nos aspectos socioambientais, pois toda a agricultura ecológica² é orgânica, mas o contrário não é verdadeiro.

Ainda de acordo com Meirelles (2000), o agricultor que busca a transição inicia com um processo de substituição de insumos (adubos, fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas) por outros, aceitos pelos órgãos certificadores, recebendo, assim, a caracterização de produtor orgânico. Mas esse agricultor só se tornará um agricultor ecológico com o passar do tempo, o que se dará de forma natural e está relacionado com a compreensão/prática que o agricultor tiver perante a sua propriedade e o meio em que estiver inserido.

A definição de uma Propriedade Ecológica carece ainda de indicadores e parâmetros claros que nos permitam sermos mais precisos nesta classificação. Mas, com certeza, é aquela propriedade que não utiliza mais adubos químicos solúveis, agrotóxicos e OGMs. Que mantém reservas

² Agricultura Ecológica: conjunto de práticas agrícolas que se baseia no estudo do ecossistema. Sendo a produção agropecuária feita sob uma perspectiva de integração e harmonia com a natureza, mantendo a base de recursos da qual se utiliza.

florestais nos locais adequados, não utiliza o fogo e dá um tratamento adequado aos seus resíduos. Que trata cada envolvido neste processo como um cidadão. Em última análise, este processo de Ecologização é interminável. Como nos fala Eduardo Galeano: “para isto serve a Utopia: para caminhar” Nesta percepção, o Agricultor Ecologista é o agente desta mudança. É o responsável por este caminhar. A diferença entre um produtor de produtos orgânicos e um Agricultor Ecologista, é que o primeiro está preocupado em produzir um alimento limpo para ter acesso a um mercado diferenciado; o segundo almeja mudanças nas suas relações com a Natureza e com seus semelhantes, buscando maior integração e harmonia. O mercado diferenciado, quando necessário, é uma consequência deste processo (MEIRELLES, 2000, p. 5)

Para esse mesmo autor, a maior diferença entre produtores orgânicos e ecológicos está na maneira que estes agricultores se relacionam com a produção. Os ecológicos são aqueles que possuem um olhar mais atento às questões socioambientais, com uma visão holística, tendo como principal motivação a preservação da natureza e a justiça social. Já os ditos orgânicos são todos os agricultores que deixavam de produzir de maneira convencional e viram nesse tipo de produção apenas um nicho de mercado a ser explorado.

Para Caporal (2005), uma agricultura que trata apenas de substituir insumos convencionais por insumos alternativos, ecológicos ou orgânicos está longe de ser chamada de agricultura ecológica em sentido mais amplo.

O termo agricultura ecológica surge, ao final dos anos 1970, também como uma proposta “unificadora” das demais correntes de agricultura não industrial, mas também, como uma reação a imprecisão do termo alternativo, na medida que este significa apenas algo diferente, podendo até mesmo significar um manejo agrícola mais devastador do que aquele que inicialmente se pretendia contrapor. [...] Ao reagir ao termo alternativo e formalizar o pensamento de que para mudar é necessário precisar o caminho que se deseja percorrer, a agricultura ecológica introduziu a idéia de que a mudança do modo de produção deveria aliar as necessidades ecológicas com as sócio-econômicas (ASSIS, 2005, p 19).

Além da discussão das diferenças entre ecológico e orgânico, no que concerne à categoria agricultor familiar, Altieri & Nicholls (2003) nos lembram que essa discussão permeia outros patamares como, por exemplo, a assimilação do termo “orgânico” pelas indústrias transacionais mais que, com isso, obtêm lucros astronômicos por conta de um movimento que fora feito justamente pelos agricultores que contestavam essa mesma forma de produção. Essa discussão também é lembrada por Assis:

Essa (re)interpretação do que seja agricultura orgânica, com foco prioritário no chamado “mercado de produtos orgânicos”, tem favorecido o

estabelecimento de sistemas de produção tidos como orgânicos, baseados em tecnologias de produtos. Em outras palavras, sistemas de produção que evitam, ou excluem amplamente, o uso de fertilizantes, pesticidas, reguladores de crescimento e aditivos para a alimentação animal, compostos sinteticamente, na medida que esta é a demanda do mercado a ser atendido. Nestes casos, a lógica de organização da produção mantém-se a mesma dos sistemas de produção industriais, como verifica-se em alguns casos de produções orgânicas monoculturais, que visam a alta produtividade, através do aporte de insumos externos à unidade de produção (ASSIS, 2005, p.14).

Altieri & Nicholls (2003) trazem três questionamentos importantes acerca desse movimento crescente de apropriação: 1º) Os novos produtores e a indústria associada seguem os preceitos e a filosofia dos pioneiros? 2º) A produção orgânica estaria sendo incorporada nos sistemas típicos da agricultura convencional? 3º) A agricultura orgânica estaria assumindo as mesmas características do modelo de agricultura convencional, à qual tradicionalmente se opunha?

As respostas às perguntas já são conhecidas. Nem mesmo o conceito de orgânico faz sentido para esse segmento industrial, que dirá a filosofia ou os preceitos. E respondendo à outra pergunta, sim, o modelo em que a indústria de orgânicos se espelha tem todas as características do modelo convencional.

À medida que o terceiro mundo entra no mercado orgânico, a produção se destina, principalmente, à exportação, com pequena contribuição para a segurança alimentar destes países mais pobres. Os produtos orgânicos estão sendo comercializados internacionalmente como mercadoria (commodities) e sua distribuição está sendo feita pelas mesmas corporações multinacionais que dominam o mercado convencional (ALTIERI; NICHOLLS, 2003, p.142).

Para esses mesmos autores, isso poderia ter sido evitado se o movimento orgânico não tivesse desconsiderado três fatores importantes: o tamanho da propriedade a ser certificada, os padrões de certificação solidária e flexível e os padrões sociais.

2.3 Agroecologia

O significado etimológico do termo “Agroecologia”, segundo Jesus (1996), deriva da justaposição de duas palavras: uma latina, *agro*, relativa à prática humana da agricultura, e outra de origem grega, *ecologia*, que significa “estudo da casa”. Com isso, o autor conclui que a Agroecologia estaria relacionada com uma abordagem ecológica em relação à agricultura, buscando entender as biointerações

que ocorrem nos sistemas agrícolas e os impactos da agricultura nos ecossistemas (JESUS, 1996, p.23).

A definição do termo, os conceitos e as pesquisas sobre a Agroecologia são bastante recentes, porém, esta forma de trabalhar tem a idade da agricultura. A Agroecologia surgiu nos anos de 1980, com um enfoque científico que integrava a agronomia e a ecologia ao saber popular das comunidades camponesas tradicionais, saber esse relacionado ao ambiente e manejo dos recursos naturais nos processos produtivos agrícolas nos quais estas pessoas estavam inseridas.

Ao contrário das formas compartimentadas de ver e estudar a realidade, ou dos modos isolacionistas das ciências convencionais, baseadas no paradigma cartesiano, a Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar (CAPORAL, 2009, p.15).

Após estudar os diferentes tipos de agricultura, podemos verificar que a Agroecologia é uma ciência que abrange um pouco da filosofia, dos princípios, da tecnologia, das normas e das regras de cada vertente. Mas, de nenhuma maneira, estamos nos referindo a ela como um tipo de agricultura alternativa, modelo agrícola, produto ecológico, prática ou tecnologia agrícola ou até mesmo política pública. Apenas queremos ressaltar que, das diferentes formas de agricultura citadas acima, surgiram muitos movimentos que, embasados em discussões, seminários, pesquisas e, sobretudo, observações, propiciaram uma forma de agregar todo esse conhecimento. Desse caldeirão de ideias, preceitos e filosofias, somados a incorporação de outros campos do conhecimento como a Sociologia, a Antropologia, a Física, a Economia Ecológica, a História e a Ciência da Comunicação surgiu a Agroecologia.

Se trata de uma orientação cujas pretensões e contribuições vão mais além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção agropecuária, incorporando dimensões mais amplas e complexas que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ecológicas, como variáveis culturais, políticas e éticas. Assim entendida, a Agroecologia corresponde, ao campo de conhecimentos que proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição do modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas de base ecológica ou sustentáveis, assim como do modelo convencional de desenvolvimento a processos de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p.2).

O que Altieri (1989) procura deixar claro em seu trabalho é que a Agroecologia não vem a ser somente mais uma técnica de produção ecológica: ela é uma *ciência* que aborda todo o sistema que envolve a produção agrícola e que obedece a um conjunto de técnicas. Nas suas palavras:

A Agroecologia tem sido difundida na América Latina e no Brasil em especial, como sendo o padrão técnico agro-econômico (assentado em pesquisa científica) capaz de orientar as diferentes estratégias de desenvolvimento rural sustentável, avaliando as potencialidades dos sistemas agrícolas através de uma perspectiva social, econômica e ecológica. O objetivo maior da agricultura sustentável - sustenta o enfoque agroecológico - é a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retornos econômico-financeiros adequados à meta da redução da pobreza, assim atendendo às necessidades sociais das populações rurais do continente (ALTIERI, 1998, p.11).

Por se tratar de uma proposta mais ampla, que considera importante o equilíbrio e a interrelação entre os diferentes aspectos da sociedade e da natureza, a Agroecologia se conforma dentro do paradigma ecológico:

A Agroecologia corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para - através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica - reconduzir o curso alterado da co-evolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estaque seletivamente as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade (GUZMÁN 1997, p. 75).

Caporal (2009), citando Morin, fala que a Agroecologia como matriz disciplinar se encontra no campo da complexidade, o “pensar complexo”, sendo em que *complexus* significa “tecido junto”. Ou seja, o complexo é aquele que faz força para se unir, não na confusão mas operando as diferenças. A Agroecologia, ao contrário do modelo convencional, não pensa cartesianamente um agroecossistema. Entende o todo com sua complexidade e particularidade, levando em consideração o meio em que está inserido (região). Precisamos entender que, ao tratar das relações entre os seres humanos, ou mesmo do homem com natureza, estamos tratando de um novo enfoque paradigmático, capaz de unir saberes populares com saberes científicos de todas as áreas. Desse modo, podemos observar que a Agroecologia, como matriz disciplinar, vem aportando para um novo paradigma científico que, ao contrário do paradigma convencional-cartesiano, traz à luz a integração das ciências, rompendo, assim com o seu isolamento.

Segundo Altieri (1998), a abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. O objetivo de trabalhar com Agroecologia é que esta alimenta sistemas agrícolas complexos, em que as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criam, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas.

De fato, vem ocorrendo uma revolução paradigmática nos núcleos organizadores, nas civilizações, na cultura, enfim, em vários segmentos. Essa ação vem ocorrendo pelo intenso processo de ecologização que está em andamento e pela necessidade de buscar soluções mais sustentáveis, capazes de orientar o rumo da relação homem/natureza. “Trata-se de uma transformação no modo de pensar, do mundo do pensamento e do mundo pensado” (MORIN, 1998, p.290)

Para Gliessman (2000), a única opção que nos resta é preservar a produtividade, a longo prazo, da superfície cultivável da terra, enquanto mudamos os padrões de consumo e de uso dela para beneficiar a todos, tanto produtores quanto consumidores, de forma mais equitativa.

A preservação da produtividade da terra agrícola, a longo prazo, requer a produção sustentável de alimentos. A sustentabilidade é alcançada através de práticas agrícolas alternativas, orientadas pelo conhecimento em profundidade dos processos ecológicos que ocorrem nas áreas produtivas e nos contextos mais amplos dos quais elas fazem parte. A partir desta base, podemos caminhar na direção das mudanças socioeconômicas que promovem a sustentabilidade de todos os setores do sistema alimentar (GLIESSMAN, 2000, p.52).

Para Gliessman, a sustentabilidade, tão proclamada por todos os segmentos sociais, possui indiscutivelmente uma base ecológica.

No sentido mais amplo, a sustentabilidade é uma versão do conceito de produção sustentável – a condição de ser capaz de perpetuamente colher biomassa de um sistema, porque sua capacidade de se renovar ou ser renovado é comprometida. Como a “perpetuidade” nunca pode ser demonstrada no presente, a prova da sustentabilidade permanece sempre no futuro, fora do alcance. Assim é impossível se saber, com certeza, se uma determinada prática é, de fato, sustentável ou se um determinado conjunto de práticas constitui sustentabilidade (GLIESSMAN, 2000, p.53).

Segundo o autor, não podemos saber ao certo se determinada prática terá resultados totalmente sustentáveis, pois os resultados só serão obtidos no futuro.

Sendo assim, ele aborda algumas práticas que poderíamos seguir para que não nos afastemos do que é uma agricultura sustentável:

- ter efeitos negativos mínimos no ambiente, sem liberar substâncias tóxicas na atmosfera e água;
- preservar e recompor a fertilidade, prevenindo a erosão e mantendo, assim, a vida do solo;
- usar a água de modo racional, permitindo que se restabeleça nos seus depósitos aquíferos, satisfazendo, assim, as necessidades hídricas do ambiente e das pessoas;
- utilizar os recursos de dentro do agroecossistema, incluindo comunidades próximas, substituindo insumos externos por ciclagem de nutrientes;
- valorizar e conservar a diversidade biológica das paisagens silvestres e também das domésticas;
- garantir igualdade de acesso a práticas, conhecimentos e tecnologia agrícolas adequadas, possibilitando o controle local dos recursos agrícolas.

A Agroecologia não resolverá os problemas e danos causados pelo homem à natureza, nem espera ser a solução para as mazelas causadas pelas estruturas econômicas globalizadas e oligopolizadas, se não que busca simplesmente, orientar estratégias de desenvolvimento rural mais sustentável e de transição para estilos de agriculturas mais sustentáveis, como uma contribuição para a vida das atuais e futuras gerações neste planeta de recursos limitados (CAPORAL, 2009, p.897).

O que Caporal quer dizer é que é urgente que as escolas, universidades e instituições de pesquisa e extensão reinventem seus enfoques tradicionais à luz do imperativo social da nossa época. Para isso é urgente pensar em um processo de transição agroecológica, baseado nos princípios da Agroecologia.

Por fim, por se tratar de uma revolução com enfoque agroecológico, passa a ser primordial o conceito de transição. Isso não quer dizer apenas a substituição de insumos ou a não utilização de agrotóxicos, mas sim, um processo de mudanças multilíneas, em vários níveis, nas formas de manejo do agroecossistema, ultrapassando o modelo agroquímico e de monocultura que já se mostrou totalmente excludente e socioambientalmente insustentável, por formas mais modernas de agricultura com enfoque agroecológico.

3 AGRICULTURA FAMILIAR E A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

Neste capítulo abordaremos o conceito de agricultura familiar, o conceito de transição agroecológica e as dimensões que perpassam esse conceito, bem como os níveis no percurso da transição. Também abordaremos o papel do cooperativismo na agricultura familiar e a descrição das cooperativas que são foco deste estudo.

3.1 Agricultura familiar

No Brasil, atualmente, a discussão acerca da categoria política “agricultura familiar” vem recebendo respaldo social, político e acadêmico, principalmente entre estudiosos das áreas Sociais, voltados ao espaço rural e à agricultura, movimentos sociais rurais e órgãos governamentais. A expressão “agricultura familiar” surgiu no Brasil em meados da década de 1990, período em que dois aspectos tiveram um impacto social e político muito significativo no meio rural, especialmente na região Centro-Sul. O primeiro diz respeito ao campo político, à apropriação do termo pelos movimentos sociais do campo organizados pelo sindicalismo rural ligado à Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (SCHNEIDER, 2003).

Em meados dos anos de 1990, assistiu-se a uma verdadeira efervescência desses movimentos, que produziram inclusive formas de manifestação política que perduram até hoje, como é o caso dos eventos anuais em torno do “Grito da Terra”. Diante dos desafios que o sindicalismo rural enfrentava nesta época – impactos da abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação –, a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais (SCHNEIDER, 2003, p.99).

O segundo aspecto importante que Schneider (2003) relata está na afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro. Isso se deu através do reconhecimento do Estado quando implanta, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Esse programa foi constituído como resposta às reivindicações dos agricultores para crédito agrícola e para apoio institucional, tendo em vista que os agricultores familiares vinham sendo alijados das

políticas públicas durante os anos de 1980, e estavam com dificuldades para se manter no campo. Com o PRONAF, o sindicalismo rural se fortifica e passa a exigir do Estado uma postura de mais compromisso com a categoria, demandando políticas públicas diferenciadas com juros menores e um maior apoio institucional.

Além desses dois elementos, pode-se destacar um terceiro, que diz respeito à reorientação dos debates acadêmicos sobre a ruralidade. Surpreendentemente, a partir da segunda metade da década de 1990 assistiu-se a uma relativa retomada dos estudos agrários e rurais no Brasil que até então suscitara pouco interesse dos pesquisadores. Voltou-se a falar não apenas da agricultura e da produção agrícola, mas também do rural lato sensu. Esse novo cenário permitiu que os estudiosos ampliassem seu escopo temático para além das discussões acerca dos impasses e das possibilidades da reforma agrária e dos assentamentos, das questões relacionadas aos impactos do progresso tecnológico ou das migrações (SCHNEIDER, 2003, p.100).

Para Abramovay (1998), o exemplo da agricultura familiar dos países centrais tem sido pouco estudada entre nós. Segundo o autor, a prosperidade dos países capitalistas vem dessa agricultura, que é vista com certo ceticismo por pesquisadores brasileiros, que a vêem como atraso, uma vez que se constituem em empreendimentos de dimensões reduzidas, que trabalham com técnicas relativamente precárias.

A natureza fundamentalmente empresarial dos mais importantes estabelecimentos agrícolas nos países centrais, sua capacidade de inovação técnica e de resposta ao apelo de mercado estão fora de dúvida. O que é paradoxal - e tem merecido pouca atenção - é justamente o caráter familiar não só da propriedade, mas da direção, da organização e da execução do trabalho nestas empresas e, portanto, as razões pelas quais a agricultura capitalista contemporânea dos países centrais se desenvolveu neste quadro social (ABRAMOVAY, 1998, p.19).

Sob a concepção marxista, o camponês só pode ser definido pela tragédia de seu destino social: ele será fatalmente extinto pela própria dinâmica da diferenciação entre os produtores (Lênin) bem como será incapaz de resistir à concorrência das grandes empresas agrícolas (Kautsky) (ABRAMOVAY, 1998, p.23)

(...), no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Nesse contexto a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção (WANDERLEY, 1999, p 38)

Para Alfatin (2007), os movimentos sociais rurais representados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), grupos de seringueiros e outros que integram os chamados povos da floresta, são o exemplo vivo de que a mobilização desses grupos organizados influenciou nas políticas públicas atuais.

As ações empreendidas por esse conjunto de organizações sociais demonstravam que não se comprovou a hipótese de que o desenvolvimento capitalista no campo levaria ao desaparecimento de camponeses, caipiras, pequenos produtores, integrados, colonos, assentados e demais formas familiares de produção rural, que persistiam e apresentavam novas estratégias produtivas e organizativas (ALFATIN, 2007, p.12).

Alfatin (2007), juntamente com outros estudiosos, conceitua a agricultura familiar dividindo-a em duas vertentes. A primeira considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas, sem ligações hereditárias. “[...] uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (Abramovay, 1998, p. 22). Apesar do caráter familiar, esse autor considera que há uma distinção conceitual, cuja origem estaria nos diferentes ambientes sociais, econômicos e culturais que caracterizam cada uma.

A própria racionalidade de organização familiar não depende da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve (ABRAMOVAY, 1998, p. 23).

A outra vertente defende ser a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas. Para Alfatin (2007, p.1), “as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam ruptura definitiva com formas anteriores, mas, pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade”.

Segundo Wanderley, o agricultor familiar, mesmo que moderno, inserido no mercado, “[...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado,

nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças” (WANDERLEY, 1999, p. 52).

Na discussão sobre definição normativa agricultura familiar foi decisivo o estudo realizado a partir de um convênio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Nesse estudo definiu-se que agricultura familiar possui três características centrais, que são:

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitas por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996, p. 4).

Apesar do estudo da FAO ter sido realizado com base no Censo Agropecuário de 1996, os números utilizados ainda servem como base para entendermos a dimensão do que é a agricultura familiar brasileira. A agricultura familiar é constituída por pequenos e médios produtores, são cerca de 4,5 milhões de famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhos, integrantes de comunidades quilombolas e indígenas, produzindo, gerando renda e sendo responsável por 77% da geração de emprego no campo. Esse total de famílias representa 85% das propriedades rurais no País (CASSEL, 2007, PORTUGAL, 2002). É do trabalho da agricultura familiar que provém cerca de 60% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, bem como a matéria-prima para a indústria. Além disso, a agricultura familiar contribui para o esforço exportador do Brasil a partir de várias cadeias produtivas de que participa, sendo responsável por cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. O segmento detém 20% das terras e responde por 30% da produção global (PORTUGAL, 2002). No Rio Grande do Sul, foco de nossa pesquisa, a representatividade da agricultura familiar perante outros segmentos agrícolas é ainda mais significativa. De acordo com o Censo Agropecuário 2006, do IBGE, a agricultura familiar no estado ocupa 31% da área agrícola, é responsável por 81% das pessoas ocupadas no meio rural (992.088 pessoas), bem como, responde por 54% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (BRASIL, 2013).

Esta categoria social possui uma identidade própria que está em constante processo de construção, que vai desde a forma como realiza o processo produtivo, passa por uma íntima relação entre a dinâmica produtiva e reprodutiva, até uma profunda interação e integração entre os fatores de produção “terra, trabalho e capital”, mas sempre procurando preservar os seus valores culturais. Não podemos negar que tal segmento tem um papel importante na economia brasileira, e tem tido uma enorme capacidade de resistir diante do processo histórico de desenvolvimento. Ele também conserva os recursos naturais, a diversidade cultural e biológica, prima pela vida em torno de um núcleo familiar e em comunidade, e preserva valores culturais e éticos. Ou seja, o papel fundamental da agricultura familiar vai além de produzir alimentos (KERBER, 2009, p.10).

Para Portugal (2002), a agricultura familiar tem um papel importantíssimo na economia dos pequenos e médios Municípios, pois a mesma é responsável por uma importante fatia da geração de empregos no comércio e serviços desses Municípios.

Também é parte desse processo a valorização do desenvolvimento local, baseado em processos endógenos, com o aproveitamento racional dos recursos disponíveis em unidades territoriais delimitadas pela identidade sociocultural. Nesse contexto, a agricultura familiar é reconhecida como importante ator social, responsável por parte significativa das dinâmicas rurais e de grande relevância na articulação rural-urbana, especialmente em Municípios menores. Isso significa dizer que a componente cultural do modo de vida rural tem relevância na busca de um novo paradigma de desenvolvimento e que, nessa componente, a agricultura familiar tem sido identificada como tendo papel de destaque (ALFATIN, 2007, p.17)

A melhoria da renda dessas famílias, por intermédio de uma maior inserção no mercado, tem, como consequência, o fortalecimento das áreas rurais, bem como dos centros urbanos do país.

A diversidade de situações também se reflete nas múltiplas funções da agricultura familiar na dinâmica econômico-social dos territórios, que já faziam parte da prática camponesa e que foram inibidas pelo modelo produtivista. A primeira dessas contribuições da agricultura familiar, pontuada hoje como uma função a ser valorizada, diz respeito ao seu papel original de garantir a segurança alimentar. Essa função deve ser observada por duas dimensões. A primeira diz respeito à produção agrícola em si, à capacidade de fornecer volumes de alimentos ao mercado. A outra se refere à capacidade de possibilitar o acesso aos alimentos (ALFATIN, 2007, p.15).

É por meio dessa categoria política de agricultores que a possibilidade da transição se torna viável, porque é para esse segmento que estão formulados e pensados os princípios da ciência da Agroecologia. Podemos afirmar, então, que a agricultura familiar é o sujeito da transição agroecológica.

Considerando o atual contexto de ecologização da agricultura, não se pretende afirmar que a sustentabilidade seja uma qualidade ou uma característica inerente à agricultura familiar. O que se pretende destacar é o

fato de que é possível localizar, neste segmento heterogêneo chamado “agricultura familiar”, elementos de permanência, de continuidade e de unidade de um modo de ser. E são estes elementos e sua capacidade de adaptação e resistência, representados no conjunto pelo seu patrimônio sociocultural, que podem atuar em seu favor no processo de transição e de emergência de uma agricultura sustentável e multifuncional (MÜLLER, LOVATO e MUSSOI, 2013, p.5)

3.2 Limites e possibilidades da transição agroecológica

A palavra transição foi utilizada por muitos autores do tema agricultura para designar a passagem de um modelo convencional de agricultura para a agricultura de base ecológica. Em sua acepção semântica, o termo transição pode indicar a ação e o efeito de passar de um modo de ser ou estar a outro distinto, e que sucessivamente provoca consequências e efeitos, previsíveis ou não, na nova situação que se estabelece.

A transição à qual nos referimos diz respeito à mudança dos atuais modelos de desenvolvimento rural, conhecida como agricultura convencional, para outros estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas mais sustentáveis. Dessa maneira, a Agroecologia servirá como aporte científico para utilizarmos o termo transição agroecológica nos próximos capítulos deste trabalho.

Ao trabalharmos os conceitos de Agroecologia logo aparece o conceito de transição agroecológica como eixo central da discussão. A maioria dos autores que discute a transição são unânimes em afirmar que esta tende a se efetuar num processo lento e gradual. A Agroecologia, além de ser a base ideal para uma transição, dá o suporte necessário para um efetivo desenvolvimento rural sustentável.

A conversão para o manejo do agroecossistema fundamentado em princípios ecológicos resulta em um conjunto de mudanças na ecologia do sistema (GLIESSMAN, 1986). À medida que o uso de agroquímicos sintéticos é reduzido ou eliminado e os nutrientes e biomassa são reciclados dentro do sistema, a estrutura e função do agroecossistema também mudam (GLIESSMAN, 2000).

Para o autor, há alguns princípios norteadores no processo de transformação de uma propriedade convencional em ecológica:

- Mover-se de um manejo de adição de nutrientes externos para um manejo baseado na reciclagem de nutrientes fazendo uso, por exemplo, da fixação biológica do nitrogênio e da inclusão das micorrizas.

- Utilizar fontes renováveis de energia, ao invés das não renováveis.
- Suprimir o uso de insumos sintéticos não renováveis, produzidos fora da propriedade, que possam causar prejuízos ao ambiente e à saúde do agricultor e do consumidor.
- Utilizar alternativas de convivência com as pragas ao invés de eliminá-las.
- Procurar manter o equilíbrio ecológico que ocorre naturalmente ao invés de desestruturá-lo.
- Harmonizar a arquitetura do cultivo com o potencial produtivo e a paisagem.
- Usar espécies adaptadas e nativas na sua condição original ao invés das geneticamente modificadas.
- Objetivar a integração holística do sistema ao invés de buscar por resultados imediatos.
- Dar a devida importância ao sistema solo, água, energia e recursos biológicos.
- Ter o conceito de sustentabilidade como diretriz do sistema agrícola vigente na propriedade a longo prazo.

A integração entre esses princípios pode ser o norte para que a agricultura familiar siga na busca de uma maior sustentabilidade. Também, segundo Gliessman (2000, p.574), “a transição imediata para um modelo sustentável é impraticável e impossível, pois necessita persistência para avançar lentamente ao objetivo da sustentabilidade”.

Também, segundo Gliessman (2000, p. 574), “a transição imediata para um modelo sustentável é impraticável e impossível, pois necessita persistência para avançar lentamente ao objetivo da sustentabilidade”. Para esse mesmo autor a transição se dá em três níveis fundamentais:

Nível 1: refere-se ao aumento da eficiência de práticas convencionais a fim de reduzir o uso e o consumo de insumos escassos, caros ou ambientalmente danosos. Nessa fase, embora persista a dependência por recursos externos, inicia-se a adoção de práticas de recuperação e conservação da fertilidade do solo. A meta dessa abordagem é a utilização de insumos de forma mais eficiente, fazendo com que uma menor quantidade se torne necessária, e reduzindo, ao mesmo tempo, os impactos negativos de sua utilização. Nível 2: desrespeito à substituição de práticas convencionais por práticas alternativas. Nesse nível de conversão, tem-se a substituição das práticas baseadas no uso intensivo de recursos degradadores do ambiente por outros benignos. Nesta fase o agricultor e sua família já deverão apresentar um conhecimento maior sobre a Agroecologia. Nesta etapa, a estrutura básica do agroecossistema não é grandemente alterada, e muitos dos mesmos problemas que ocorriam em

sistemas convencionais também ocorrem nestes sistemas baseados na substituição de insumos. Nível 3: O mais complexo nível da transição é representado pelo redesenho dos agroecossistemas, para que estes funcionem com base a um novo conjunto de processos ecológicos. Nesse nível, há uma busca por eliminar as causas fundamentais daqueles problemas que não foram resolvidos nos níveis 1 e 2. Em termos de pesquisa já foram feitos bons trabalhos em relação à transição do primeiro para o segundo nível, mas a transição para o nível três apenas começou (GLIESSMAN, 2000, p. 574).

Conforme Gliessman, é nesse estágio que podemos responder as questões maiores, tais como: o que é a sustentabilidade e se já a alcançamos. É fundamental entender que a transição não ocorrerá de forma linear e nem mesmo na ordem dos níveis apresentados, mas ela poderá, sim, ocorrer simultaneamente entre os níveis, havendo, assim, uma dialética entre os mesmos.

Coexistem na sociedade sistemas com diferentes níveis de sustentabilidade, o que significa que em alguns casos certos passos já estarão superados. Também vale a pena destacar que podem existir outros passos além destes, dependendo de condições locais ou regionais específicas. Dessa maneira, não há um nível desejável ou aceitável de sustentabilidade definido a priori, que defina o limiar ou a linha divisória entre o sustentável e o não sustentável. Para cada local, região ou território, as condições socioeconômicas e culturais mudam os parâmetros, embora o foco seja sempre a construção de agriculturas sustentáveis (EMBRAPA, p. 30, 2006).

Para Costabeber (1998), essa transição se daria não só pelas mudanças tecnológicas, mas também por meio de uma mudança nos valores e nas atitudes dos atores sociais com relação a sua maneira de pensar o manejo e a conservação dos recursos naturais, sem anular, assim, o progresso técnico e o avanço do conhecimento científico.

Esta ideia de mudança gradual se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado. Porém, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades, por exemplo, do clima, solo e água de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais. Isto determina, também, que quando se trabalha a partir dos princípios da Agroecologia não há a possibilidade de transferência unilateral de pacotes tecnológicos, pois devem ser respeitadas as condições locais tanto dos agroecossistemas como dos sistemas culturais dos grupos sociais que os estão manejando. Adicionalmente, é preciso enfatizar que o processo de transição agroecológica adquire enorme complexidade, tanto tecnológica como metodológica e organizacional, dependendo dos objetivos e das metas que se estabeleçam, assim como do “nível” de sustentabilidade que se deseja alcançar (CAPORAL, 2005, p. 2).

Também para Caporal (2003), a transição teria como partida uma experiência convencional para outras de impactos mais amenos, mais complexas em relação ao manejo dos recursos ambientais. Em suma, um processo social orientado à obtenção de índices mais equilibrados de sustentabilidade, estabilidade, produtividade, equidade e qualidade de vida na atividade agrícola.

Segundo Costabeber e Moyano (2000), ao compararem o modelo da agricultura convencional e os limites que este traz na sua concepção com as propostas orientadas para a transição a uma agricultura sustentável, apontam que agricultura com base ecológica não se dá de forma unilinear, mas sim por meio de múltiplas dimensões. Fazem parte dessa complexa rede as dimensões econômica, social, ecológica, política, cultural e ética. Além destas, a EMATER/RS trabalha com uma sétima dimensão, não menos importante que as outras seis, que é a dimensão espiritual³.

A dimensão econômica é sempre considerada a principal protagonista da mudança, mas esta não deve ser a única a ser observada. É preciso ter um olhar mais atento às outras dimensões como, por exemplo, a social, pois, a partir dessa, pode-se compreender as razões e as atitudes dos atores sociais envolvidos no processo.

(...) é preciso ter em conta que a agricultura, como atividade econômica orientada ao mercado, está inserida em uma dinâmica que privilegia o uso de recursos naturais em direção à maximização de seu valor de troca, o que costuma dificultar ou impedir o uso planejado dos agroecossistemas, de maneira que pudessem atender a outros valores, orientados a preservação do meio ambiente, melhoria da qualidade de vida ou equidade social. As contradições que se geram entre os objetivos econômicos e as necessidades de renovação agroecossistêmica põem em risco a manutenção dos níveis de produção de biomassa através do tempo, assim como sua distribuição equitativa intra e inter-geracional. Ou seja, a racionalidade instrumental - que se estabelece com base em supostos meramente economicistas - se sobrepõe à racionalidade substantiva, portadora de valores que vão mais além da mera apropriação da natureza como forma de acumulação de capital. A dimensão econômica, pois, adquire notável relevância no momento de explicar a intensificação e incorporação tecnológica, já que os atores sociais envolvidos na lógica de mercado são induzidos a maximizar seus benefícios econômicos como forma de manter-se no negócio (COSTABEBER, MOYANO, 2000, p.53)

³ Informação concedida, em entrevista, pelo Engenheiro agrônomo da EMATER - Porto Alegre, Mario Gerber em 01 de agosto de 2012.

Talvez um dos maiores limitantes da transição, seja realmente o tempo em que o agricultor precisa fazer a conversão, pois nesse período acaba ocorrendo uma lacuna em nível econômico, uma vez que ele começa a produzir de forma orgânica, mas vende o seu produto com preço de convencional.

Segundo Assis (2005), não há um consenso sobre o tempo para conversão agroecológica. Para esse mesmo autor, a conversão e o atestado de que determinado produtor é orgânico não deveria ser restringido apenas pelas normas de certificação orgânica, pois esta atesta apenas que o agricultor cumpriu as exigências normativas que o habilitam a utilizar o selo orgânico em seus produtos. Para Assis, a experiência de certificação participativa se aproximaria do ideal para a nossa realidade brasileira.

Denominamos de Certificação Participativa o processo de geração de credibilidade que pressupõe a participação solidária de todos os segmentos interessados em assegurar a qualidade do produto final e do processo de produção. Este processo resulta de uma dinâmica social que surge a partir da integração entre os envolvidos com a produção, consumo e divulgação dos produtos a serem certificados (MEIRELLES, 2003, p.4).

Para Meirelles (2003), a certificação feita por órgãos e executada por pessoas que não fazem parte da região ou território imprime certo desconforto aos agricultores, fazendo com que estes acabem não se sentindo pertencentes ao processo.

A inspeção por um elemento neutro não estimula o surgimento de formatos organizativos que poderiam ser desenhados para atender também a esta necessidade, de conferir credibilidade ao produto orgânico. O fato de esta credibilidade ser 'concedida' pela inspeção, por pessoas e estruturas alheias à comunidade, não cria um processo de empoderamento da família agricultora ou da comunidade. (MEIRELLES, 2003, p.2)

Para o mesmo autor, a certificação feita por outros que não os da comunidade remete aos agricultores a sensação que estes são apenas executores de uma cadeia da indústria convencional. Isso acaba resultando numa espécie de inércia criativa, roubando, assim, o estado "natural" dos agricultores.

A normatização de fato cumpre um papel de deixar mais claro o que se quer dizer quando se fala em produção orgânica. Por outro lado pasteuriza procedimentos e burocratiza o acesso dos produtores à condição de 'produtores orgânicos'. Limita a criatividade e tende a reduzir a prática da agricultura orgânica ao cumprimento de regras pré-estabelecidas (MEIRELLES, 2003 p.3).

Meirelles (2003) acredita que a relação custo/benefício da certificação se torna onerosa para os agricultores. Segundo o autor, já há legislação de proteção do direito do consumidor que estaria apta a punir eventuais fraudes. Também ressalta que a certificação não é um mecanismo eficiente para fomentar a produção e consumo de produtos ecológicos.

Para a realidade da agricultura familiar nos países do Sul, o preço cobrado pelo serviço da certificação os impede de entrar neste jogo. Ao preço cobrado pelas certificadoras se soma o fato de muitos compradores do Norte exigirem determinados certificados, obrigando os exportadores do Sul a contratarem o serviço de mais de uma certificadora, algumas vezes chegando a 4 ou 5 diferentes certificações para a mesma área, levando os custos a patamares insustentáveis para os produtores (MEIRELLES, 2003, p.2)

Outro fator limitante é a efetiva participação dos agricultores nas propostas agroecológicas formuladas e implantadas pelas ONGs, prefeituras, instituições de assistência técnica, etc. Muitas vezes o desejo da mudança ocorre apenas em quem está conduzindo o processo e isso não é o suficiente para que aconteça a transição.

Para haver a emergência da sustentabilidade, um dos fatores básicos é a efetiva participação dos agricultores neste processo. Esta participação, no entanto, não deve se restringir somente à fase de implementação das estratégias de desenvolvimento. É preciso que os agricultores e suas comunidades tenham um espaço garantido e privilegiado, tanto na discussão e diagnóstico da sua problemática, como também nas decisões a respeito das soluções a serem implementadas e na avaliação dos resultados. Trata-se, fundamentalmente, de se criar as condições necessárias para que os agricultores sejam os sujeitos de seu próprio desenvolvimento, garantindo a sustentação política das ações e projetos locais (MÜLLER, LOVATO e MUSSOI, 2013, p.5)

Uma possibilidade real para uma efetiva transição está na valorização das formas associativas de organização.

Paralelamente ao processo de ecologização, se geraria um processo de ação coletiva, através do qual os atores sociais identificam seus interesses, necessidades e expectativas comuns a respeito do desenvolvimento das alternativas elegidas. Neste caso, a elaboração e colocação em prática de estratégias coletivas dirigidas ao incremento da renda agrária - via a organização da produção e conquista de mercados alternativos, por exemplo, constituiriam o fundamento principal da luta dos agricultores para superar a estagnação e a marginalização econômica a que estariam submetidos (COSTABEBER, MOYANO, 2000, p.54)

3.3 O papel do cooperativismo na agricultura familiar

A busca por alternativas baseadas na associação econômica entre iguais e na propriedade solidária frente aos resultados excludentes do capitalismo não é um movimento que podemos chamar de novo. A ideologia e a prática cooperativista são tão antigas quanto o capitalismo industrial. As primeiras cooperativas surgiram por volta de 1826, na Inglaterra, como reação ao empobrecimento provocado pela mudança maciça de camponeses e de pequenos produtores em trabalhadores das primeiras fábricas do capitalismo industrial. Também na Inglaterra, surgiram as cooperativas que passariam a ser modelo do cooperativismo contemporâneo – Rochdale, 1844. As primeiras cooperativas de trabalhadores foram fundadas na França por volta de 1823, por operários que se organizaram protestando contra as condições de trabalho desumanas nas fábricas em que trabalhavam, decidindo, assim, fundar e administrar coletivamente suas próprias fábricas (SANTOS, 2002).

No Brasil, o movimento cooperativista passou a ser oficialmente conhecido em 1847. A primeira cooperativa surgiu em 1890, no Rio de Janeiro, e se tratava de uma cooperativa de consumidores. No Rio Grande do Sul, em 1902, a cooperativa chamada de Caixa de Economia e Empréstimo Amstad, na “Colônia de Nova Petrópolis”, foi considerada a primeira cooperativa de crédito da América Latina, organizada pelo padre Theodor Amstad.

Os imigrantes italianos e alemães trouxeram em suas origens européias, as práticas da ajuda mútua, a bagagem cultural, o trabalho associativo e as atividades familiares, além do gosto pelo trabalho comunitário. Partindo desses princípios, fortaleceu as práticas da cooperação; a formação de centros comunitários e a idealização da primeira cooperativa agrícola de produtores rurais, no Rio Grande de Sul em 1906 (FABRIS, 2012, p.68).

Nas primeiras décadas do século XX, muitas cooperativas foram fundadas pelos imigrantes italianos e alemães no Rio Grande do Sul. Após a segunda metade do século, várias delas entraram em crise e fecharam suas portas. “Essa crise vinculou o cooperativismo à ideia de má administração, corrupção e ineficiência. Falar em cooperativismo em alguns ambientes ainda provoca reações de descrença, apatia e revolta.” (SCHMIDT; GOES, 2002, p.126).

O cooperativismo no Rio Grande do Sul desenvolveu-se baseado na agricultura familiar, guiado pelos anseios dos imigrantes europeus, tendo como objetivo buscar melhores condições de produção, comercialização, acesso ao crédito e ações organizacionais da classe agrícola. Nessa

perspectiva, o sistema cooperativista encontrou na associação de pessoas com interesses comuns o ambiente adequado para seu fortalecimento (FABRIS, 2012, p.19).

Na década de 1980, com a abertura política e a organização de vários movimentos de agricultores que reivindicavam seus direitos, há uma espécie de renascimento de algumas organizações e a criação de outras tantas. A partir da década de 1990, o debate se ampliou, incluindo, nas discussões, o regionalismo no contexto das transformações do sistema político internacional e nacional.

Os ventos da democracia vieram acompanhados de um amplo consenso entre dirigentes políticos, intelectuais, representantes de Igrejas e lideranças de trabalhadores acerca da importância do associativismo como uma alternativa para a crise que se abate sobre os trabalhadores do campo e da cidade (SCHMIDT; GOES, 2002, p.126).

A forma associativa pode representar um componente indispensável para o desenvolvimento regional, tanto em nível social como econômico. Para Fabris (2012, p.77), “o desenvolvimento de uma região torna-se possível pela sustentabilidade das organizações representativas, pelas ações realizadas e por estar em parceria com a sociedade civil”. A agricultura familiar insere-se nesse conjunto de forças através das cooperativas agrícolas familiares.

A pesquisa aqui apresentada trata de experiências de cooperativas agrícolas familiares que têm no seu interior o processo agroecológico e possuem, como objetivo, o desenvolvimento desses atores. Dessa forma, acreditamos que o associativo na agricultura familiar é um forte componente de apropriação de valor da produção e uma possibilidade de convivência e de desenvolvimento do capital social.

Um dos traços mais significativos do processo de introdução de práticas agrícolas mais respeitosas com o meio ambiente é o papel que desempenham as formas associativas, de tal modo que pode afirmar-se que a ação coletiva é um elemento fundamental para compreender-se a consolidação de novos estilos de agricultura (CAPORAL E MOYANO, 2000, p. 51).

Para Almeida (1999, p.102) “toda a forma de cooperação implica fundamentalmente no esforço de busca de novas estratégias de solidariedade e de sociabilidade na produção e vida em grupo dos pequenos agricultores, assentados ou não”.

Segundo MLADENATZ (2003), o modelo cooperativista pode ser entendido como um caminho ideal, capaz de proporcionar maior representatividade aos seus cooperados e garantir sua própria sustentabilidade. “O movimento cooperativo está dividido de acordo com as classes sociais, as concepções políticas, as categorias econômicas, a nacionalidade ou as crenças religiosas e as diferentes concepções relativas ao sistema cooperativo.” (MLADENATZ, 2003, p. 13). Para o mesmo autor as cooperativas podem, sim, conviver com o capitalismo. Sendo assim, o modelo cooperativista permite realizar uma ordem econômica e social que fundamenta dois pontos importantes: o entendimento da solidariedade sobre a competitividade e a colaboração do trabalho frente ao domínio do lucro.

Segundo Pinho (2004), cooperação é uma forma de processo social e pode ser entendida como ação conjugada em que as pessoas se unem de modo mais ou menos organizado para alcançar os mesmos objetivos. Sendo assim, a cooperativa pode ser entendida como uma “empresa de serviço”, cujo fim imediato é o atendimento das necessidades econômicas de seus usuários, que a criam com seu próprio esforço e risco. A autora acrescenta, ainda, que nas sociedades cooperativas existem “igualdade de direitos e obrigações dos cooperados baseada, sobretudo, na norma estabelecida nas assembleias-gerais onde cada associado tem direito a um voto (...) independente de sua participação no capital social” (PINHO, 2004, p.121).

Segundo Perius (1983), que analisou a estrutura organizacional das cooperativas, o ingresso do associado na organização é livre, bastando que tome a decisão de querer cooperar, desde que isso traga benefícios que se resumem na maximização da remuneração das atividades profissionais.

Para Dickel, a definição de cooperativa tem ênfase na associação e na solidariedade de pessoas:

A cooperativa é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns e cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades. Fundamenta-se na economia solidária e se propõe a obter um desempenho eficiente, através da qualidade e da confiabilidade dos serviços que presta a seus próprios associados e usuários. As cooperativas são sociedades de pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro (DICKEL, 1997, p.3).

No Estado do Rio Grande do Sul, em 2012, foram registradas 527 cooperativas ativas. Destas, 166 são do setor agropecuário, tendo 272.882 associados e fomentando 30.275 empregos nesse mesmo setor.

No Brasil, o cooperativismo está implantado em todos os estados da Federação e vem crescendo ao longo dos anos. Alguns estados tiveram um papel essencial no fomento da organização de associações cooperativistas, dentre eles podemos citar: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, assumindo assim o papel de pioneiros nesse trabalho. Segundo Lopes (2012), o Brasil está classificado como um país com baixa cooperativização, pois menos de 10% da população brasileira está associada a algum tipo de sistema cooperativo.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), o Brasil tem uma população total de 192.376.496 pessoas, sendo que 10.009.105 (OCB, 2012) pessoas estão associadas a algum tipo de cooperativa. Isso significa que o percentual de pessoas associadas no Brasil é de 5,20%. Podemos ver que esse percentual é pequeno se compararmos a outros países como a Finlândia, com 65% da população; Dinamarca com 40%; a Itália com 37% e a Alemanha, com 25%. Por meio desses dados, podemos observar a carência de políticas públicas voltadas à implantação de novas cooperativas.

3.3.1 O Caso da ECOVALE na região do Vale do Rio Pardo

Primeiramente, faz-se necessário caracterizarmos a região do Vale do Rio Pardo, onde estão inseridos o CAPA e a ECOVALE.

3.3.1.1 Caracterização do Vale do Rio Pardo

Para podermos entender o processo de desenvolvimento da região do Vale do Rio Pardo, é fundamental que analisemos o seu contexto histórico. A história de formação territorial dessa região possui muitos fatos comuns ao processo de formação do território gaúcho.

Na época da descoberta do Brasil, a atual Região do Vale do Rio Pardo era habitada por tribos indígenas, predominantemente da Tradição Tupi-Guarani. Na metade do século XVIII, a Coroa Portuguesa iniciou o processo de distribuição de Sesmarias no Rio Grande do Sul. Após ter sido firmado o Tratado de Madrid (1750) - que estabeleceu que Portugal anexaria a região

missioneira em troca da Colônia do Sacramento -, os portugueses fundaram a fortaleza Jesus-Maria-José na margem esquerda da confluência dos rios Pardo e Jacuí, dando origem à cidade de Rio Pardo, que em 1809 ocupou mais da metade do atual território do estado. Até meados do século XIX, Rio Pardo foi um importante centro de distribuição de mercadorias. A partir de então entra numa fase de estagnação perdendo importância econômica e militar no cenário do estado (KARNOPP, 2003 p.136).

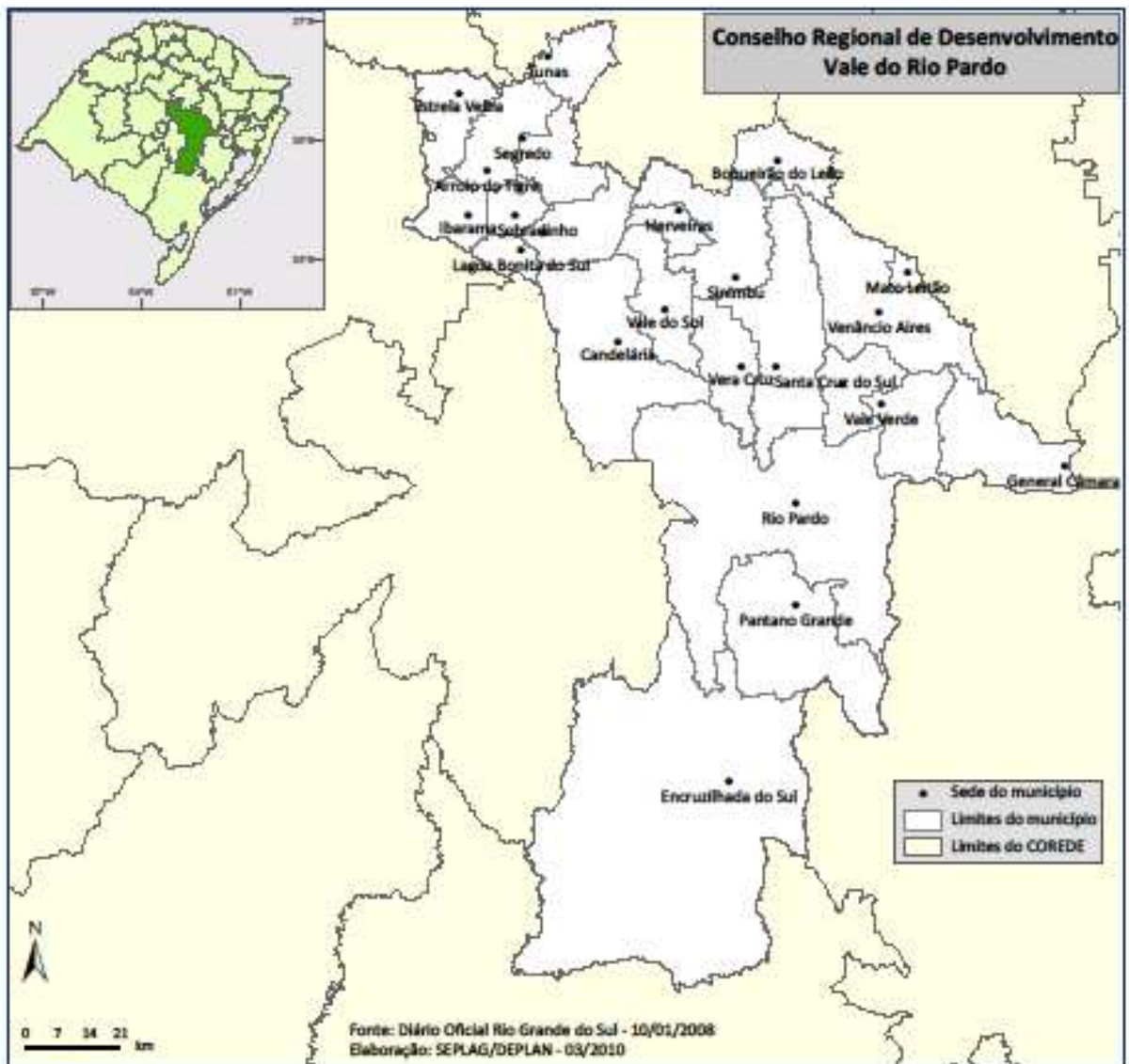
A região teve sua ocupação intensificada na segunda metade do século XIX, a partir da implantação das novas colônias de migrantes europeus nas regiões dos Vales (Pardo e Taquari) e da Serra Gaúcha. A Colônia de Santa Cruz foi criada dentro do Município de Rio Pardo, no ano de 1949. Os imigrantes que constituíram a Colônia de Santa Cruz eram basicamente imigrantes de origem alemã. Receberam terras de topografia irregular e cobertas com densas florestas. Por determinação da Coroa Portuguesa, o uso da mão de obra escrava era proibido. Os lotes recebidos pelos imigrantes alemães, comparados aos grandes latifúndios que constituíam os Municípios de Rio Pardo, General Câmara e Encruzilhada do Sul, eram pequenos. A colônia, em princípio, apresentava-se como um espaço de diversificação agrícola, sendo que, com o passar do tempo, despontava em sua economia a atividade tabacaleira que, atualmente, domina o espaço agrário regional.

Ainda segundo Karnopp (2003), a busca por novas terras fez com que os colonos de origem alemã subissem a Encosta e encontrassem habitantes de origem luso-brasileira e italiana.

Gradativamente, a região vai tomando forma do ponto de vista antropológico, com áreas bem identificadas a partir dos grupos étnicos predominantes em cada núcleo, e também do ponto de vista espacial, com a conformação territorial dos diversos tipos de ocupação e exploração (KLARMANN 1999, p. 130).

Ao longo do século XX, vários Municípios desmembraram-se da sede de Santa Cruz do Sul e dos Municípios mais antigos da região, constituindo o atual espaço regional.

Figura 01 – COREDE Vale do Rio Pardo



Fonte: FEE, 2008

Dessa maneira, a região do Vale do Rio Pardo situa-se no centro do Rio Grande do Sul, e compreende 23 Municípios⁴ integrados ao COREDE Vale do Rio Pardo. Segundo Karnopp (1997), o Vale situa-se numa região fisiográfica de topografia diferenciada que compreende partes da Depressão Central e Encosta, abrangendo extensas áreas quase planas ao sul e sudoeste até terrenos bastante

⁴ Os Municípios que integram a região do Vale do Rio pardo são: Arroio do Tigre, , Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

acidentados ao norte e nordeste. Também possui diferenças marcantes de altitude, o que lhe confere um potencial muito grande para a diversificação de atividades agrícolas. Conforme a autora, podemos destacar três sub-regiões: o norte, caracteristicamente uma área de predomínio da pequena propriedade, conta com uma população constituída por descendentes de alemães, italianos e luso-brasileiros; o centro, constituído pela sub-região do pólo industrial/comercial de Santa Cruz do Sul e cidades vizinhas como Venâncio Aires e Vera Cruz; e o sul, representado pela área abrangida pelas médias e grandes propriedades, com um predomínio das atividades agropastoris, principalmente dedicadas à pecuária e à orizicultura, e com baixa densidade demográfica nas áreas rurais, típica de regiões de latifúndios.

Segundo dados do IBGE 2010, a região possui 418.141 habitantes, que vivem numa área de 13.257 km² e representam 5,09 % da área total do território gaúcho. Dos 23 Municípios que compreendem o Vale apenas sete possuem população urbana superior à população rural. A população rural fica em torno de 37%. Este é um fator diferencial perante outras regiões do estado, assim como no Brasil, onde a taxa de habitantes do meio rural está em torno de 20%.

Dados de 2006, do Censo Agropecuário do IBGE, mostram que 72% dos estabelecimentos agrícolas da região possuem em média 16 hectares, tendo predominância no trabalho a mão de obra familiar vinculada à fumiicultura.

Para compreendermos a lógica de produção da agricultura familiar, temos necessidade de avaliar sua constituição histórica. A produção de fumo na região de Santa Cruz do Sul foi decorrente da estratégia produtiva desenvolvida pelos núcleos de produção familiar estabelecidos na região a partir de meados do século XIX. Esta estratégia conciliou a especialização relativa em determinados cultivos comerciais, os quais permitiam uma produção de subsistência e de auto-consumo em regime de policultivo. Com o passar do tempo, essa diversificação da produção foi sendo reduzida em termos de diversidade de cultivos e de área, dando prioridade cada vez mais aos cultivos comerciais, especialmente aos ligados aos sistemas agroindustriais, chegando ao limite nos anos 1990, quando mais de 80% da renda bruta dos agricultores de Santa Cruz do Sul dependiam exclusivamente da cultura do fumo (WEBER, 2002 p. 12).

O Vale do Rio Pardo é mundialmente conhecido como uma das principais áreas produtoras e beneficiadoras de fumo. Segundo Silveira (2012, p. 7).

Cerca de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) regional está vinculado a este setor, o que demonstra que a economia regional é significativamente especializada desde a década 1960, quando do incremento da internacionalização da agroindústria do tabaco. A partir desse momento, os

processos de reestruturação gerencial e de modernização tecnológica do próprio complexo agroindustrial regional foram fortalecidos na região, com profundas implicações sociais, econômicas e territoriais.

Sendo assim, destacam-se os Municípios de Santa Cruz do Sul, Vera Cruz e Venâncio Aires, situados em sua porção central, os quais passaram a desempenhar um papel importante na configuração espacial do setor fumageiro, ganhando expressão no mercado internacional do tabaco. Juntos, os três Municípios somam 50% de toda produção comercializada e beneficiada no Vale do Rio Pardo em relação ao Brasil.

De acordo com Karnopp (2003), a região se encontra desigualmente desenvolvida, mas apresenta uma identidade comum, pois a produção de tabaco atua como organizadora do espaço regional (exceção para Pântano Grande). O tabaco possui toda uma importância e representatividade no espaço regional por diversos fatores históricos que atuaram diretamente na construção deste complexo agroindustrial.

É importante destacar que a expansão e a intensificação da fumicultura no estado ocorreu nas regiões de pequenas propriedades de produção familiar, pelo fato destes locais não serem aptos ao cultivo de soja e trigo e nem à pecuária extensiva, e também por possuírem os piores solos, contribuindo para a ampliação da necessidade do uso de fertilizantes químicos (ETGES, 1991).

Analisando a realidade atual, através de inúmeros estudos, podemos comprovar que o fumo mostra-se uma cultura insustentável. O agricultor, como ator desse processo, perde em saúde, pois há um alto índice de intoxicação pelo uso excessivo de agrotóxicos. O meio ambiente perde, pois os solos ficam totalmente exauridos, os mananciais hídricos contaminados e a sujeição ao sistema integrado faz com que o agricultor seja uma mera peça da engrenagem da cadeia do fumo.

No meio rural, a predominância das lavouras monocultoras de fumo e de arroz tem promovido inúmeros problemas ambientais como a contaminação do solo e dos recursos hídricos pela intensa carga de agrotóxicos utilizada, o assoreamento dos cursos d'água, o desmatamento, e a erosão do solo pelo manejo inadequado e perda da biodiversidade ambiental pela expansão da lavoura monocultora.⁵

⁵ Plano Estratégico de desenvolvimento do Vale do Rio Pardo

Nesse contexto de predomínio da cultura do tabaco é que encontramos um foco de resistência e de alternativa a esse modelo dominante na região: o CAPA e a ECOVALE. A cooperativa ECOVALE é um dos objetos de estudo deste trabalho e se apresenta como exemplo de agricultura familiar sustentável e perspectiva para o desenvolvimento regional.

3.3.1.2 História do CAPA e da ECOVALE

A partir dos anos de 1980, começa a se discutir junto às questões da reforma agrária, temas relativos ao meio ambiente e à modernização da agricultura.

As frentes de luta vão se abrir passando os movimentos a não mais visarem especificamente à questão da terra, reservando, no entanto, a essas formas de luta um espaço político importante nos anos oitenta e noventa. Trata-se então de combater as diferentes formas de exploração dos trabalhadores e dos assalariados rurais do jugo do trabalho e dos interesses puramente lucrativos e comerciais; de desenvolver novas alternativas de produção; de obter melhores preços e de favorecer os movimentos de mulheres e jovens trabalhadores agrícolas. As ações passam a englobar, pouco a pouco, além de questões da reforma agrária os temas relativos ao meio-ambiente e à modernização da agricultura. É o conjunto dessas ações que vai constituir o centro das contestações e críticas na direção da agricultura dominante, principalmente a partir da década de 1980 (ALMEIDA, 1999, p.55).

Dessa maneira, começam a operar as primeiras experiências de agricultura alternativa no Brasil.

O CAPA surgiu em 1979, nesse movimento de ação contestatória e por uma agricultura diferenciada. Conforme as informações levantadas junto ao CAPA, o mesmo é uma organização não governamental ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). O CAPA é financiado pela *Evangelischer Entwicklungsdienst* (EED) - Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento, com sede em Bonn (Alemanha). Faz parte como instituição das Igrejas Evangélicas Luteranas da Alemanha que visam o desenvolvimento sustentável no mundo. O CAPA opera em diferentes regiões dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, beneficiando aproximadamente cinco mil famílias de agricultores.

Ao todo, são cinco núcleos de atuação, em que equipes técnicas formadas por profissionais das áreas da agricultura, saúde, administração e comunicação

prestam assessoria na organização social e política, na formação e na produção econômica das famílias de agricultores.

A equipe técnica do CAPA presta apoio aos agricultores familiares organizados através de 4 programas: **produção, saúde, educação e formação/organização**, além do programa institucional. Estes projetos estão organizados nas seguintes linhas:

1. Produção ecológica: baseada nos princípios da Agroecologia;
2. Indústria Rural: agregar valor industrializando a produção;
3. Comercialização: a venda direta também agrega valor à produção. Estão em prática iniciativas como feiras livres, entrepostos comerciais e cooperativas;
4. Saúde e Alimentação Integral: palestras, cursos, formação de promotores de saúde e participação nos conselhos municipais de saúde. Orientação no uso de plantas medicinais;
5. Cooperação: estão constituídas e têm apoio do CAPA dezenas de associações comunitárias, grupos informais e cooperativas de agricultores familiares;
6. Formação: atividade permanente, através de cursos, palestras, viagens, reuniões e dias de campo;
7. Parcerias: participação na elaboração e execução de políticas públicas de desenvolvimento rural. Para isso, o CAPA estabeleceu convênios com o governo estadual, prefeituras municipais e escolas públicas;
8. Comunicação: Elaboração de materiais, apostilas, cartilhas, livros e artigos para jornais;
9. Movimentos Sociais: apoio às lutas dos agricultores e suas organizações nas reivindicações por uma economia equilibrada e reforma agrária.

O núcleo CAPA Santa Cruz atua há 25 anos com os agricultores familiares da região do Vale do Rio Pardo e Taquari. O início foi em 1987, com a transferência do escritório que havia em Arroio do Tigre, na então Região Eclesiástica IV da IECLB. A transferência do escritório de um local para outro se deu porque havia necessidade da ONG estar localizada numa cidade maior e, também, porque os grupos de agricultores das localidades pertencentes a Santa Cruz do Sul (Alto Castelhana, Fontoura Gonçalves e Boa Esperança - hoje Município de Vale do Sol) já estavam mais organizados e articulados com a agricultura ecológica.

Desses grupos nasceu a associação com o nome União Serrana de Produtores Rurais. Segundo as entrevistas, os agricultores – que, naquele tempo, eram todos fumicultores –, começaram a discutir nas festas da igreja e aniversários o que fazer com a produção de excedentes como: frutas, hortaliças, ovos e outros, que, muitas vezes, era perdida. Os técnicos do CAPA, analisando a situação, chegaram a conclusão que apenas com os excedentes do que os agricultores plantavam para à alimentação eles poderiam partir para um planejamento de comercialização. As primeiras reuniões foram organizadas pelos pastores da IECLB na comunidade, juntamente com um agrônomo do CAPA, já com objetivo de produzir alimentos sem agrotóxicos e adubos químicos.

Então, em 1987, a União Serrana dos Agricultores Rurais começou a produzir hortifrutigranjeiros de forma ecológica. O transporte dos produtos era feito com um caminhão adquirido por um crédito rotativo financiado pelo CAPA. A comercialização dos produtos era feita diretamente nas creches e feiras livres do Município de Santa Cruz do Sul. Em 1989, os integrantes do grupo entraram num processo de tensões e conflitos e a União Serrana acabou por se desintegrar. Deste rompimento surgiram três associações menores. A primeira associação recebeu o nome de União Serrana de Apicultores (UNISERAPI), que foi formada com apoio de um pastor local que tinha habilidade e afinidade com a apicultura e, por isso, incentivou o grupo a trabalhar com a produção de mel. O segundo grupo se formou com as mulheres da Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas (OASE), que se dedicavam à produção da farmácia viva (horto medicinal) e planejaram, a partir disso, a construção da “Casa da Saúde”, onde passou a funcionar uma farmácia caseira. E, em 1991, mais um grupo se formou para a industrialização da erva-mate, recebendo o nome de Soque de Erva-Mate.

Segundo as entrevistas com os técnicos do CAPA e com os agricultores que faziam parte da União Serrana dos Agricultores Rurais, acreditamos que a crise provavelmente esteja ligada a dois motivos principais. O primeiro motivo se deve à pressão exercida pelo aumento do preço do fumo e a um estímulo ao aumento da produção, fazendo com que muitos agricultores do grupo tornassem prioridade a dedicação à produção do fumo, deixando de lado as outras iniciativas. Esse fato levou à falta de produtos para abastecer as creches e as feiras e, como consequência, à perda gradativa desses mercados. Outro motivo pode ter sido o envolvimento muito intenso dos técnicos em questões pontuais como: a produção, o

transporte, carregamento dos produtos e comercialização. Havia uma dependência muito grande dos agricultores nesses aspectos, pois todos traziam como herança a produção de fumo e, no interior deste sistema integrado de produção, não precisavam se preocupar com a compra de insumos, com o transporte do produto, com a comercialização; tudo isso era feito praticamente da “porteira para dentro” da propriedade, devido à intervenção da empresa fumageira.

O depoimento a seguir, do agricultor E01, ex-integrante da União Serrana de Agricultores, relata como se realizava a venda do fumo às empresas : “o que é mais fácil de se plantar é o fumo, mas hoje todo fumicultor tá lascado” – é muito fácil fazer, a fumicultura tá bem organizada – as fumageiras compram tudo nem que seja de má qualidade, mas se a gente tem produto orgânico de sobra e a cooperativa não consegue absorver tem que coloca o pé na estrada pra vender”.

Conforme Peiter (2002), tais facilidades oferecidas pelas agroindústrias eram cobradas dos técnicos do CAPA. No momento em que os técnicos transferiram aos agricultores maiores responsabilidades em relação ao processo produtivo e organizativo, iniciaram-se alguns problemas, como dificuldades com a comercialização e dificuldade de contato com os mercados, o que foi levando a um desestímulo dentro do grupo.

No Município de Paraíso do Sul, desde 1990, o CAPA realizava reuniões com agricultores que se dedicavam à produção ecológica e à fabricação de medicamentos caseiros. Esse grupo acabou montando um mercado para a comercialização dos produtos, um engenho de arroz e um moinho de milho e trigo. O forte de sua produção era arroz integral, farinha de trigo integral, farinha de milho e de centeio, fibra de trigo, mel, melado, açúcar mascavo e amendoim. Em 1994, esse grupo formou a Associação Paraíso de Agricultura Alternativa (APAA), com 26 famílias envolvidas.

Ainda segundo Peiter (2002), no ano de 1992, o antigo distrito de Trombudo, pertencente a Santa Cruz do Sul, emancipa-se, formando o Município de Vale do Sol e, logo em junho de 1993, já é assinado um convênio entre a Prefeitura de Vale do Sol, representada pela SMAIC - Secretaria Municipal da Agricultura Indústria e Comércio e o CAPA. O acordo visa a dar continuidade ao trabalho da ONG com os agricultores da região serrana do Município, além de estendê-lo às outras comunidades. As comunidades emancipadas, naquela época, demonstravam grande demanda por assistência técnica, principalmente na área de saúde

comunitária e de alimentação, pois não havia escritórios da EMATER para esse serviço, o que facilitou, para o CAPA, a viabilização do convênio.

Mais tarde, em 1995, com a organização conjunta entre CAPA e SMAIC do projeto de manejo sustentado de microbacias, foram obtidos recursos através do Fundo Nacional do Meio Ambiente para implantar tecnologias agrícolas alternativas em três microbacias do Município de Vale do Sol, com a finalidade de, posteriormente, expandir este trabalho para o resto do Município. Foi aumentado o corpo técnico do CAPA em mais dois integrantes (um engenheiro agrônomo e uma nutricionista). Esse projeto, sem dúvida, foi de grande importância para impulsionar a agricultura de base ecológica no Município e promovê-la regionalmente. Através dele, foram obtidos vários equipamentos: distribuidores de esterco, rolo faca, plantadeiras e, também, sementes e calcário. Para operacionalizar o projeto, administrar os equipamentos e formar um fundo rotativo, os agricultores tiveram a necessidade de constituir formalmente uma associação. Foi então que surgiu a Associação de Agricultores Nova Esperança (AANE), integrando, inicialmente, 35 famílias de agricultores.

Com a formação da AANE, em 1996, começou um processo de discussão nos diversos grupos sobre a melhor forma de comercialização dos produtos. Surgiu a ideia da constituição de um entreposto para comercializar os produtos não perecíveis. Foi, então, estabelecido um entreposto de vendas na sede do CAPA, em Santa Cruz do Sul, para vender os produtos provenientes dos grupos. A APAA vendia farinha de trigo integral e arroz branco orgânico; a UNISERAPI vendia mel; e o grupo do Soque, a erva-mate.

Ao longo desse ano foram oferecidos diversos cursos para os agricultores aprimorarem suas práticas e sua organização. Também foram definidos alguns agricultores (identificados como lideranças) para participação intensiva em um trabalho de formação. Essas lideranças passaram a representar a figura de multiplicadores de formação em agricultura de base ecológica dentro de suas comunidades. A AANE passou a beneficiar seus produtos através da agroindustrialização (bolachas, conservas, ovos, produtos medicinais, etc.), melhorando-se, em função disso, a comercialização. Iniciou-se, ainda, a discussão de um grupo de feira ecológica.

Ainda no ano de 1996, outro grupo, localizado em Linha Seival, no Município de Santa Cruz do Sul, que recebia assessoria do Centro Diocesano de Rio Pardo,

aproximou-se do CAPA com o objetivo de constituir um grupo de feira. Formou-se o Núcleo de Agricultores Ecologistas de Santa Cruz do Sul (NAESC).

Em dezembro de 1997, o grupo AANE e o grupo NAESC inauguraram a primeira feira ecológica em Santa Cruz do Sul, com a proposta de ofertar aos consumidores, semanalmente, frutas e hortaliças produzidas sem agrotóxicos e sem adubos químicos. Em fevereiro de 1998, mais um grupo surgiu em Vale do Sol, fruto da articulação e motivação do CAPA. Integra vinte famílias de agricultores da região baixa, das localidades de Rio Pardense, Faxinal de Dentro e Campos do Vale, que já possuíam a proposta de produzir ecologicamente, só que se apresentavam isolados. Os agricultores foram reunidos e formou-se o grupo De Olho na Ecologia (DONE), que se dedica a produzir para a feira ecológica .

É importante salientar que a formação desses grupos mais recentes deu-se de maneira bastante rápida, diferentemente dos grupos mais antigos. Esse fato deve-se à abertura de canais de comercialização através das feiras e, também, a uma crescente demanda pelos produtos ecológicos. Em maio de 2000, na localidade de Linha Floresta, em Vera Cruz, um novo grupo começou a se formar. O grupo surgiu em parceria com a EMATER do Município, que apresentou o CAPA a um conjunto de agricultores da comunidade de Linha Floresta, para que estes pudessem receber assessoria técnica da entidade. Esse grupo se estabeleceu com o nome de Ecoflorestal Sintonizado e, ainda em 2000, já comercializava seus produtos em uma feira ecológica no Município de Vera Cruz.

Com a ampliação da Feira Ecológica em Santa Cruz do Sul e com a demanda cada vez maior da comercialização através do entreposto, foi-se tornando cada vez mais necessário estudar uma nova organização. Dessa forma, começou a se desenvolver, no início de 2000, um amplo processo de discussão entre os grupos organizados, sobre qual seria a estrutura organizacional e jurídica que melhor atenderia aos anseios dos grupos e das famílias de agricultores envolvidos na comercialização dos produtos. A opção foi por uma cooperativa.

Sighardt Hermany, coordenador geral do CAPA Santa Cruz, em entrevista, relatou que o processo da escolha pelo modelo cooperativo foi de difícil consenso, pois cooperativa era uma palavra muito desgastada na região. “Fomos estudando os princípios do cooperativismo e chegamos à conclusão que o problema é a falta do espírito cooperativista das pessoas”. Logo em seguida, deu-se início a uma discussão para a formulação de estatutos, formando-se uma comissão de

coordenação para a constituição da nova organização. No processo de constituição do estatuto foi definido que a cooperativa somente comercializaria produtos ecológicos ou em fase de transição para ecológico. Em 12 de agosto de 2000, foi inaugurada a ECOVALE, com agricultores de Vale do Sol, Paraíso do Sul, Dona Francisca e Santa Cruz do Sul. No entanto, dois grupos (de Paraíso do Sul e Dona Francisca), desde 1999, já passavam por dificuldades financeiras e também por um processo de redução do número de integrantes do seu quadro social, diminuindo gradativamente o fornecimento dos seus produtos, o que acabou acarretando na saída destes grupos da ECOVALE.

As associações e os grupos que fazem parte, atualmente, da Cooperativa ECOVALE são apresentados no Quadro 01:

Quadro 01- Associações e grupos pertencentes a ECOVALE

Nome da Associação	Município do VRP	Número de Famílias	Ano de Início	Principais Produtos	Local de Comercialização
União Serrana de Apicultores (UNISERAPI)	Vale do Sol	06	1989	Mel	Entrepasto de produtos coloniais de Santa Cruz Sul
Grupo Soque de Erva- Mate	Vale do Sol	04	1992	Erva-mate	Entrepasto de produtos coloniais de Santa Cruz do Sul
Grupo Casa da Saúde + AANE	Vale do Sol	07	1989 e 1996, respectivamente	Hortaliças, frutas, panifícios, ovos e conservas , farmácia caseira	Entrepastos e feiras ecológicas de Santa Cruz Sul
Grupo AJESMA Linha Seival	Santa Cruz do Sul	08	1997	Hortaliças, frutíferas, panifícios	Feiras ecológicas de Santa Cruz Sul
Grupo Eco da Vida	Venâncio Aires	05	2002	Hortaliças, frutíferas, derivados da cana, ovos, grãos	Entrepastos, feiras ecológicas de Venâncio Aires
Núcleo Chapadão	Candelária	06	2005	Sucos, conservas, panifícios, ovos, grãos, grãos processados, geléias	Loja da Ecovale

Fonte: dados da pesquisa de campo, 2012.

3.3.1.3 Perfil dos associados

No ano em que a ECOVALE foi fundada o número de associados era 48. Em dois anos de existência, já havia 64 associados, divididos em sete associações. Em 2004, a ECOVALE chegou a ter 81 agricultores associados. Passados 11 anos, o número de associados diminuiu para 53, num total de 36 famílias, sendo que apenas 19 conseguiram fazer a transição efetiva para a agricultura orgânica. Os outros 34 associados continuam a produzir fumo junto com a produção orgânica. Desse total de 53 associados 19 são mulheres.

Quanto à escolaridade dos entrevistados, 40% deles possui a 4^o série do 1^o grau, 20% têm até a 5^a série, 10% têm até a 6^a série, 10%, até a 7^a série e os outros 20% têm segundo grau completo, hoje ensino médio. A faixa etária média dos associados é de 51 anos, alguns associados produzem ecologicamente há 10 anos, e outros há menos que cinco anos, somente um associado produz há 25 anos hortaliças orgânicas. A maioria dos agricultores entrevistados foi líder comunitário ou teve alguma participação de coordenação nos grupos da igreja Católica ou Luterana. Na vida social, além da cooperativa, participam da igreja, de sociedades esportivas, do sindicato rural e de outros grupos e associações. O quadro com o perfil dos agricultores associados segue abaixo:

Quadro 02 – Perfil dos associados entrevistados da ECOVALE

Agricultor	Idade	Escolaridade	Hectares	Tipos de produtos	Tempo de transição	Nº filhos	Trajetória
01E	62	3ª série	30	Erva mate/fumo	25 anos	4	Líder comunitário
02E	44	4ª série	3.1	Feijão/fumo/ovos/frutas	3 anos	1	Presidente de grupo de jovens, presidente da Comissão Evangélica da Costa do Rio, presidente/tesoureiro do Conselho Cambalente da Juventude Rural
03E	37	4ª série	22	Mel/frutas/fumo	3 anos	2	Representante do núcleo do conselho de administração da cooperativa
04E	53	5ª série	8.8	Erva mate/fumo	10 anos	5	Coordenador da região MPA, líder comunitário, tesoureiro da Igreja Evangélica
05E	33	7ª série	15.3	Fumo/hortaliças/frutas/mudas/ embutidos/frangos/ovos/ suínos/mel/vinho	8 anos	x	Tesoureiro da Comunidade
06E	48	2º grau	15	Frutas/hortaliças/farinhas/ açúcar mascavo	10 anos	2	CPT – Líder comunitário
07E	53	2º grau	21	Frutas/hortaliças/grãos/mel/ geleias	10 anos	3	CPT ex-presidente ECOVALE
08E	42	6ª série	9	Hortaliças/ ovos/grãos/ açúcar mascavo	10 anos	2	Ex-tesoureiro ECOVALE, vice-presidente
09E	58	4ª série	24	Hortaliças/frutas/grãos/ erva-mate/ farinhas/sucos	4 anos	2	Vice presidente Ecovale, Líder e presidente do grupo de jovens, presidente da comunidade evangélica da Costa do Rio, presidente e tesoureiro do Conselho Cambalente da juventude rural
10E	61	5ª série	2.8	Paníficos/ hortaliças	7 anos	3	Vice –presidente da Ecovale – líder comunitário de Alto da Boa Vista
11E	69	4ª série	0	Não é agricultor	3 anos	4	Coordenador atual ECOVALE

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2012.

A ECOVALE está organizada a partir de Núcleos de famílias de agricultores ecologistas. Esses Núcleos são a base organizacional da cooperativa e são responsáveis pelo planejamento, organização e execução das suas atividades como: a produção, transporte e comercialização dos seus produtos nas feiras, formação cooperativista e técnico-agronômica, saúde preventiva e outras, sempre em consonância com o planejamento e diretrizes da cooperativa estabelecidas nas assembleias gerais e no Conselho de Administração. Os Núcleos se reúnem mensalmente e tem participação efetiva no processo de gestão da cooperativa, pois cada Núcleo conta com um representante no Conselho de Administração. Qualquer pessoa que quiser ingressar na cooperativa precisa ingressar primeiro em um Núcleo, em que lhe é exigida a participação em todas as reuniões por no mínimo seis meses. Após esse período, é feita uma avaliação para a sua efetiva admissão.

Atualmente a ECOVALE conta com seis Núcleos: Grupo da Erva-Mate, AANE - Casa da Saúde e UNISERAPI – União Serrana de Apicultores, em Vale do Sol; núcleo do CHAPADÃO, em Candelária; núcleo AJESMA, em Santa Cruz do Sul e núcleo O ECO DA VIDA, em Venâncio Aires.

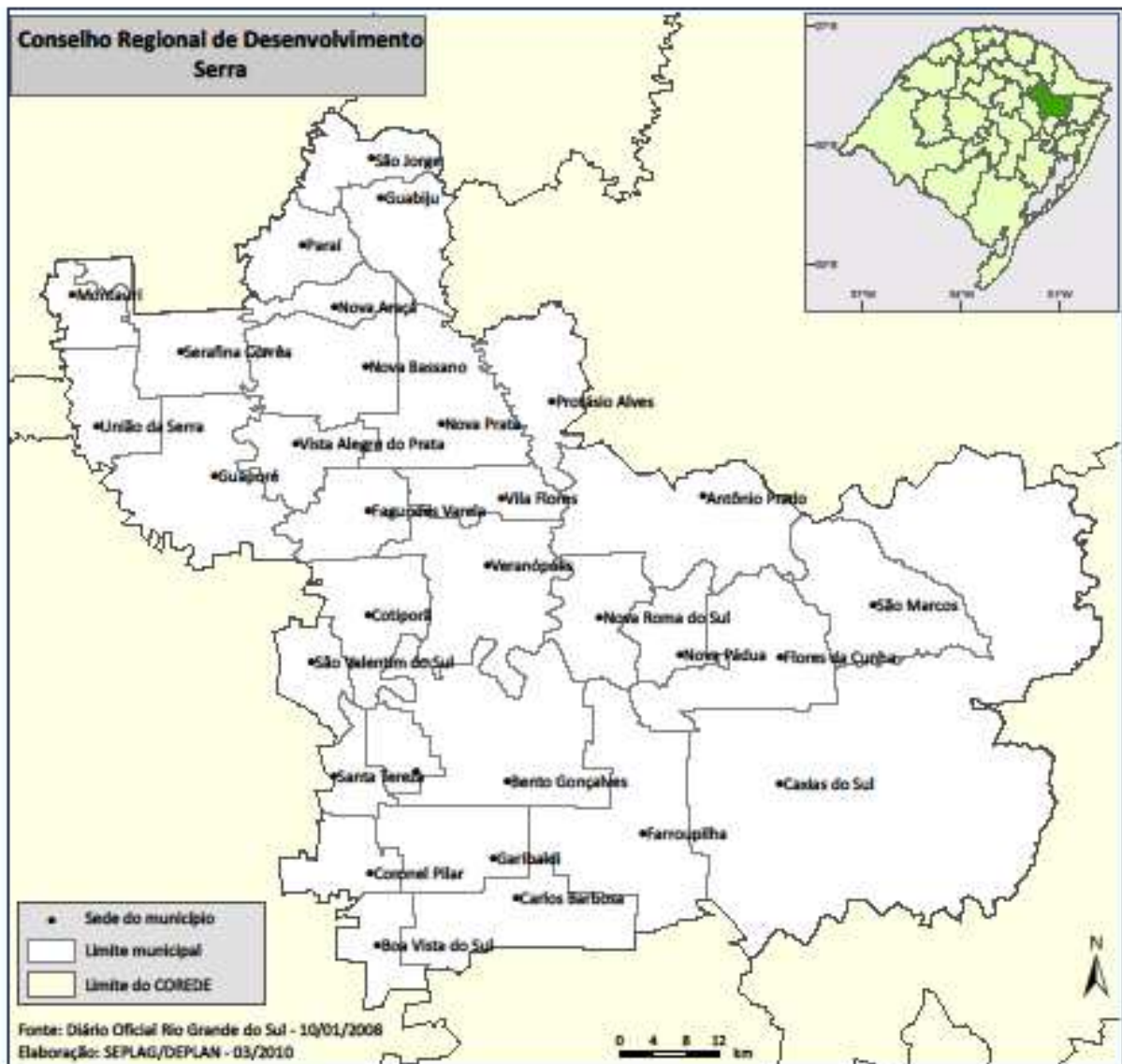
3.3.2 O Caso da COOPAECIA na Região da Serra

Da mesma forma, faz-se necessário caracterizarmos a região da Serra, local no qual se insere o Município de Antônio Prado, bem como a sede da COOPAECIA.

3.3.2.1 Caracterização de Antônio Prado

Conforme o IBGE 2010, o Município de Antonio Prado tem uma área de 347 km². Localiza-se na Encosta Superior Nordeste do Rio Grande do Sul e integra a microrregião de Caxias do Sul. Também faz parte do COREDE Serra e está situada a 184 km de Porto Alegre.

Figura 02 - COREDE SERRA



Fonte: FEE, 2008.

O Município localiza-se na Encosta Superior do Planalto Meridional. Possui altitudes de até 1.300 m. Segundo Moura (2008), a topografia é acidentada, com altitudes que variam entre 400 m acima do nível do mar (no vale do Rio Turvo e no Vale do Rio das Antas) e mais de 800 m (nas áreas de campo).

O clima nessa região serrana é temperado, com invernos rigorosos e compridos e verões amenos. Geralmente as temperaturas são baixas (médias máximas entre 21° C e 24° C e mínimas entre 10 e 13° C), especialmente nas áreas

de campo. As chuvas são bem distribuídas ao longo de todo o ano (entre 90 a 130 dias, e 1.400mm e 1.800mm) (SCHMITT, 2001).

Outra característica climática importante da região são os extremos de temperatura que ocorrem ao longo do ano e, às vezes, durante um mesmo dia, submetendo os sistemas produtivos praticados pelos agricultores a variações climáticas bastante acentuadas, tanto dentro de um mesmo ciclo agrícola, como de um ano para outro. Essas oscilações fazem com que as plantas cultivadas, sobretudo aquelas variedades não adaptadas a este tipo de clima, sofram alterações muito bruscas em seu metabolismo, resultando, eventualmente, em perdas de rendimento físico, ou até mesmo, na frustração de safra (LIMA, 2005, p.55).

As características do relevo propiciam, também, a existência de diversos micro-climas, com variações significativas no que diz respeito à incidência de ventos, de geadas e à exposição solar. Por esse motivo, os imigrantes italianos, desde o início da colonização, preocupavam-se em mapear as áreas ensolaradas, em que o sol já começa a incidir durante a manhã, e as chamadas áreas de *posterno*, que recebem sol somente mais para o final do dia.

Na região onde Antonio Prado se localiza, existem três tipos de cobertura vegetal: a primeira é a região dos Campos de Cima da Serra, com cobertura identificada como Savana Parque. Pode ter altitudes acima de 800 m, constituídas, basicamente, por gramíneas cespitosas (capins), rizomatosas (gramas) e leguminosas. Acredita-se que os campos, antes da introdução do gado, era um ecossistema muito mais rústico e bem desenvolvido, com alta biodiversidade, isso foi se modificando com a prática da queimada e o pastoreio permanente.

O segundo tipo de cobertura vegetal é a Floresta Ombrófila Mista ou Mata de Araucárias, pode ser encontrada em altitudes entre 400m e 800 m. No estrato superior dessa floresta, temos o pinheiro brasileiro (*Araucaria*), o louro (*Cordia trichotoma*) e o ipê (*Tabebuia alba [Cham.] Sandw.*). Muitas dessas árvores serviram como fornecimento de madeiras para o início da colonização. Na submata dessa floresta, há ocorrência da erva-mate (*Ilex paraguariensis*), do guamirim (*Myrcia bobyciva*), da aroeira (*Schinus spp.*), da pitangueira (*Eugenia uniflora*), entre outras.

A terceira cobertura, não menos importante que as demais, é a Floresta Estacional Decidual, localizada em cotas superiores a 400 m dos vales escarpados dos rios. É formada por espécies tais como o angico (*Parapiptadenia rigida*), o cedro (*Cedrela fissilis*) e a canjerana (*Cabralea canjerana*).

Ainda que fragmentos florestais ainda estejam presentes na paisagem, é importante reforçar que a cobertura florestal nativa foi profundamente degradada durante o processo de colonização da região, a exemplo do que ocorreu nas demais regiões do Estado. (Projeto RADAM Brasil, 1982 *apud* SCHMITT, 2001).

Ao observar a topografia acidentada da região de estudo, vemos que esta tem ligação direta com a diversidade dos solos. Por essa razão, tem-se, normalmente, uma pequena extensão de terras agricultáveis e mecanizáveis. Além disso, as parcelas constituídas por terras de menor declividade e próprias para a mecanização são, na maior parte dos casos, bastante descontínuas, sendo interrompidas pela ocorrência de solos mais rasos, afloramentos de rocha, trechos do terreno de maior declividade ou banhados (LIMA, 2005).

A criação da colônia de Antônio Prado, pelo Governo Imperial data de 1886. A ocupação da Encosta Superior do Nordeste, pelos imigrantes italianos, iniciou-se no ano de 1875, com a implantação quase simultânea das colônias Caxias, Dona Isabel e Conde D'Eu, e continuou até a década de 1880, em direção ao noroeste, chegando à margem do Rio das Antas, onde foram fundados dois novos núcleos coloniais, Alfredo Chaves e Antônio Prado (FROSI; MORANZA, 1975, *apud*, SCHMITT 2001).

Em 1899, a nova colônia seria elevada à categoria de vila e reconhecida, administrativamente como Município, integrando-se, dessa forma, à comarca de Vacaria (Barbosa, 1980 *apud* Schmitt, 2001). Neste mesmo ano, ocorreram as primeiras eleições municipais. No início do século XX, Antônio Prado já figurava como um centro comercial importante, tornando-se referência, inclusive, para os fazendeiros pecuaristas do Município vizinho de Vacaria, que ali se abasteciam de produtos agrícolas, especiarias, tecidos e outros manufaturados. Seu papel, enquanto centro econômico da região, se tornaria ainda mais significativo com a construção da "Estrada Júlio de Castilhos", ligando a colônia de Nova Vicenza, atual Município de Farroupilha, aos Campos de Vacaria. A construção da BR-116, no entanto, na década de 1940, ao propiciar uma conexão rodoviária direta entre Caxias do Sul e Vacaria, desviaria boa parte do fluxo rodoviário para além dos limites do Município (SCHMITT, 2001 p.128).

Segundo Moura (2008), o aparecimento da agricultura no Rio Grande do Sul data de 2000 anos A.C. e foi, desde o princípio, a base econômica das famílias de imigrantes. Somado a isso, houve uma corrente migratória formada por horticultores guaranis que se deslocaram da Amazônia em direção ao Sul e passaram a ocupar os vales quentes e úmidos localizados às margens dos rios. A sua subsistência

baseava-se na pesca, na caça e também na agricultura. A partir do conhecimento das práticas dos guaranis, muitos dos imigrantes europeus adaptaram as práticas da sua agricultura.

Ainda segundo Schmitt (2001), a história da agricultura na Região Serrana foi dividida em três fases.

Fase 1: (1886–1890 a 1930) - Está relacionada com uma agricultura de corte e queimada. Essa etapa foi desenvolvida pelos colonos em seus lotes, com a remoção progressiva da cobertura vegetal existente. O manejo da fertilidade natural do solo é facilitada pela regeneração das áreas desmatadas e, numa proporção menor, pela adubação orgânica fornecida pelos diferentes sistemas de criação animal. As fontes de energia que movem a produção são apenas o trabalho humano e a tração animal. Nesse período, a produção para o consumo e para o mercado não possuem uma separação muito clara.

Fase 2: (1930-1960) - Nesse período ainda se fazem presentes algumas características da primeira fase, como a agricultura de corte e a queima em áreas crescentemente desflorestadas. Os períodos de pousio são cada vez mais curtos, resultando dessa maneira uma queda na fertilidade do solo em diversas áreas, gerando, assim, problemas ambientais e de produtividade. Essa etapa caracteriza-se pela substituição da cobertura florestal original por lavouras e pastagens. O trigo e o vinho estruturaram-se enquanto linhas importantes de produção. O vinho deixa de ser fabricado na propriedade e passa a ser produzido pelas cantinas e cooperativas. Nesse período, o uso de insumos externos ainda é insignificante. O processo do trabalho agrícola continua ligado à energia proveniente do trabalho humano e de tração animal. Quanto à comercialização, verifica-se um aumento crescente no uso do transporte ferroviário e, posteriormente, do transporte rodoviário.

Fase 3: (1960 até os dias atuais) - Este momento da história da agricultura colonial da Região Serrana é marcado pela disseminação do pacote da Revolução Verde. Esse pacote trouxe mudanças na matriz energética de produção, ou seja, os processos produtivos baseados em fontes renováveis de energia passam a dar lugar às tecnologias de fontes não renováveis. Também podemos verificar que a agricultura de corte e queima nas áreas mais planas são substituídas pela agricultura convencional com utilização de grande aporte de insumos químicos e mecanização para os tratos com o solo. A partir da década de 1960, houve um

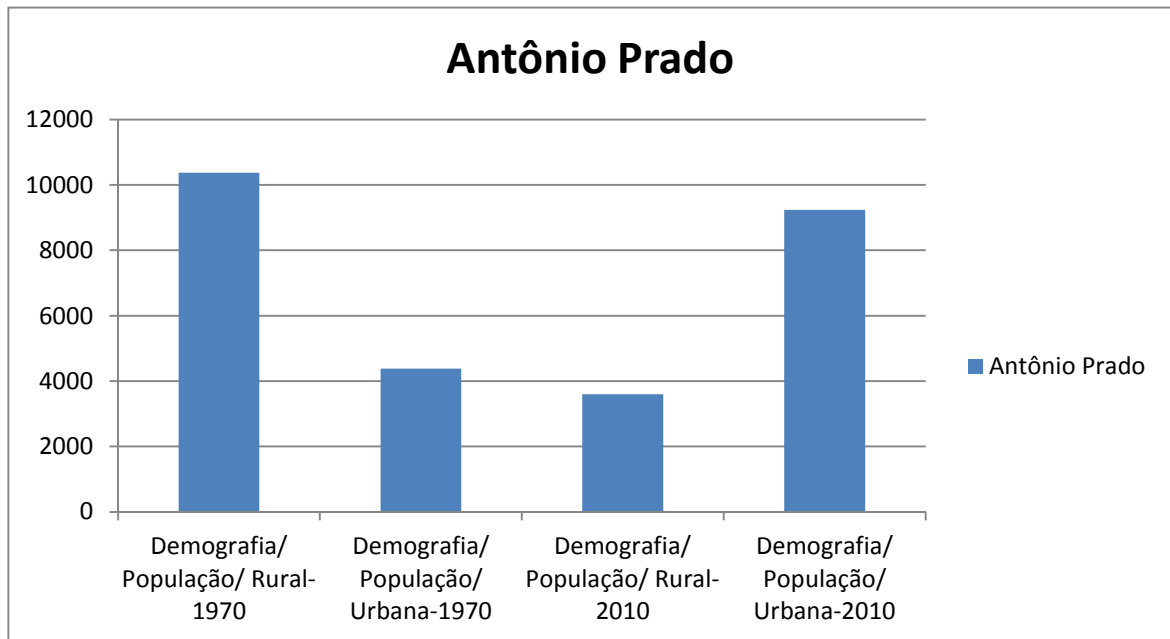
crescente abandono da cultura do trigo, mas a uva continuou sendo importante. Nesse período, instalaram-se na região inúmeras redes envolvidas na comercialização e no processamento de outros produtos agrícolas. Estas redes se estruturavam, quase sempre, por produto ou linha de produção, com vistas tanto ao mercado nacional como internacional, como é o caso da maçã, da avicultura integrada, da produção intensiva de olerícolas, do cultivo de pêssegos e de ameixas e, embora em escala bem mais reduzida, a fumicultura.

O manejo do agroecossistema no espaço dos lotes coloniais torna-se mais fragmentado à medida que os agricultores passam a se vincular a estes diferentes circuitos mercantis, adotando itinerários técnicos prescritos, de uma forma mais ou menos intensa, pelas diferentes redes. A distinção entre produção para o consumo e produção para o mercado torna-se ainda mais acentuada. A produção para o consumo, no entanto, não desaparece, continuando a prover grande parte da alimentação das famílias e abastecendo a mesa, inclusive, daqueles agricultores que migram para o meio urbano. As transformações sociais e ecológicas que ocorrem ao nível das unidades produtivas darão origem a arranjos heterogêneos, representativos das múltiplas estratégias através das quais os agricultores irão internalizar as pressões e oportunidades trazidas pelos novos tempos. Nem todas as famílias, no entanto, irão percorrer uma trajetória bem sucedida de inclusão nas diferentes redes ou de inserção das novas gerações em atividades urbanas. A partir de meados da década de 80 e durante toda a década de 90, a participação nestas redes se torna mais restrita, ou, pelo menos, pouco vantajosa, criando um ambiente extremamente propício para a organização da rede alternativa (SCHMITT, 2001 p.179).

Conjuntamente a esse processo de reestruturação, intensificou-se a migração de jovens agricultores para as cidades, atraídos pelo advento da urbanização massiva vivenciado pela economia regional.

De acordo como o censo de 2010 do IBGE, a população total do Município de Antônio Prado é de 12.833 habitantes, sendo 9.235 domiciliados na zona urbana e 3.602, na zona rural. Conforme a figura 03 a população rural teve um decréscimo de mais de 60% nas últimas três décadas, ou seja, de uma população rural de 10.298 habitantes registrada no ano de 1970, 6.696 habitantes deixaram de residir na zona rural até o ano de 2010.

Figura 03 – Gráfico Demográfico de Antônio Prado



Fonte: FEE, 2010

A população rural de Antônio Prado é constituída, predominantemente, por agricultores familiares, descendentes de italianos e, na sua grande maioria, católicos.

3.3.2.2 História do Centro Ecológico e da COOPAECIA

Assim como, não podemos falar da ECOVALE sem mencionarmos o CAPA, do mesmo modo, não podemos contar a história da COOPAECIA sem antes fazermos referência ao CE e à AECIA, pois dessas duas entidades se originou a Cooperativa AECIA. O Centro Ecológico nasceu em um momento de contestação ao modelo agrícola implantado no Brasil durante o regime militar e no auge da Revolução Verde. Para Costabeber (1998), o CE se estruturou a partir da constatação da crise que as unidades familiares passavam naquele momento e também a falta de perspectiva dos jovens no meio rural.

Em meados da década de 1980 surgiu o “Projeto Vacaria”, que mais tarde receberia o nome de Centro Ecológico (CE). O Projeto Vacaria tinha como objetivo a experimentação e demonstração de práticas agrícolas com bases ecológicas e era conduzido por técnicos e estudantes da região.

Para Oliveira (2004, p. 80):

Os propósitos motivadores da criação desta organização, que nasce vinculada à Fundação Amigos da Terra, estavam, naquele momento, muito mais relacionados ao aperfeiçoamento técnico das práticas em agricultura ecológica e menos interessados num contato mais estreito com os agricultores locais.

César Volpatto, técnico do Centro Ecológico, em entrevista relata que o objetivo principal era desenvolver tecnologia compatível com o solo e clima da região, visto que, na época, só havia literatura específica aos solos e clima europeus. Conforme Costabeber (1998, p. 315, tradução nossa), “seu objetivo inicial era desenvolver uma exploração demonstrativa-modelo trabalhando com a agricultura ecológica e objetivando provar sua viabilidade técnica, econômica e prática”. O centro localizava-se no Município de Vacaria, hoje Ipê. Comportava uma área de 70 ha cedida pela família de um dos membros do Centro Ecológico. Nesse centro demonstrativo, produziam-se frutas (pêssego, uva e maçã) e havia a criação de animais domésticos (galinhas, suínos criados soltos e bovinos). Essa produção servia como alimento para estagiários, estudantes e também um pequeno comércio com os vizinhos do entorno. Comercializavam banha, ovos e suínos. Isto fez despertar um maior interesse dos agricultores locais pelo projeto demonstrativo.

As práticas agrícolas desse espaço de experimentação foram fundamentalmente orientadas pela Teoria da Trofobiose desenvolvida pelo pesquisador francês Francis Chaboussou e traduzida para o português no Brasil pela engenheira agrônoma Maria José Guazelli, uma das fundadoras do Centro Ecológico (MOURA, 2008, p.79).

Passados três anos de experimentação e geração de conhecimentos voltados para a prática da produção sem o uso de agroquímicos, os técnicos entenderam que precisavam se aproximar mais dos agricultores da região, a fim de haver um estreitamento maior nas relações técnicas e sociais. Começa, então, uma nova fase. Em 1991, o Projeto Vacaria passa a se chamar Centro de Agricultura Ecológica de Ipê (CAE-Ipê).⁶ Para Oliveira (2004, p. 81), “a principal transformação ocorrida nessa época, e que simboliza a mudança para uma nova fase, consistiu na adoção de uma postura de atuação mais próxima a um formato que se poderia denominar de assistência técnica”.

⁶No ano de 1987, o Município de Ipê é emancipado de Vacaria e, em seguida, torna-se sede do Projeto.

Coincidentemente, o ano de 1991 é também o ano de formação da AECIA. Esta era formada por jovens vinculados à Pastoral Rural e da Juventude que, com o apoio do Pe. Schio (coordenador latino americano da Juventude Agrária Católica e um dos mentores da CPT – Comissão Pastoral da Terra), surge como um movimento de contestação contra o modelo de modernização da agricultura. O foco do debate era a luta pela terra, o enfrentamento aos grandes projetos hidrelétricos, a reivindicação por uma política agrícola diferenciada para os agricultores familiares, a luta contra os agrotóxicos e a busca de alternativas ao pacote tecnológico da Revolução Verde nos três estados do Sul do país.

Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais 'opacas', tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente. (SANTOS, 1996 p. 246)

É interessante destacar como os técnicos chegavam até os agricultores. O Pe. Schio, em suas missas, liberava 40 minutos do seu tempo para que os técnicos falassem sobre as males que os agrotóxicos causavam à saúde humana e ao meio em que estavam inseridos.

Portanto, a agricultura ecológica em Antônio Prado não chega aos agricultores de forma isolada ou tampouco através de aventureiros ou ambientalistas inconsequentes. Ela passa a fazer parte do universo destes agricultores imbuída da crença na possibilidade da transformação social que, por sua vez, era o motor das lutas sociais (MOURA, 2008, p.80).

Dessa maneira, a origem da AECIA representa uma ação concreta dessa luta e ideal de transformação defendida e ansiada pelos movimentos sociais organizados. Nessa ordem, configura-se uma parceria entre a Igreja, como articuladora, e o CE, com suporte técnico, proporcionando aos agricultores as condições necessárias para se converterem à agricultura ecológica.

Costabeber (1998, p. 314, tradução nossa) relata que a AECIA foi a primeira experiência de caráter associativo, orientada para implementação de uma agricultura de base ecológica, a qual foi consolidada a partir do trabalho do CAE-Ipê, em estreita colaboração com a Paróquia da Igreja Católica de Antônio Prado e a CPT.

O marco inicial dessa mudança se dá em 1989. Nesse ano a Cooperativa Ecológica COOLMÉIA⁷ organiza um evento intitulado “Dia Mundial da Alimentação” e a “Semana Mundial de Luta Contra os Agrotóxicos” e convida os agricultores de Antônio Prado, que já começavam a produzir ecologicamente, para participarem da feira de alimentos.

Depoimento do agricultor C04 sobre o dia da festa:

Fomos de Kombi, uma Kombi que era do Centro Ecológico, estávamos em 10 pessoas mais todos os produtos que levamos no evento, fomos felizes da vida por que estávamos passeando, voltamos mais felizes ainda por que vendemos tudo em poucas horas, foi um sucesso.

Esse fato pode ser confirmado por Paulus (1999, p.102):

Em que pese ter sido um marco na história da COOLMÉIA, a experiência foi marcada por uma falta muito grande de produtos orgânicos. Testemunhas presentes na época relatam que a feira iniciou às 08:00 h e uma hora depois, não havia mais nenhum produto para ser comercializado. “o desespero dos consumidores era tão grande que qualquer coisa era ecológica”, lembra um dos dirigentes da COOLMÉIA.

Esse evento deu origem a uma feira mensal de produtos ecológicos que, em seguida, tornou-se quinzenal e, em 1991, semanal. No início, a feira só possuía um ponto - a Rua José Bonifácio. Após algum tempo, espalhou-se por mais dois lugares em Porto Alegre. Podemos afirmar, a partir dos relatos de vários agricultores entrevistados que a feira da José Bonifácio foi a grande mola propulsora do desenvolvimento da AECIA e o chamariz para que outros agricultores do entorno se sentissem confiantes em produzir de forma ecológica, isso porque viram nesse espaço o meio para sua reprodução econômica. Apesar do sucesso da feira em Porto Alegre, do apoio da Igreja e da assistência técnica do Centro Ecológico, os jovens agricultores de Antônio Prado que iniciaram a agricultura ecológica enfrentaram resistência, muitas vezes dentro da própria família, que não acreditava na nova proposta de produção. Os entrevistados relataram que enfrentaram também resistência da EMATER e da Prefeitura de Antônio Prado, ao contrário da EMATER e da Prefeitura de Ipê, que apoiaram a iniciativa. Dentro desse contexto, podemos retratar um episódio em que um dos entrevistados tenta vender sua produção de

⁷ A COOLMÉIA foi fundada em 26 de janeiro de 1978 por um grupo de pessoas idealistas, praticantes de Naturismo e simpáticas à Ecologia. Refere-se a uma das entidades pioneiras na promoção e cultivo da venda de produtos agrícolas sem agrotóxicos no RS (COOLMEIA, 2013).

pêssegos ecológicos e é hostilizado tanto pela Prefeitura de Antônio Prado como pela EMATER.

Como a primeira produção de pêssigo ecológico deu boa, nós resolvemos vender na praça central de Antônio Prado. O Pe. Schio anunciou a venda de pêssigo no alto falante da paróquia. Fazia pouco tempo que a gente tava lá, o pessoal da Prefeitura e da EMATER aparecem por lá, foram ver o que nós tava fazendo, logo chamaram a Brigada Militar. Foi muito ruim, nos sentimos como se tivesse fazendo um crime, eles diziam que a gente era uma turma de loucos, que tínhamos ideias tontas [...] e no fim a Brigada fez com que a gente se retirasse da praça. (AGRICULTOR C03).

Essas dificuldades na relação com as instituições locais fez com que o processo de transição fosse um tanto penoso, pois a falta de incentivo local fez com que parte da produção fosse perdida por falta de assistência técnica (no caso EMATER). A comercialização também ficou extremamente restrita. “Como não conseguimos vender o pêssigo na praça o Pe. Schio liberou o porão da paróquia e lá que começamos a vender, mas só quem sabia ia lá, foi bem difícil no começo, vendíamos pouco”. (AGRICULTOR C03).

Esse isolamento forçado fez com que os agricultores procurassem grupos de produtores ecologistas de outras regiões do estado (Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres - ACERT) para, assim, obterem apoio e se fortalecerem como um novo “modelo” de agricultura. O exemplo da AECIA foi o primeiro na região. A partir dela outras associações começaram a aparecer: Associação dos Agricultores Ecologistas da Linha Pereira de Lima – APEMA, Associação dos Agricultores Ecologistas da Vila Segredo – APEVS, Associação dos Agricultores de Santa Catarina – APESC, Associação dos Agricultores Ecologistas da Linha São João – AESBA, Associação dos Agricultores Ecologistas de São José – APEJ, Associação dos Agricultores Ecologistas da sede de Ipê – APESI, Associação dos Agricultores Ecologistas de Santo Antão – APESAA. Mais tarde, o movimento se expande para outros Municípios da região da Serra Gaúcha, totalizando, em maio de 2012, 180 famílias de agricultores ecologistas na região.

Em 1996, a AECIA é registrada como cooperativa, a COOPAECIA. Esse fato surgiu da necessidade de formalizar uma pessoa jurídica que permitisse realizar a venda de produtos agroindustrializados, bem como a aquisição de insumos e instrumentos de trabalho.

3.3.2.3 Perfil dos associados

A COOPAECIA é formada por 24 famílias. Cada família possui apenas um associado, sendo que, desse total, somente quatro são mulheres; 35 famílias são colaboradoras (possuem algum tipo de parentesco com as famílias associadas e fornecem produtos para feira e agroindústria) e 10 famílias são parceiras (apenas fornecem matéria prima para as agroindústrias). De acordo com a cultura dos imigrantes italianos, as mulheres têm uma maior ligação com a esfera privada e a família e os homens possuem maior relação com o campo e o trabalho. Mas isso não se constitui regra. Ao assistir uma reunião⁸ dos associados, observamos que 35% do total dos participantes eram esposas de associados, e sua participação não consistia em apenas ouvir e, sim, em votar e opinar sobre os rumos da COOPAECIA. Segundo Tedesco (2001, p.79):

[...] a partir de 1970, com a intensidade da modernização técnica e da necessidade de diversificar produtos e trabalhos, a mulher redefiniu suas funções. A administração, a propriedade e a representação da exploração agrícola, ainda que em praticamente todas as unidades esteja centrada no homem-marido, não inviabilizam a co-participação da mulher em decisões, na elaboração de sugestões, de iniciativas de acompanhamento, as quais dão conformidade à relação hierárquica entre os cônjuges.

O tamanho médio das propriedades das famílias entrevistadas é de 15 ha. O tamanho é diretamente relacionado com o processo de colonização e ocupação do Município, visto que foi ocupado por imigrantes de origem italiana que se instalaram em pequenas porções de terra

⁸Nessa ocasião a pesquisadora participou, como ouvinte, de uma reunião mensal em que estavam sendo discutidas as inovações tecnológicas das agroindústrias. Um fato inusitado chamou a atenção da pesquisadora. As esposas dos associados que participavam da reunião levaram seus filhos. As crianças circulavam livremente como se aquilo fizesse totalmente parte de seu mundo infantil. As discussões prosseguiram e o coordenador da COOPAECIA que detinha todas as informações e a pauta da reunião segurava no seu colo um bebê de cinco meses que se comportou o tempo inteiro com toda tranquilidade. O local da reunião foi a Cooperativa, localizada na cidade de Antônio Prado, portanto, há um deslocamento de todos os associados para a cidade nesse dia que também é para as compras, banco, médico, ou seja, aproveitam a ida à cidade para fazer outras coisas da rotina do seu dia a dia. Esse fato, conforme muitos comentaram, sempre acaba atrasando a reunião em 30 minutos a uma hora.

Quadro 03 – Perfil dos agricultores entrevistados da COOPAECIA

Agricultor	Idade	Escolaridade	Ha	Tipos de produtos	Tempo de transição	Nº filhos	Trajectoria
01C	39	3º grau	5	Hortaliças/frutas Produtos agroindustrializados	20 anos	2	Coordenador da AECIA representante comercial e responsável pela certificação na COOPAECIA
02C	43	6ª série	8	Hortaliças/frutas Produtos agroindustrializados	20 anos	2	Ex-coordenador da COOPAECIA, Transporte Escolar
03C	39	8ª série	7,5	Hortaliças/frutas Produtos agroindustrializados	20 anos	1	Eleito prefeito nas eleições de 2012, ex-vereador do Município Antonio Prado
04C	42	6ª série	13,8	Hortaliças/frutas Produtos agroindustrializados	23 anos	3	Ex-coordenador da AECIA por 3 vezes, Ex – coordenador da COOPAECIA por 2 vezes – líder comunitário Caravagio – linha 30
05C	42	2º grau	37	Hortaliças/frutas Produtos agroindustrializados	20 anos	2	Ex-coordenador COOPAECIA e AECIA
06C	42	2º grau téc. agríc.	25	Hortaliças/frutas Produtos agroindustrializados	22 anos	0	Ex-coordenador da AECIA – Líder comunitário – capela São Valentim - Ipê
07C	41	1º grau	15	Hortaliças/frutas	22 anos	0	Ex-coordenador por 3 vezes da Coopaecia e 1 vez pela Aecia – atualmente é vereador pelo Município de Antonio Prado

Agricultor	Idade	Escolaridade	Ha	Tipos de produtos	Tempo de transição	Nº filhos	Trajetória
08C	43	2º grau	21	Hortaliças/frutas Produtos agroindustrializados	22 anos	2	Ex-coordenador da Coopaecia e da Aecia
09C	44	5ª série	9	Hortaliças/frutas Produtos agroindustrializados	15 anos	3	Líder comunitário da Capela São Roque
10C	53	5º série	7.4	Hortaliças/frutas Produtos agroindustrializados	18 anos	2	Ex vice-presidente da Aecia
11C ⁹	41	3º grau	45	Hortaliças/frutas Produtos agroindustrializados	22 anos	1	12 anos na coordenação da Aecia – está como coordenador Coopaecia, eleito vereador eleições 2012.

⁹ Coordenador Geral COOPAECIA é agricultor e possui formação superior em contabilidade.

O Quadro 03 mostra o grau de escolaridade dos 11 agricultores entrevistados: 18% possuem 3º grau completo; 18%, ensino médio completo; 18%, ensino fundamental completo e 36%, até o 6º ano. A faixa etária média dos associados é de 43 anos e a grande maioria já produz ecologicamente há 20 anos.

A maioria dos agricultores tem em sua trajetória um histórico de liderança comunitária. Já participaram como coordenadores ou vices de alguma das entidades (AECIA ou COOPAECIA). Muitos têm relações estreitas com as esferas políticas e institucionais do Município de Antônio Prado. Um fato que chamou a atenção foi que a COOPAECIA já elegeu três vereadores e possui um vice-prefeito que está atuando no exercício de 2012. E, na gestão de 2013-2017, Antônio Prado terá como Prefeito um dos associados da COOPAECIA, bem como um Vereador, ambos pelo Partido dos Trabalhadores.

Conforme ressaltou um dos técnicos do Centro Ecológico, os agricultores ecologistas da região têm uma participação ativa no Orçamento Participativo, tendo um delegado representando a cooperativa. Três associados fazem parte do Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Antônio Prado. Duas famílias fazem parte da direção dos sindicatos de trabalhadores rurais nos Municípios de Ipê e Antônio Prado. Todo esse cenário nos remete a uma análise de que os associados da COOPAECIA possuem alta participação política em sua comunidade.

4 A EXPERIÊNCIA DA ECOVALE E DA COOPAECIA NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

Neste capítulo, abordaremos como se deu a construção do processo produtivo de transição agroecológica de ambas as cooperativas; o papel das ONGs neste processo; a diversificação da produção e o mercado produtivo. Por fim, como se deu a transição agroecológica da ECOVALE e COOPAECIA, bem como as perspectivas para o futuro das cooperativas e do desenvolvimento da região em que estão inseridas.

4.1 Caracterização do processo produtivo dos agricultores assistidos pelo CAE Ipê e pelo CAPA

4.1.1 Agricultores familiares assistidos pelo CAPA

A ECOVALE é resultado do trabalho do CAPA em parceria, inicialmente, com a EMATER - Santa Cruz do Sul. Segundo Karnopp (2004), a iniciativa de produzir por meio de um manejo orgânico na região não partiu dos agricultores, e sim dos técnicos do CAPA e da EMATER. Para Almeida (1998), os técnicos que trabalham nas ONGs, com o meio rural, muitas vezes precisam ser articuladores políticos para viabilizarem seus projetos.

A seleção desses profissionais foi sempre realizada através de critérios suscetíveis de indicar sua participação e sua compreensão efetivas em nível político do processo social. Certos analistas da questão afirmam que essa tarefa político-ideológica e organizacional era "exigência dos próprios agricultores", que, em razão do grau de organização em que se encontravam no início dos anos setenta, queriam que os técnicos, além de suas tarefas específicas, pudessem igualmente contribuir com as lutas. Nessa perspectiva, muito freqüentemente houve um esquecimento das questões propriamente econômicas mais concretas e essa é a principal crítica que lhes é direcionada nesse período. Atualmente, a visão político-ideológica das ações fica secundarizada, abrindo para uma visão um pouco mais pragmática, voltada aos "interesses mais imediatos dos agricultores", especialmente no plano econômico, a fim de permitir a discussão e a retomada dos destinos do sindicalismo agrícola (ALMEIDA, 1999, p. 61).

O trabalho do CAPA, inicialmente, foi de apresentação e de conscientização sobre as alternativas ao fumo viáveis à região. Após, veio a divulgação das técnicas ecológicas. "Um aspecto que diferencia a ECOVALE das outras cooperativas da

região é que a ECOVALE dá muita ênfase ao aspecto da conscientização ecológica, e as outras têm como filosofia o repasse do conhecimento das técnicas ecológicas” (KARNOPP, 2004, p. 280).

Para a maioria dos agricultores entrevistados, o CAPA teve papel fundamental na conscientização dos malefícios dos agrotóxicos e incentivo à produção ecológica. O CAPA presta, ainda, assessoria aos agricultores, hoje com menos frequência, pois o quadro técnico diminuiu em 50%. Observamos, pelas entrevistas, que os agricultores ainda são totalmente dependentes da estrutura do CAPA. Muitos alegaram sentir falta das visitas técnicas.

Acho que tem que ter mais visitas pra quem começa na produção ecológica, precisa de mais acompanhamento. Seria bom se fosse que nem os instrutores de fumo, esses estão sempre visitando a gente. Na época do Jair tinha duas visitas ao ano agora não fazem mais nenhuma visita. – depoimento agricultor E05

Para o técnico do CAPA, a principal dificuldade encontrada pelos agricultores durante o processo de transição é a questão financeira:

Qualquer produto que o agricultor venha a produzir ele sempre comparará com o fumo. Para o agricultor, a troca precisa valer a pena financeiramente. Outra dificuldade diz respeito à questão da mão de obra para o manejo das plantas indesejáveis (inços) (Luiz Rogério Boemeke, 24/02/2013).

A mão de obra, hoje, é um dos fatores limitantes para a agricultura orgânica. O jovem não quer mais permanecer no campo, a reprodução social da agricultura familiar na região, assim como a de muitas regiões, está ameaçada pela desvalorização do jovem no meio rural.

É um problema em geral, não é um problema dos associados da ECOVALE. Há uma tendência de esvaziamento do campo, isso vemos em toda a região, os jovens em maioria e dentro desses as mulheres num maior número. Quando não acontece essa saída há uns conflitos entre gerações, porque novas ideias e novas técnicas trazem conflitos internos. Tem alguns exemplos de harmonia, mas são poucos. Por exemplo, a esposa quer muito uma alimentação saudável e o homem não, ou às vezes o homem quer trocar de sistema e a mulher não o apoia. A cooperativa estimula a participação dos filhos e da esposa. As mulheres pouco participam, mas o principal motivo é a insegurança de uma nova atividade, não tem a garantia da estrutura que o fumo tem. A renda bruta para dois hectares é de R\$ 30 mil no final da safra e acabam comparando com qualquer outra cultura, esse valor assusta. É um valor bruto alto, mas não tem os custos e isso faz ele pensar que ganha muito (Luiz Rogério Boemeke, 20/04/2012).

Ao visitar as propriedades para realização das entrevistas, verificamos que muitas continuam com o desenho da propriedade voltado à produção de fumo e que, realmente, a produção ecológica se dá num segundo plano.

Uma vez que a maioria dos agricultores não consegue abandonar a produção de tabaco pelas razões e riscos econômicos, a produção ecológica fica marginalizada e os agricultores correm o risco de não encontrarem um mercado garantido para os produtos orgânicos. A maioria dos agricultores, também associados às cooperativas, pensa que o fumo é e continuará sendo um produto que sempre terá mercado garantido. (...) a produção orgânica permanece sendo uma alternativa, ou seja, uma renda adicional à cultura do fumo (KARNOPP, 2004, p. 279).

As propriedades pesquisadas possuem em média 15 ha e utilizam mão de obra familiar. Na maioria das vezes os agricultores associados trabalham individualmente, mas se reúnem em mutirões, principalmente em construções que beneficiem todo o grupo (como por exemplo, melhorias nas casas de beneficiamento de mel e de erva mate).

Toda a mão de obra utilizada na produção orgânica é feita pelos próprios membros da família. Já na produção de fumo, em muitos casos, há contratação de mão de obra temporária, principalmente para a colheita. Nas cinco propriedades pesquisadas que não produzem mais fumo, a diversidade de produtos é alta, porém, nas propriedades que ainda produzem fumo, encontra-se apenas um tipo de produto orgânico para comercialização (mel e erva-mate, por exemplo), pois a produção de fumo ocupa a maior parte do tempo desses agricultores.

Nas propriedades, encontramos estruturas simples em termos de máquinas e equipamentos, tais como: junta de bois, enxada, arado, grade, etc. Antes de se associarem, a maioria dos agricultores trabalhava somente com tecnologias convencionais. No grupo, passaram a utilizar um conjunto de técnicas que os caracteriza como ecológicos, porém, a maioria não abandonou as técnicas convencionais, principalmente nas lavouras de milho e de fumo. Produzem para subsistência: feijão, mandioca, suínos, galinha, batata, ovos e vendem os excedentes na loja e nas feiras ecológicas. Possuem uma agricultura diversificada, dependendo do estágio de transição: parte é ecológica (hortifrutigranjeiros) e parte é convencional (fumo), privilegiando os dois produtos para a venda.

Quanto ao manejo da produção, todos seguem os preceitos da Agroecologia, apesar de, como citado acima, muitos associados produzirem fumo de forma convencional. Para o manejo dos cultivos, os agricultores utilizam algumas técnicas

de produção ecológica. Na adubação, utilizam cama de aviário curtida, esterco bovino, adubação verde e o Super Magro¹⁰. Para o controle de insetos, usam também Óleo de Nim¹¹, urina de gado e plantas repelentes. Para sistema de quebra vento e barreira (para que as hortas não sejam contaminadas pela pulverização dos agrotóxicos utilizados nas lavouras de fumo do vizinho, e às vezes, do próprio agricultor), utilizam capim elefante.

O processo de certificação participativa começou a ser feito em 2012, portanto, nem as propriedades, nem os produtos ainda possuem certificação. Conforme o quadro 02, podemos observar que muitos já estão há mais de sete anos no processo de transição, produzindo alimentos ecológicos. Verificamos que os cinco primeiros agricultores citados no quadro continuam a produzir fumo. O agricultor E01 é um exemplo significativo, pois o seu tempo de transição ultrapassou 20 anos e assim mesmo ele continua a produzir fumo.

Para Gliessman (2000), não há um tempo exato para a transição, o que há são níveis de transição que já foram mencionados no capítulo anterior. A transição tende a acontecer pelo resto do tempo que durar a produção.

De acordo com Bellon apud Kremer 2009, essas fases de transição podem ser mais lentas ou processos de ruptura mais ou menos bruscos, de mudança de processos técnicos e de apropriação de novos valores sociais. Em um estudo da EMBRAPA Meio Ambiente, em parceria com o Instituto Nacional de Agronomia (INRA) da França, foram identificados alguns pressupostos sobre a reconstrução das trajetórias de transição: i) a conversão não se reduziria a um período estabelecido por lei; ii) inscreve-se numa trajetória, com heranças culturais, ambições e a criação de novos valores iii) as trajetórias podem ser representadas e decompostas em uma série de etapas subsequentes que contribuem para a formação de diferentes estilos de agricultura de base ecológica; e iv) a natureza das

¹⁰ É um produto agrícola de nutrição para planta. É fermentado, líquido, composto de vários produtos, para aplicação foliar. Ele é composto principalmente de esterco, enriquecido com sais minerais naturais, de preparo um pouco mais longo que os outros (60 dias). O Super Magro serve para nutrir a planta com micronutrientes e proteger as plantas que estão sendo cultivadas, pois ele controla fungos e bactérias (REDEH, 2012).

¹¹ Proteção natural de plantas e animais domésticos contra um grande número de pragas e doenças. Controla lagartas, besouros, gafanhotos, pulgões, cochonilhas, mosca branca e pragas de grãos armazenados. É também indicado no controle de nematóides e doenças provocadas por fungos e bactérias. No tratamento de animais é usado como carrapaticida, vermífugo e no controle da mosca do chifre dos bovinos. É inofensivo aos seres humanos, mamíferos e aves.

questões colocadas pelos estudos de reconstrução de trajetórias não se resume à resolução de problemas tecnológicos.

Dos dez agricultores entrevistados, apenas cinco abandonaram totalmente a produção de fumo. O processo de transição para esses cinco agricultores entrevistados que se tornaram ecológicos foi muito lento e difícil. Essa dificuldade também ocorre porque os agricultores produtores de fumo se sentem atraídos pelo mecanismo que o sistema integrado lhes oferece: 1) garantia de compra da produção; 2) transporte da produção sem ônus para o fumicultor; 3) crédito de financiamento para a lavoura, investimentos e, não raro, adiantamento em dinheiro; 4) seguro mútuo da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra)¹², contra intempéries e queima de estufas; 5) assistência técnica gratuita; 6) fator cultural fortemente enraizado na região com o cultivo da solanácea (LIMA, 2000).

Etges (1991) entende que o processo de subordinação e dependência em relação às empresas ocorre independentemente da formalização de contrato.

Pois o vínculo que existe entre os produtores e as empresas não se dá através de um contrato formalizado e sim através de um pacto firmado entre ambos, ou seja, o relacionamento e a dependência direta entre produtor e empresa dizem respeito substancialmente à forma de aquisição dos insumos por parte do produtor, ao padrão tecnológico a ser posto em prática sob orientação e assistência técnica da empresa e, fundamentalmente, à exclusividade e garantia da aquisição do produto por parte da empresa (ETGES, 1991, p.122).

Uma vez incorporados, o pacote e os ensinamentos da empresa, não se alteram as relações socioeconômicas. A dependência persistirá independente da formalização contratual ou das mudanças tecnológicas que vierem a acontecer (LIMA, 2000).

Nem mesmo a política difusionista de padronização do cultivo fumícola iria transformar as relações sociais de produção no interior da unidade. Os agricultores permaneceriam autônomos e donos de seus meios de produção ainda que subordinados ao capital agroindustrial. Pois, 'ao invés de serem fregueses dos comerciantes, os colonos passaram a ser 'fregueses' das agroindústrias (VOGT, 1997, p. 108).

¹² Fundada em março de 1955, a AFUBRA é, hoje, um centro comercial que oferece os mais variados produtos, desde bens de utilidade doméstica até insumos e suprimentos agrícolas. Foi a partir de novembro de 1956 que a associação criou o Departamento de Mutualidade, para segurar os fumais até então desprotegidos de qualquer garantia contra intempéries como granizo e vendavais. De lá para cá, foram criados o auxílio para reconstrução de estufas sinistradas e o auxílio funeral (Seffrin, 1995). De acordo com Thomé, cerca de 90% dos produtores de fumo asseguram suas lavouras. Afora a matriz em Santa Cruz do Sul, a AFUBRA mantém outras três filiais no Rio Grande do Sul, três no Paraná e cinco em Santa Catarina (LIMA, 2000, p.54).

Figura 04 - Produção de amaranto e mandioca – Propriedade Lori Weber - Venâncio Aires



Fonte: PICOLI, 2012.

A propriedade de Lori Weber (figura 04) é uma das dez propriedades pesquisadas que se tornou 100% ecológica. Acreditamos que o seu êxito se deve ao fato de que os três moradores da propriedade são associados da ECOVALE, participam da feira de Venâncio Aires e são produtores atentos a novos mercados. Na figura 04, podemos ver a produção de amaranto¹³, planta andina que já se encontra em casas de produtos naturais.

Pode-se afirmar que a construção de estilos de agricultura sustentável na região é complexa e gradativa, e ocorre em diferentes níveis de transição, inclusive com avanços consideráveis de alguns e de retrocessos de outros. De toda forma, as iniciativas produtivas levadas a cabo por agricultores da região em foco (a maioria continua fomicultor) já mostram resultados importantes do ponto de vista dos resultados alcançados, tanto no plano da produção quanto no da agroindustrialização familiar de alguns (LIMA, 2005, p.642).

¹³Amaranto é um gênero botânico da família Amaranthaceae. Várias espécies são conhecidas pelos nomes de bredo ou caruru, é muito procurada por sua alta taxa de cálcio disponível.

**Figura 05 - Solo preparado para cultura de milho sem cobertura
Linha Duvidosa – Venâncio Aires**



Fonte: PICOLI, 2012.

A propriedade na qual a figura 05 retrata foi apontada, pelo técnico do CAPA, como sendo umas das cinco propriedades ecológicas, porém, durante a entrevista, percebemos que o dono da propriedade ainda mantém algumas práticas convencionais de manejo do solo, como por exemplo o solo sem cobertura - “limpo”. Durante a entrevista constatamos um conflito de gerações e de saberes, pois o filho estudou na EFA – Escola Família Agrícola e lá adquiriu alguns conhecimentos sobre agroecologia e está tentando por em prática algumas técnicas adquiridas no curso. O pai relata que é muito difícil aceitar o novo modo de fazer agricultura do filho, pois os costumes de várias gerações ainda estão presentes na organização da propriedade.

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos, e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local, etc (WANDERLEY, 1999, 29).

4.1.2 Agricultores assistidos pelo CAE Ipê

Como mencionamos anteriormente, a COOPAECIA pode ser compreendida como um resultado de um trabalho articulado entre a Igreja Católica, os técnicos do CE e os agricultores. Segundo Costabeber (1998, tradução nossa p.325), “todo o trabalho se originou a partir de um processo de discussão, mas se ampliou a partir da situação de crise socioeconômica que estavam passando determinados segmentos da agricultura familiar na região. A proposta de implementar a agricultura com base ecológica seria difundida como uma saída capaz de assegurar aos agricultores um melhor resultado com a agricultura.”

Ao visitar as propriedades dos associados da COOPAECIA para a realização das entrevistas, observamos que o processo produtivo se encontra, hoje, quase na sua totalidade desenvolvido agroecologicamente, mas nem sempre foi assim. Como vimos anteriormente, além das novas técnicas serem absorvidas, as barreiras familiares tiveram que ser quebradas. Muitos começaram com pequenas parcelas de terra, outros tiveram que assumir a propriedade e pouco a pouco foram conquistando a confiança dos pais que, por sua vez, foram aceitando o novo projeto. No começo, houve muitos erros em relação às técnicas, mas isso não comprometeu as produções. Com exceção de um entrevistado que relata que, ao participar das reuniões da Pastoral da Juventude, levou a ideia para casa e já a pôs em prática. Os outros jovens sentiram muito a resistência familiar pelo novo modo de fazer agricultura.

[...]dia a dia nós mexia com veneno e quando se começa a pensar...o pai já tava intoxicado, comecei a falar com o pai pra gente fazer uma experiência num pedacinho do parreiral, ele não foi contra, não vamos arrisca tudo, nós dependia daquilo. Primeiro foi só sete fileiras no parreiral, aquele ano o tempo tava ótimo, o problema seria o frio no início da brotação. Ai decidimos, vamos fazer todo parreiral, qualquer coisa de sinal de mudança de clima a gente aplica os venenos... e foi até o final sem aplicar, aquele ano foi espetacular o Centro Ecológico tava começando as experiências, muita gente vinha fazer estágio lá em casa, fazer visita. Como dizia o pai as pessoas vinham buscar as informações com ele. O pai começou se sentir parte daquilo se sentia orgulhoso. Depoimento agricultor C07(17/04/12)

No princípio, os técnicos do CE trabalharam a Teoria da Trofobiose, adotando-a como referência para o manejo de solo. Houve boa aceitação pelos agricultores. A meta era que todas as propriedades se tornassem 100%

ecológicas¹⁴. Junto à Trofobiose, vieram todas as práticas mais conhecidas da agricultura orgânica, com ênfase especial aos biofertilizantes enriquecidos, que serviam tanto como adubação como proteção para as plantas dos fungos e bactérias.

As técnicas usadas, hoje, pelos associados são todas técnicas que foram sendo adaptadas da literatura europeia com a ajuda do CE. Dessa maneira, a ideia central era produzir com recursos renováveis e disponíveis na região. Muitas foram as tentativas de produção, muitos erros foram cometidos, mas tudo foi uma construção de saberes entre técnicos e agricultores. No início do movimento se experimentava muito. A seguir, relato do agricultor C04 sobre a primeira produção de pêssego orgânico.

Aí nos perguntávamos: será que vale a pena ganhar um pouco de dinheiro e daqui alguns tempos ficar igual ao vizinho, morrer por intoxicação. Isso foi no terceiro ano da maçã foi que começamos a agricultura ecológica, nos primeiros 2 anos a maçã não produz no terceiro ano da maçã que é o primeiro ano que iríamos fazer uma colheita, começou a ideia para fazer ecológico o manejo. Ficamos com medo decidimos começar pelo pêssego para ver se dava certo a Maria José deu ideia de começar e o pessoal da Emater pedia pra passar veneno e a Maria José dizia pra não passar, começamos a fazer as contas e víamos que podíamos arriscar - o nosso foi o primeiro pêssego orgânico do estado, ai partimos pra uva, depois a horta, ai começamos a chamar outras pessoas e mostrar o Pe. Schio trazia pessoas para conhecer a nossa horta 17/04/12.

Como vimos no relato acima, a questão da insegurança perpassava todos os setores, mas a certeza de que eles não queriam mais trabalhar com veneno era o que os movia para o desafio. A comercialização dos produtos com lucro certo, na feira ecológica de Porto Alegre foi a garantia financeira que os primeiros associados precisavam para dar continuidade ao projeto.

No período das entrevistas, todos os agricultores entrevistados responderam que o CE foi muito importante para o desenvolvimento da COOPAECIA, bem como da Agroecologia na região. Mas todos afirmaram que hoje o CE não presta mais assistência técnica aos associados da cooperativa, apenas são parceiros na divulgação do trabalho da cooperativa, assim como a cooperativa é parceira na divulgação das técnicas ecológicas desenvolvidas por ambos.

¹⁴ Propriedade 100% ecológica, entende-se por: “toda a produção agrícola e animal não dependem de agrotóxicos e produtos químicos”. Centro Ecológico (1997,p. 23): O que é ser agricultor ecologista. Ipê: CAE Ipê (Material técnico de divulgação).

Hoje, a produção das hortaliças e das frutas está toda norteadada nos moldes da agroecologia. Não utilizam sementes transgênicas, os insumos como adubo e fertilizantes foliares são totalmente orgânicos e também não utilizam agrotóxicos como inseticidas, herbicidas e fungicidas.

Figura 06 - Adubação verde para preparo do solo – Propriedade Valcir Dalblelo Vedana - Antônio Prado



Fonte: PICOLI, 2012.

Quanto à adubação, muitos usam adubação verde e, em cima, cama de aviário curtida por seis meses. Também usam adubos foliares como o Super Magro, que são produzidos e comercializados pela ECONATIVA (cooperativa parceira da COOPAECIA). Em depoimento, o técnico do CE relata: “aquela ideia do agricultor produzir a sua semente, sua muda e seu biofertilizante está com os dias contados, pois não há mais mão de obra suficiente para tanta tarefa”.

Quanto ao manejo dos parreirais, pomares e hortas, somente utilizam iscas e os produtos permitidos e certificados pela lei dos orgânicos (BRASIL, 2013). Um

exemplo disso é a calda bordalesa¹⁵, que é permitida por não ter impacto residual e tampouco ser tóxica. Em depoimento, o agricultor C05 revela que a EMBRAPA Bento Gonçalves é parceira em experimentos no controle da mosca da fruta e fungos nas maçãs. Segue abaixo o relato do agricultor C05:

[...]o ano passado começamos um trabalho com a EMBRAPA, de pesquisa em cima da maçã para o controle de fungos e insetos. No final da safra teve um produto que colocaram de isca, as nossas armadilhas de suco pegavam mais depois as deles se mostraram mais eficientes, ficamos de ter uma conversa esse produto se mostrou bem interessante. Tá surgindo um monte de produto, porque tem um monte de indústria de olho, temos que avaliar custo-benefício. Adubação é com cama de aviário, deixa fermentar durante seis meses em cima da adubação verde e nas frutíferas aplicar no inverno maio a junho julho antes da brotação. Já compramos da ECOCITRUS e não deu muito resultado tem que colocar muito para valer a pena.

Em nível governamental, é importante que haja investimento e busca de novas alternativas para o desenvolvimento de produtos orgânicos por intermédio da pesquisa científica. Nesse sentido:

Do ponto de vista técnico, a agricultura ecológica tem sido relativamente bem sucedida, apesar de o apoio da investigação científica e assistência técnica oficiais ter sido quase nulo até muito recentemente. O desenvolvimento tem sido mais rápido e tecnicamente mais sólido onde se estabelecem políticas públicas voltadas para esse fim, seja no nível dos Municípios ou dos estados (KHATOUNIAN, 2001, p.33).

O agricultor citado acima possui, em 100% do seu parreiral, um sistema de cobertura plástica, que previne fungos e faz com que a uva tenha maior durabilidade no pé, sem murchar ou cair. Também possui 100% de sua produção (horta e pomar) irrigada. O agricultor relata que sua produção duplicou após a colocação da referida proteção.

¹⁵ Também conhecida como “verderame” pelos italianos é uma mistura de cal + sulfato de cobre - essa calda é utilizada, desde o início da colonização italiana no Vale dos Vinhedos, nas viníferas, pomares de pêssego, maçã e figo bem como em hortaliças.

**Figura 07 - Parreiral coberto com cobertura plástica e irrigação – Propriedade Valcir Dalblelo
Vedana Antônio Prado**



Fonte: PICOLI, 2012.

Todas as 11 propriedades pesquisadas são certificadas pela Rede Ecovida¹⁶ (representa a certificação participativa) e pela Ecocert¹⁷ (empresa certificadora – reconhecida no Brasil e em outros países). Todos, nas entrevistas, utilizaram o termo “Propriedade 100% ecológica” ao se referirem à certificação. Os agricultores entrevistados se intitulam agricultores ecológicos.

Para Meirelles (2000), os agricultores que se intitulam ecológicos diferem dos agricultores orgânicos por terem um discernimento acerca do que é uma produção apenas para o mercado daqueles que têm valores socioambientais mais arraigados, conforme já foi discutido no capítulo 2.

A diversificação nas propriedades pesquisadas é muito alta. Claro que a produção de frutas é a principal atividade, com destaque para a uva, cuja produção é destinada à fabricação de sucos. Mas também são importantes: pêssego, figo, caqui e maçã, sendo esta última destinada à venda *in natura* e, é claro, as hortaliças, para a feira. Toda essa gama de produtos requer uma quantidade enorme de mão de obra e, por isso, está havendo um movimento de mudança interna nas

¹⁶ECOVIDA. **Rede Ecovida de Agroecologia**. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/category/a-rede/certificacao/>> Acesso em: 04 set. 2012.

¹⁷ECOCERT. **Ecocert Brasil**. Disponível em: <<http://www.ecocert.com.br/>> Acesso em: 05 set. 2012.

propriedades. O agricultor está sentindo necessidade de se especializar em alguns produtos e investir em estruturas que lhe proporcionem mais segurança e retorno.

[...] decidimos manejar bem a propriedade e atender melhor a feira, o ano passado a agente plantou 15 mil pés de tomate produziu muito, deu muito trabalho. Esse ano plantei nem a metade, mas na estufa, deu bem menos trabalho. Tem época que a gente reduz as verduras, só temos cenoura espinafre, ficamos só com a uva, tomate, pois é muito mais rentável vendermos de R\$ 4 a 8,00 o kg. Começamos a observar tudo, olhar o que responde mais, manter a qualidade dos sucos e molhos. Com cobertura na uva esse ano vamos manter a qualidade, mesmo que chova muito. (Agricultor C08)

Nesse sentido, vemos que há um diferencial entre a COOPAECIA e outras cooperativas e associações da região, pois a mesma, ao se capitalizar e obter lucro com agricultura ecológica, reinveste no mesmo segmento agrícola. Outras cooperativas obtêm lucro com agroecologia e reinvestem em outros setores, como o setor de integração com aviários, leite convencional, etc. Esse movimento está levando a uma maior especialização das propriedades ecológicas, alguns manejos estão sendo terceirizados. Abaixo segue um relato do técnico do CE sobre as novas formas de produzir agroecologicamente.

Acho que os agricultores estão defasados nas práticas agroecológicas. Esse é um processo que vai e volta, por exemplo, a adubação verde alguns fazem outros não. Quanto ao uso de variedades híbridas de tomate, a maioria dos agricultores já está plantando. O agricultor C03 e o C02 plantam tomate há vários anos. O solo deles é contaminado por causa das doenças comuns do tomateiro, então a variedade crioula já não responde àquele tipo de solo. Por conta disso eles começaram a usar tomate híbrido e a produção foi lá em cima. A negociação na Rede Ecovida é que vamos plantar tomate híbrido, mas não vamos deixar de plantar tomate crioulo, para não perder a semente, pois tem consumidores na feira que preferem os crioulos. Aquela ideia do agricultor produzir a sua semente sua muda seu biofertilizante, está com os dias contados, pois não há mais mão de obra suficiente para tanta tarefa, nem mesmo processar o molho, algumas associações, não estão fazendo mais. A Coopaecia está na contra mão, tem cooperativas e associações já terceirizando a produção de molho. Em relação às sementes foi montada uma estrutura e o Vilmar é quem cuida das sementes crioulas e reproduz pros outros agricultores, e tem um outro agricultor que ficou responsável por produzir as mudas, também produzirá mudas do tomate varietal. A tendência é o agricultor se especializar só para produzir alface, nem muda nem semente, isso tudo por causa da falta de mão de obra. Hoje uma pessoa pra trabalhar na agroindústria tu não consegue por menos de R\$ 80,00 o dia. Esse agricultor que tem várias sementes, várias produções esse está com os dias contados, não atrai nem os velhos muito menos os jovens, infelizmente essa é a realidade. (Cesar Volpatto, 25/04/12)

Figura 08 - Investimento em estufa de tomate - Propriedade Valcir Dalblelo Vedana Antônio Prado



Fonte: PICOLI, 2012.

A forma de organização da COOPAECIA é muito particular. Possui quatro agroindústrias e cada uma delas tem o seu modo diferenciado de operar, ou seja, a produção é individual ou em grupos pequenos, e apenas a comercialização é feita de forma coletiva. Todas as quatro unidades de produção foram devidamente registradas e seguem os padrões e normas exigidas pela Secretaria da Saúde, Ministério da Agricultura e das Certificadoras de Produtos Orgânicos.

Segundo Oliveira (2010, p.13):

Este formato permite uma maior autonomia das famílias em relação à cooperativa, em relação ao destino dos produtos (se para agroindústria, ou se para a venda *in natura*), aos volumes produzidos e aos preços pagos pela matéria-prima que é utilizada no processamento. Também é identificado pelas famílias que este formato facilita a organização do trabalho, já que é realizado no âmbito de poucas famílias que residem próximo e que possuem “afinidade”, e que melhora a qualidade dos produtos, já que a matéria-prima é produzida e comercializada na própria comunidade

As agroindústrias localizam-se em três localidades distintas: duas delas pertencem a Linha 30 – Capela Caravágio e distam, entre si, 500 metros. As outras duas têm aproximadamente 2,5 km de distância e uma localiza-se na Capela São

Roque (Nilson) e a outra na Linha Almeida – também Capela Caravágio. Todas as quatro estão alocadas dentro das propriedades de um dos sócios da respectiva agroindústria. Cada uma delas tem diferentes capacidades de produção, mas todas elas trabalham com extração de suco através das panelas a vapor, modelo que foi adaptado da forma caseira de produzir suco. Esse tipo de extração faz com que o suco não perca suas propriedades organolépticas¹⁸, bem como, deixa o suco com um nível de acidez baixíssimo, conferindo alto grau de doçura natural.

A tecnologia e os equipamentos reconhecidos pelo Ministério da Agricultura e utilizados para a feita de suco na região não permitiam a produção em pequena escala, devido ao custo elevado de instalação e funcionamento. A panela extratora surgiu como uma adaptação de um equipamento utilizado de forma doméstica por famílias da região. O equipamento foi mais tarde ampliado e adaptado pelas famílias. Na ocasião da legalização, a panela foi apresentada ao Ministério da Agricultura, que, após uma série de pesquisas e audiências entre os técnicos do Ministério e as famílias de agricultores, reconheceu o método (OLIVEIRA, 2010, p.11).

Apesar das propriedades terem como característica a mão de obra familiar como base principal da força de trabalho, a maioria dos agricultores, em entrevista, relatou que empregam, em média, de 3 a 4 pessoas na época da colheita da uva e produção do suco de uva nas agroindústrias. Alguns desses contratados temporários acabam ficando o resto do ano. Essas pessoas geralmente são de outras regiões do estado como a Campanha, por exemplo, e até de outros estados como Santa Catarina. Na região não há mão de obra disponível. Numa das famílias entrevistadas, observamos a presença permanente de um empregado que, conforme relato do agricultor C08, foi contratado para suprir uma necessidade de mão de obra e hoje faz parte da família: “ele tá com a gente há 5 anos, faz as refeições junto, mora na mesma casa, recebe um salário e tem participação no lucro, ele também faz a feira de vez em quando pra nós, ele é de total confiança.”

Todos os entrevistados possuem trator e máquinas que os auxiliam na plantação e colheita dos produtos produzidos na propriedade. Todos possuem sistema de irrigação, mas também, ainda hoje, trabalham com a força animal (junta

¹⁸ Chamam-se propriedades organolépticas às características dos objetos que podem ser percebidas pelos sentidos humanos, como a cor, o brilho, a luz, o odor, a textura, o som e o sabor.

de bois). Assim, observa-se a união entre o saber e os costumes tradicionais, com técnicas e máquinas modernas a serviço da produção.

4.2 A diversificação da produção e o mercado dos produtos: a relação das cooperativas com o mercado

Ao analisarmos ambas as cooperativas – COOPAECIA e ECOVALE -, percebemos que o mercado é o principal gargalo de toda cadeia de alimentos ecológicos. A produção já não é mais a dificuldade principal, pois a técnica já foi interiorizada pelos agricultores. O Quadro 04 apresenta os rendimentos brutos e líquidos dos associados entrevistados assim como alguns aspectos da fragilidade do processo de comercialização, os quais abordaremos a seguir. Todas as informações sobre os rendimentos foram passadas à pesquisadora de forma verbal, sem nenhuma documentação ou registro, portanto, os valores citados são aproximados.

Ao analisarmos o quadro de rendimentos, constatamos que os cinco primeiros agricultores associados da ECOVALE (E01 até E05) possuem renda anual superior aos outros associados (E06 até E10). Isso se deve ao fato desses cinco primeiros agricultores, além da produção de fumo, possuírem uma agregação de renda com os produtos que são vendidos na loja da ECOVALE. Pela análise do quadro, observamos que o agricultor E05 possui a maior renda de todos os agricultores fumicultores. É importante ressaltar que este agricultor é o único entre os produtores de fumo que é também feirante e possui alta diversidade de produtos para comercialização.

Verificamos também que, comparando os ganhos dos agricultores de ambas as cooperativas que possuem a mesma média de hectares, o ganho por associado da COOPAECIA é muito maior, pois, com a agroindustrialização dos produtos, o agricultor obtém um diferencial de renda que não acontece com a venda de produtos *in natura*.

A ECOVALE começou a constituir seu mercado por meio de feiras. Em 2002, possuía 102 associados, sendo que 40 famílias participavam de cinco feiras, uma no Município de Vera Cruz, duas no Município de Santa Cruz do Sul, uma em Vale do Sol e uma no Município de Venâncio Aires. Hoje, apenas duas feiras funcionam (Santa Cruz nos fundos da loja da ECOVALE e Venâncio Aires), num total de 53 associados, tendo envolvidas apenas sete famílias (quatro famílias na feira de Santa

Cruz do Sul e três famílias na feira de Venâncio Aires). Segue abaixo quadro ilustrando o número de famílias envolvidas nas respectivas feiras no ano de 2002.

Quadro 04 - Rendimento bruto e líquido anual dos agricultores entrevistados da ECOVALE e COOPAECIA

Agricultores ECOVALE¹⁹	Rendimento Bruto em R\$	Rendimento Líquido em R\$	Outras fontes de renda	Agricultores COOPAECIA	Rendimento Bruto em R\$	Rendimento Líquido em R\$	Outras fontes de renda
01	25.000,00	15.300,00	Dois salários-aposentadorias pais	01	18.000,00	7.200,00	Salário da COOPAECIA Salário esposa Aposentadoria mãe Não têm cotas em nenhuma agroindústria
02	22.040,00	12.040,00	X	02	43.000,00	27.000,00	Transporte escolar – possui cota 20% agroindústria
03²⁰	69.870,00	54.670,00	X	03	177.500,00	35.500,00	Fez recentemente um investimento de 500.000,00 na agroindústria, esse valor é quando possuía 50% de cotas, dois salários-aposentadorias pais
04	28.800,00	19.800,00	Taxista local, faz papel de veterinário da região	04	370.000,00	88.000,00	Único proprietário da agroindústria
05	65.550,00	53.390,00	Dois salários-aposentadorias pais	05	350.000,00	100.00,00	Têm 40% de cota na agroindústria
06	9.088,00	8.260,00	Salário de professora da esposa	06	37.000,00	27.000,00	Não têm cotas em nenhuma agroindústria Dois salários-aposentadorias pais
07	29.000,00	16.400,00	Três salários-aposentadorias pais e irmã	07	66.000,00	48.000,00	Sócio na agroindústria da família Vereador de Antônio Prado
08	10.600,00	9.000,00	Dois salários aposentadorias pais	08	149.000,00	120.900,00	Sócio na agroindústria da família Dois salários aposentadorias pais
09	8.917,00	8.845,00	X	09	50.000,00	48.000,00	X
10	14.000,00	5.000,00	Dois salários-aposentadorias próprias associado	10	21.000,00	16.000,00	Não têm cotas em nenhuma agroindústria

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nos dados da pesquisa – conforme fala dos agricultores

¹⁹ Os cinco primeiros agricultores da ECOVALE citados no quadro têm, junto aos seus rendimentos, a produção de fumo

²⁰ Esse agricultor produz só fumo orgânico

A partir dos dados do quadro 05, podemos observar que a estratégia de diminuição das feiras está proporcionalmente ligada ao número de associados. Isso confirma, mais uma vez, que a feira é uma estratégia de mercado importantíssima para os agricultores, porque ela tem um resultado financeiro imediato (a renda é semanal), capitalizando, assim, o agricultor para que possa continuar na transição e também fomenta a divulgação da agroecologia.

A experiência da Feira proporcionou o melhor conhecimento entre as famílias do grupo, no plano pessoal e também relativamente às características das propriedades de cada família. As reuniões mensais do grupo são em forma de rodízio, a cada mês uma família assume a responsabilidade de receber o grupo. Os assuntos giram em torno dos interesses do grupo que definem a pauta de discussão e, normalmente, aproveitam para conhecer as experiências desenvolvidas pela família visitada (WEBER, 2002, p.25)

Pelo relato de um ex-técnico do CAPA, podemos perceber que a feira era um momento de agregação e união muito forte entre os associados. Isso quer dizer que as pessoas “se enxergavam” e era o que dava suporte e sustentação para a manutenção da cooperativa. Hoje, o contato entre todos os grupos ocorre somente quando há Assembleias Gerais ou Extraordinárias, pois cada grupo manda seus produtos para a loja e essa faz o trabalho de comercializar. O vínculo, de certa maneira, diminuiu.

Costabeber (1998) relata que são necessárias três linhas básicas para que se dê um efetivo suporte para a transição agroecológica: a comercialização direta, a agroindustrialização e o associativismo. O autor afirma que a agricultura ecológica articulada mediante essas linhas básicas implicaria uma possibilidade real e concreta para que o agricultor seja reconhecido não mais como um produtor anônimo de mercadorias, mas como um cidadão com cara e nome, que tem uma identidade (a de agricultor ecologista), que produz alimentos limpos e conhecimento relevante para a sociedade.

Nesse sentido, vemos o quanto se torna importante a questão das feiras, porque nelas o agricultor tem o contato com o consumidor e, dessa forma, cria-se uma relação de confiabilidade e de estima por aquele que está produzindo o alimento consumido. Em sua tese, afirma que o efeito da comercialização e da produção direta para os consumidores constitui uma das principais características do trabalho realizado pela AECIA e foi, durante muito tempo, a principal estratégia dos assessores do CE relacionada à comercialização. Essa ação se tornou essencial

como forma de eliminar o intermediário e assegurar uma melhor remuneração aos agricultores. A tradicional figura do atravessador representaria, atualmente, uma fonte importante de exploração dos agricultores e de apropriação da renda produzida na agricultura. A eliminação desse personagem significaria não só ampliar as margens econômicas, mas também conquistar uma maior autonomia em relação a todo processo produtivo

Pela entrevista com um ex-técnico do CAPA, verificamos que a feira não era realmente um objetivo comum a todos os agricultores: “depois de muitas negociações com os associados da Cooperativa Coolméia, nós conseguimos um espaço para colocar uma banca da ECOVALE na FAE em Porto Alegre. Os agricultores não quiseram assumir a banca, queriam que nós, os técnicos, fôssemos até a feira e vendêssemos os produtos deles, ou seja, queriam que continuássemos a fazer o mesmo trabalho que as fumageiras fazem, pois estas vão até a propriedade e compram tudo sem eles precisarem se articular para vender seus produtos”.

Por essa e outras razões, a maneira que a cooperativa encontrou de fortalecer e divulgar os seus produtos foi apostar na loja da ECOVALE. Muito disso se deu por causa das novas diretrizes do CAPA, conforme as quais, segundo relato do atual coordenador, as feiras já não são mais prioridade, e sim outros meios de comercialização.

Não temos como afirmar que o motivo certo da não capitalização da ECOVALE se deve ao não fortalecimento das feiras, mas podemos verificar que vários fatos ocorreram após o CAPA ter tomado outras diretrizes para a comercialização dos produtos ecológicos. Dessa maneira, observamos que as feiras ficaram em segundo plano, pois no período de 2005 até 2008 as feiras de Vale do Sol, Vera Cruz, Cachoeira do Sul, Passo do Sobrado e um entreposto de Santa Cruz do Sul, assistidas e fomentadas pelo CAPA, foram fechadas. Abaixo segue a visão do coordenador do CAPA sobre as feiras.

A feira na praça – isso não ia nos ajudar muito além do stress de montar barraca, temos que pensar nas estratégias da cooperativa, feira é um componente importante, mas ela não constrói uma estrutura autônoma na perspectiva de construir uma cooperativa. Os feirantes querem o espaço de graça, não querem ter taxas sobre as vendas O feirante tenciona para gastar o mínimo com a cooperativa. Nós temos muita cautela para organizar feiras. Podíamos espalhar feiras por todo lado. Isso não constrói uma estrutura organizada. Por isso nos tencionamos que a cooperativa se

estruire por si só, pra poder viabilizar seus próprios técnicos. Precisamos que eles tenham quanto a cooperativa autonomia de ser estruturado. Por essa leitura a gente não vai animar eles fazer na praça. Fazer feira na praça não vemos como uma alternativa boa. Não vamos animar eles a fazer uma feira na praça, nossa lógica é acessar mercado via cooperativa, é acessar mercado por outras lojinhas, outros parceiros, merenda escolar. Se der um dia para melhorar esse espaço interno da loja colocando todos os produtos dentro da loja vamos fazer, mas isso tem que ir devagar porque se não causa muito stress, mas colocar a feira na praça não vemos como uma coisa boa. A razão também pelo consumidor santa-cruzense que não tem muito o hábito de comprar na praça, talvez vai comprar uma e outra vez e depois deixa de lado (Sighardt Hermany, 25/05/2012) .

Essa decisão tomada pelo coordenador entra em contradição com o desejo das famílias feirantes da ECOVALE, pois estas desejam uma maior visibilidade para seus produtos, bem como, acreditam que as feiras serviriam como caminho para outros agricultores se viabilizarem como produtores ecológicos.

Analisando esses fatos, verificamos que o grande diferencial entre a ECOVALE e a maioria das associações e cooperativas ecológicas do Brasil (incluindo a COOPAECIA) é que estas foram criadas e capitalizadas através das feiras.

Gusson (2006) relata que, em 1960, os supermercados eram responsáveis por 13% de toda comercialização alimentar. Em 1995, esse percentual passou para 87%. Dessa maneira, a agricultura familiar foi perdendo seu espaço de comercialização. Conforme o mesmo autor, há dois caminhos para a agricultura familiar: o primeiro diz respeito ao sistema de integração (fumo, leite, aves) dependente e incerto e o segundo aponta para o caminho da organização autônoma ou formas associativas, com a construção de canais alternativos de comercialização. Gusson cita a Feira da Coolméia como exemplo de comercialização que deu certo, pois esta serviu para que agricultores de diferentes regiões do Rio Grande do Sul aderissem ao movimento agroecológico.

Essas feiras ecológicas vão muito além da oferta de alimentos sem agrotóxicos ao consumidor, ou da simples agregação de valor econômico ao produto. A comercialização direta proporciona uma relação de identidade entre quem produz o alimento com quem o consome, permitindo a valorização da qualidade do produto e da cultura do produtor. Uma grande vantagem da feira ecológica, em relação a outros canais de comercialização, está na sua simplicidade, que abre infinitas possibilidades para o desenvolvimento integral das pessoas envolvidas. O diálogo e a integração entre agricultores e consumidores mostram-se capazes de produzir mudanças nas duas pontas da cadeia produtiva (GUSSON, 2006, p.93.)

Quadro 05 – Famílias participantes das feiras da Ecovale

Nome da Associação	Município do VRP	Número famílias	Ano de início	Principais Produtos	Local de comercialização
AANE (grupo da Feira)	Vale do Sol	10	1996	Hortaliças, ovos, frutas, panificados	Entrepósitos e feiras ecológicas Santa Cruz Sul
Grupo NAESC – Linha Seival	Santa Cruz do Sul	10	1997	Hortaliças, arroz, frutíferas, panificados	Entrepósitos e feiras ecológicas Santa Cruz Sul
DONE Grupo de Olho na Ecologia	Vale do Sol	09	1998	Hortaliças, frutas, conservas, ovos panificados, frango caipira, geléias e schmiers	Entrepósitos e feiras ecológicas Santa Cruz Sul
Grupo Ecoflorestal Sintonizado	Vera Cruz	11	2000	Hortaliças, frutíferas, panificados, queijo	Entrepósitos e feiras ecológicas Santa Cruz Sul e Vera Cruz; merenda escolar.

Fonte: Weber, 2002.

Enquanto a COOPAECIA se encontra totalmente independente do Centro Ecológico, tanto em nível financeiro como técnico, verificamos que a ECOVALE continua totalmente atrelada ao CAPA. A loja da ECOVALE continua sendo cedida pelo CAPA, assim como a Kombi que transporta os produtos. Até o final de 2011, a ECOVALE recebia uma ajuda mensal de R\$1.000,00 para que a loja funcionasse, ou seja, a ECOVALE ainda não conseguiu se capitalizar. No ano de 2011, a ECOVALE teve um faturamento bruto anual de R\$ 220.000,00 em produtos ecológicos. Em outubro de 2012, a loja continuava com um débito de R\$ 4.000,00.

Dessa forma, podemos verificar que a ECOVALE não possui um mercado consolidado capaz de dar garantia aos associados. Por isso, podemos notar a evasão destes da cooperativa. Em comparação à COOPAECIA, com o mesmo tempo de atividade, o mercado efetivo da ECOVALE, hoje, fica muito aquém daquilo que os agricultores esperavam.

A maioria dos produtos que passa pela venda na cooperativa ECOVALE são produtos não perecíveis, ou seja, não precisam ser processados nem vendidos imediatamente. Os de maior volume de vendas são: o arroz, feijão, erva-mate, mel, farinha de milho e açúcar mascavo. Esses produtos vão sendo processados conforme o que é vendido na loja. O milho que está estocado só é processado depois que a loja tiver um cliente certo para vender a farinha de milho. Esse processo também ocorre com a erva-mate e a cana-de-açúcar para transformação em açúcar mascavo. Um dos técnicos do CAPA nos informou que, se houvesse mercado para erva-mate eles poderiam produzir 1000 kg além do que é produzido hoje, sem aumentar a área, nem o número de associados. Com isso, podemos presumir que, se a ECOVALE fosse mais atuante na abertura de novos mercados, os volumes de produção e, conseqüentemente, de comercialização seriam maiores e certamente atrairiam mais associados.

Outro fato que chamou a atenção nas entrevistas foi a questão da marca ECOVALE. Em 2012, os associados perderam a marca. Isso ocorreu porque outra empresa comercial já havia registrado o mesmo nome em São Paulo. Dessa maneira, a ECOVALE não poderá mais usar o nome nos produtos. Para tanto, foi escolhido um novo nome para representação dos produtos - JOPÓI (“aquele que se ajuda” na língua Guarani). Esse fato não agradou muito aos agricultores, pois houve diminuição nas vendas, conforme depoimento do agricultor Ecovale E04.

Achei esse nome muito estranho, nós queríamos aumentar a produção de erva esse ano e diminuir o fumo, mas vamos desistir, porque mudaram a embalagem e estão vendendo bem menos, outra coisa que não podemos vender em outros lugares porque temos convênio com o CAPA.

Nesse relato, vemos que não há identificação com o nome por parte dos associados. Outro fato que está intrínseco na fala desse agricultor é que há um excedente de produção. Como toda venda precisa passar pela cooperativa e a mesma está com dificuldades de venda, o agricultor se sente desestimulado em optar por outra produção que não seja o fumo.

A pouca produção ofertada em determinado período do ano pelos agricultores ecologistas tem sido indicada como fato negativo, em virtude das condições climáticas adversas em certos períodos do calendário agrícola local. Um membro também manifestou que o maior empecilho ao crescimento da cooperativa se deve ao fato de a fumicultura encontrar-se em expansão econômica, com mercado garantido da matéria-prima dos agricultores. Situação que deixa os agricultores acanhados com a instabilidade de uma nova prática produtiva, além de preservarem o medo e a dúvida, diante do novo formato tecnológico de base ecológica, mormente com relação à segurança da produção. A firme tradição fumícola da região tem refletido, inclusive, entre os agricultores, na secundarização de algumas práticas básicas de autoconsumo da unidade de exploração (LIMA et al., 2004).

Os clientes mais importantes da ECOVALE são: UNIMED – Vales do Rio Pardo e Taquari, Prefeitura de Vera Cruz, Prefeitura de Vale do Sol, Prefeitura de Teutônia e Prefeitura de Arroio do Meio – que compram para merenda escolar – e algumas cooperativas ecológicas de outros municípios. Ao serem questionados sobre novos mercados e se eles visualizam novas formas de comercialização, os agricultores da ECOVALE responderam²¹:

01E – “Falta revendedor – porque financeiramente não tem como investir, e nós contratar alguém não pode, não podemos competir com a Ecovale – porque a Ecovale coloca seu imposto” – esse agricultor (fumicultor) trabalha com o CAPA desde 87 e não vê perspectiva em deixar de plantar fumo, porque a erva-mate não dá o sustento que necessita.

02E – “Não tenho nem ideia de outras formas de comercialização” – agricultor fumicultor orgânico – vende toda produção para a JTI²².

²¹ Conforme entrevista feita aos agricultores de ambas as cooperativas – pergunta da seção 3.

²² JTI. **Japan Tobacco International**. International Tobacco Group Company. Disponível em: <www.jti.com> Acesso em: 23 abr. 2012.

03E – “Já quebramos a cabeça para achar uma maneira de comercializar. Já tivemos um entreposto, onde ganhávamos mais, se fosse hoje não entraria mais em cooperativa, o imposto é muito alto, o preço pago pra nós é pequeno e pro consumidor é alto demais” - agricultor apicultor e fumicultor.

04E – “Não podemos vender em outro lugar nosso produto, porque temos convênio com o CAPA. A intenção seria aumentar a produção, mas a ECOVALE não tem vazão” - agricultor produz fumo e erva-mate.

05E – “Conheci uns jovens agricultores de Pernambuco que vendem pela internet, acho que seria legal investir numa feira virtual, mas por enquanto não tenho computador. Venda para a merenda escolar, e melhorar a oferta dos produtos da feira.” - esse agricultor é jovem, fez CEDEJOR²³, é feirante e fumicultor. Pretende, em 2013, diminuir a lavoura de fumo. Esse agricultor tem total interesse em se firmar na agroecologia e abandonar o fumo. Acredita no potencial das feiras para fazê-lo.

06E – “ Eu acho que a organização de uma cooperativa de consumidor daria um novo ânimo para a venda dos produtos, outros locais para venda que tem possibilidade são as fruteiras, supermercados e restaurantes, já fizemos estudo e vimos que é possível.” – esse agricultor é feirante, tem um filho que estudou na EFA²⁴ e planejou uma produção de tomate.

07E – “Meu sonho sempre foi fazer Ecoturismo, comercializar as frutas e hortaliças dentro da propriedade. Fazer agroindústria para processar a cana-de-açúcar.” – esse agricultor feirante tem sua propriedade toda convertida para produção ecológica. Seu filho trabalha como técnico no CAPA. Nesse relato vemos que esse agricultor tem uma visão mais avançada quanto ao futuro da sua propriedade.

08E – “Tô satisfeito com a feira, não vejo que possa mudar nada” – esse agricultor conseguiu alcançar sua meta de não usar mais veneno, pois produzia tabaco e agora passou a produzir hortaliças.

09E – “Gostaria de entregar cestas com os produtos ecológicos na casa do consumidor, só que a distância não permite, é muito longe, 34 Km de Candelária e 68 km de Santa Cruz do Sul” – esse agricultor produz mais de 10 itens para a

²³CEDEJOR. **Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural.** Disponível em: <<http://www.cedejor.org.br/>> Acesso em: 25 jun. 2012.

²⁴EFA. **Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul.** Disponível em: <<http://efasantacruz.blogspot.com.br/>> Acesso em: 03 jan. 2013.

ECOVALE. Está pensando em diminuir o número de itens, pois não está dando conta de todo o manejo que precisam.

10E – “Acho que a feira atual deveria ir para a praça central, estamos escondidos atrás da ECOVALE, outros lugares que visualizamos para vendermos nossos produtos são a feira do Fórum que tem Box que não está sendo usado e também poderíamos montar uma feira na UNISC.” – casal de agricultores que deixou de plantar fumo. São produtores de panifícios e hortaliças. Vendem na feira. Estão insatisfeitos com as vendas, voltam para casa com 40 % dos produtos depois de cada feira.

A partir desses relatos vemos que a falta de perspectiva dos associados em relação ao mercado está diretamente atrelada às regras impostas pelo CAPA na orientação das vendas. Somado a esse fator, não podemos desprezar a questão da fumicultura deter sua cadeia comercial completa, na qual o agricultor apenas fornece sua mão de obra para a produção da folha do tabaco e a empresa faz toda a comercialização. A partir dessa reflexão, podemos verificar que o agricultor acaba ficando “viciado” nesse sistema. Sua proatividade acaba não existindo, assim como os interesses pela cooperativa.

Como a diretriz das vendas está direcionada às lojas e outros mercados, seria fundamental a figura do revendedor para os produtos em outros municípios e regiões, mas a cooperativa não consegue se articular para que isso ocorra. Outro fator que desestimula principalmente os feirantes é a falta de visibilidade da feira de Santa Cruz do Sul, pois ela acontece atrás da loja da ECOVALE. A população de Santa Cruz do Sul não sabe que ela existe e também não existe divulgação.

Ainda, os depoimentos dos agricultores associados à ECOVALE se apresentam de forma contraditória, na medida em que os mesmos afirmam que não entrariam em cooperativas devido à alta taxa de impostos, bem como ao preço final do produto que chega ao consumidor. Já os associados da COOPAECIA acreditam que a associação só traz benefícios, declarando que é por conta da cooperativa que hoje eles se encontram nesse nível, o qual consideram bem sucedido.

O mercado da COOPAECIA iniciou com a participação dos associados da AECIA na FAE (Feira dos Agricultores Ecologistas) em Porto Alegre, como já foi mencionado anteriormente. Todo processo de fortalecimento e divulgação da Agroecologia no estado começou por intermédio dessa feira. Todos os agricultores entrevistados na pesquisa foram enfáticos ao relatar que a feira foi a mola

propulsora do desenvolvimento do processo agroecológico da cooperativa. Em seu depoimento, o agricultor C08 relata um pouco disso:

O começo foi uma surpresa, tudo que produzíamos vendíamos, os outros viam e queriam também produzir e vender lá, a feira foi a melhor coisa que nos aconteceu, foi por causa dela que estamos nisso até hoje. Temos o melhor ponto de venda de produtos orgânicos do Brasil, segundo Maria José Guazzeli é a maior feira do mundo de alimentos ecológicos. Nós temos três iscas boas que puxam pra banca, tomate uva e sucos.(17/04/2012)

A feira que o maior número de associados da COOPAECIA participa é a de Porto Alegre. A preparação para essa feira começa nas propriedades, já nas sextas-feiras pela manhã, com a colheita (lavagem, armazenamento e contagem) das hortaliças e frutas. Após esse trabalho, os agricultores escalonados para a feira da semana se dirigem à sede da cooperativa, onde carregam o caminhão baú.

Muitos, depois de carregar, acabam jantando e dormindo na própria sede da cooperativa. Às 3 horas da manhã, o caminhão parte para Porto Alegre, bem como o ônibus levando os agricultores. A comercialização dos produtos na feira é feita em conjunto pelos associados e seus familiares. Há um esquema bem organizado de escalonamento de trabalho, assim, todos têm oportunidade de participar, de tempo em tempo, do processo de venda e do contato direto com os consumidores.

Esses produtores rurais viviam uma situação bastante desprotegida, comercializavam seus produtos através, muitas vezes, de intermediários (atravessadores) ou os vendiam diretamente para o CEASA. A adoção da agricultura ecológica lhes trouxe, além de seus méritos intrínsecos (melhoria da saúde, dos recursos naturais, maior autonomia), a possibilidade de comercializarem seus produtos a preços mais condizentes com o valor da sua força de trabalho. A participação em entidades locais, como a AECIA, é um fator fundamental para esses agricultores, em termos de garantia da manutenção da qualidade de vida de suas famílias. [...] Em muitas épocas do ano, as reuniões da AECIA deixaram de ser mensais para se tornarem semanais e ainda existem encontros com o pessoal do Centro Ecológico, com a Coolméia, Rede ECOVIDA, Cooperativa Pradense, comitês da prefeitura, reuniões que ocorrem nas capelas de cada comunidade, etc. O fato de estarem conectados a muitas redes produz um diferencial importante na vida desses agricultores (AZAMBUJA, 2005, p.79).

Figura 09 - Dormitório da Cooperativa em Antônio Prado



Fonte: PICOLI, 2012.

Figura 10 - Caminhão Baú da Cooperativa



Fonte: PICOLI, 2012.

Após o fortalecimento financeiro e ideológico que a feira trouxe aos agricultores da AECIA, começou-se a pensar no excedente da produção. Como é intrínseco ao colono italiano a lida com a transformação da matéria-prima em alimentos como compotas, geleias, sucos, vinhos e queijos, e o ambiente

agroindustrial já faz parte da cultura dos mesmos, temos uma situação propícia para o começo das agroindústrias.

Na visão de Mior (2005), a agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização.

Outros aspectos também caracterizam a agroindústria familiar rural tais como: a localização no meio rural; a utilização de máquinas e equipamentos e escalas menores; procedência própria da matéria-prima em sua maior parte, ou de vizinhos; processos artesanais próprios, assim como predominância da mão-de-obra familiar. Pode ainda vir a ser um empreendimento associativo, reunindo uma ou várias famílias aparentadas ou não. Outra dimensão importante é que a agroindústria familiar está crescentemente internalizando os aspectos legais, tanto do ponto de vista sanitário como ambiental e fiscal, perante os organismos de regulação pública (MIOR, 2005, p.8).

Assim sendo, em 1994, começa uma nova fase de transformação do excedente da produção para algo que iria agregar maior valor aos produtos.

Apesar do sucesso crescente da feira, logo esta mostrou seus limites na comercialização de grandes volumes de produtos e, principalmente, na comercialização de produtos que têm grande parte da produção concentrada em um pequeno período de tempo – safra e que apresentam dificuldades de conservação em câmaras frias, seja pela baixa resistência dos produtos em câmaras ou pela dificuldade de acesso a essas estruturas. A fim de evitar a comercialização em canais convencionais, a alternativa encontrada foi a transformação da uva, da framboesa e do tomate em produtos processados. Nos primeiros anos essa atividade foi desenvolvida nas cozinhas das famílias e/ou em pequenas estruturas preparadas com equipamentos e utensílios para tal processo, mas que em muito se distanciavam das estruturas exigidas pela legislação que regulamenta a produção de alimentos no país (Oliveira 2008, p.98).

Figura 11 - Produção de doce de goiaba – agroindústria linha Almeida



Fonte: PICOLI, 2012.

Abaixo, segue o relato de um dos agricultores sobre o início da produção de sucos em um momento que a Zero Hora fazia uma reportagem sobre a produção de suco de framboesa ecológico.

Quando começamos aqui em casa foi numa sala de 4 x 4 m sem reboco, sem piso, com forro de madeira, mas antes fazíamos suco na beira da estrebaria se fosse hoje estaríamos preso Veio o pessoal ZH fazer entrevista por causa de suco de framboesa, panela assentada com tijolo, bateram foto das panelas e a 5m as vacas mugindo, lavava as garrafas lá, o Gilmar lavava as framboesas no tanque em que se lavava a roupa. A COOLMEIA (cooperativa organizadora da feira) nos pediu pra fazer 600 litros, levamos pra UFRGS para adaptar a panela custou 1000 reais, mas precisava dinheiro pra comprar garrafa, um cara de Santa Catarina comprou 400 garrafas – mas ele não queria depósito nas garrafas, ele nos disse que o nosso suco era o melhor suco que ele já tinha tomado, isso nos animou a fazer mais suco, naquele ano na feira vendemos logo tudo 2500 litros, no outro ano a UFRGS fez uma panela pra 170 kg de grãos de uva alta como uma geladeira não deu certo porque era meio dia de fogo e não esquentava a panela e foi, foi até chegar na panela que temos hoje (17/04/2012).

Hoje a cooperativa conta com uma pessoa responsável só para a venda dos produtos. Essa pessoa é o próprio Coordenador da COOPAECIA (agricultor com 3º grau em Economia), que atua em várias instâncias, desde o contato com escolas para a merenda escolar até mesmo grandes redes de supermercado.

Assim, a principal atividade da COOPAECIA é a agroindustrialização da matéria-prima produzida pelos agricultores associados e parceiros. Um diferencial é que a associação AECIA, no começo, soube explorar produtos que não havia no

mercado. Eles foram pioneiros na produção de suco de uva orgânico, bem como na divulgação da técnica. Hoje há diversas empresas produzindo suco de uva orgânico, desde pequenas cooperativas (Econatura), até grandes empresas do ramo do vinho, como por exemplo, Salton, Casa Madeira, Da Casa. “Hoje as empresas estão indo atrás de produtores ecológicos, numa ofensiva por produtores de suco de uva orgânico. A Mena Kaho²⁵ anuncia nas rádios: queremos produtores de uva orgânica, pagamos o dobro, quem tem interesse passe na empresa para ver como funciona” (relato do coordenador do CE). Esse fato já se mostra um tanto incômodo para os associados, pois a competição no mercado está muito grande, tanto pelo preço como pela matéria-prima, pois alguns agricultores relataram que antigos parceiros (fornecedores de matéria-prima) direcionaram sua uva para as grandes empresas.

As fábricas trabalham com grandes volumes e com sistemas mais ágeis e, com isso, conseguem um preço diferenciado. Abaixo, relato do agricultor C03 sobre a divulgação da técnica e a concorrência.

Recebemos grupos para dar as primeiras informações para fazer os primeiros trabalhos com orgânicos. Essa semana vamos receber grupos de Santana do Livramento. A gente nunca fechou as portas pra ninguém, motivo da gente ter tanto concorrentes. Santa Catarina e Paraná vinha 3 ônibus a cada dois meses, ao todo recebíamos mais ou menos 15 turmas por ano.19/04/2012

Há cinco anos, toda a produção de suco de uva da COOPAECIA era vendida antes mesmo de acabar o ano. Hoje, a situação mudou. Por exemplo, em abril de 2012, a COOPAECIA encontrava-se com 30% da produção do suco de uva de 2011, ou seja, estava com todo estoque de 2012 pronto, mais 30% da safra 2011. Ao analisarmos essa situação, vemos que no momento a Cooperativa encontra-se com produção maior do que a absorção dos clientes atuais. Mas a cooperativa é dinâmica, e está com um trabalho árduo para conquistar novos clientes. Em setembro de 2012, em uma conversa com o coordenador, este relatou que os 30% do estoque que sobraram de 2011 já haviam sido vendidos para novos mercados. Como mencionado anteriormente, o preço final é um fator limitante para a abertura de novos mercados. As grandes empresas conseguem fabricar o litro de suco de

²⁵BENTO GONÇALVES. **Vinícola “MENA-KAHO”**. Disponível em: <<http://www.vinicolamenakaho.com.br/produtos.html>> Acesso em: 09 abr. 2013.

uva com um custo oito vezes menor²⁶ que o litro de suco da COOPAECIA. O método que a Nova Aliança²⁷ (maior concorrente da COOPAECIA) e as outras fábricas trabalham chama-se processo enzimático. Esse método possui poucos passos e são feitos na sua totalidade por máquinas e enzimas: a uva é submetida a um processo de separação do engaço e leve esmagamento. Após um processo de pasteurização e tratamento enzimático, o mosto obtido passa pela pré-estocagem, estocagem e prensagem. Depois dessa etapa, vai para a centrifugação e filtração, e para o polimento final do produto, sendo então, finalmente, concentrado e, assim, pronto para envazar.

Já o sistema de “painéis a vapor” é um processo mais lento e artesanal. Começa com a pesagem da uva, se esta não for do próprio dono da agroindústria. Após a pesagem, a uva vai para a sala de depósito com proteção contra insetos. Em seguida, é colocada numa máquina que retira os grãos. Após, é feita a limpeza das impurezas (grãos fungados, machucados). Nas painéis a vapor (geralmente alimentadas por caldeiras), o suco é retirado do bagaço. Passa então, por tubos até cair num tanque coletor que mantém uma temperatura entre 78°C a 85°C e, após isso, é engarrafado manualmente, e só vai receber o rótulo quando a venda estiver garantida pela cooperativa.

²⁶ Informação cedida por agricultor associado

²⁷ ECOCOOPERATIVA. **Aliança da Terra. Empresa de vinho e suco de uva orgânico.** Disponível em: <<http://www.vinhos-alianca.com.br>> Acesso em: 07 mar. 2013.

Figura 12 - Panela a vapor extratora de suco – Agroindústria Nilson Camatti



Fonte: PICOLI, 2012.

Hoje, em virtude da enorme concorrência, os associados estão sempre procurando se especializar em novos produtos de alto valor agregado. Desse modo, conseguem atingir margens mais altas, pois são produtos escassos no mercado e já amplamente conhecidos pela marca AECIA. Em relação à marca, vimos que a COOPAECIA manteve AECIA, pois esta já está consolidada no mercado e nos rótulos dos produtos.

As vendas da cooperativa são feitas pelo site²⁸, por intermédio das secretárias e do coordenador que, além da coordenação, é responsável pelas vendas. Para o coordenador geral do Centro Ecológico, Luis Carlos Dill Rupp, até hoje a COOPAECIA fez milagres com suas vendas.

A AECIA fazia milagre, vendia com uma secretária, sem ter representante comercial nos municípios, sem ter a logística das cadeias normais das indústrias. Agora a AECIA vai ter que rever sua logística, vendia para o Pão de Açúcar, só que agora o Pão de Açúcar tem oferta da Econatura, Cooperativa Garibaldi, Copeg da Cooperativa Aliança da Menacal. Pão de Açúcar e Zaffari não são parceiros da agricultura familiar, eles vão usar a AECIA enquanto for bom pra eles, a hora que eles acharem alguém que forneça com melhor preço eles trocam, esse é o mundo do mercado.

²⁸AECIA. **Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado**. Disponível em: <www.aecia.org.br> Acesso em: 10 mai. 2012.

No ano de 2011, a COOPAECIA teve um faturamento bruto de R\$ 1.900.00,00²⁹ com seus produtos agroindustrializados. A cooperativa comercializa 35 produtos diferentes, entre eles podemos citar: geleias (uva, figo, goiaba), néctar de várias frutas (maracujá, pêssego, goiaba, amora...), molho de tomate temperado e extrato de tomate e os sucos de uva (Niágara, branca, bordô, Isabel), amora e mirtilo. Os principais clientes são lojas de produtos naturais, redes de supermercados como o Zaffari e Pão de Açúcar, projetos institucionais como o PAA e merenda escolar. Hoje, a COOPAECIA atende 21 estados do Brasil.

Os dez agricultores entrevistados participam da FAE (Feira dos Agricultores Ecologistas) em Porto Alegre. Desta forma, recebem semanalmente por suas vendas, ou seja, esses agricultores têm como produção principal os alimentos ecológicos e estão direcionados para o mercado dos orgânicos. Sua produção não é apenas para subsistência. As técnicas empregadas na produção das hortaliças e frutas são as que a legislação de orgânicos contempla.

Uma característica importante das famílias que estão filiadas à AECIA reside no fato que estas famílias mantêm uma matriz produtiva relativamente diversificada, ou seja, não produzem só para o mercado (hortaliças, frutas, grãos e produtos de agroindustrialização caseira), mas também produzem alimentos básicos para o auto-consumo. (COSTABEBER, 1998, p. 322, tradução nossa)

Possuem uma renda média anual líquida de produção orgânica de R\$ 51.760,00. Além da pluriatividade pára-agrícola³⁰, que decorre da transformação agropecuária para a venda, muitos também são pluriativos intersetoriais³¹, ou seja prestam serviços como transporte escolar, cargos políticos etc.

Depoimento dos agricultores COOPAECIA, sobre a visualização de novas formas de comercialização.

01C – “Eu acho que devemos investir mais na venda para a merenda escolar, para os mercados institucionais, porque hoje tem a lei estadual que diz que toda instituição estadual tem que dar preferência ao alimento saudável, orgânico, ou da agricultura familiar, acho que além da nossa região temos capacidade para ampliar

²⁹ Informações fornecidas pela assistente administrativa da cooperativa.

³⁰ Decorre do beneficiamento ou transformação agropecuária para venda. São as agroindústrias rurais, em geral de pequeno porte. Ex: carne, leite, cana, frutas, etc.

³¹ Articulação dos setores agrícolas e não-agrícolas. Ex: indústria, comércio e serviços.

para outras regiões.” - responsável pelo setor de vendas para os mercados institucionais na cooperativa.

02C – “Fazer cestas, escolher uma cidade ou uma região e montar cestas dos nossos produtos, vários produtos industrializados, frutas verduras, legumes. Já tivemos a intenção de fazer mas não começamos a fazer ainda, temos que ter uma pessoa só para fazer isso. Outra coisa seria entregar cestas para empresas que dão de presente para seus funcionários no fim de ano. Aproveitar essa mesma pessoa que seja responsável pelas cestas e essa pessoa girar nas lojas nos supermercados da região de Porto Alegre/Canoas e vender e oferecer nosso produto. Porque os supermercados e lojas que vendemos hoje eles que nos procuram. Temos poucos representantes comerciais, só em Campinas e no Paraná, o resto tudo vêm até nós. Precisamos também, para ter um representante comercial, nos organizar porque alguns produtos faltam, como por exemplo, suco de mirtilo, algumas verduras e legumes e outros produtos sobram como o suco de uva e o molho de tomate.”

03C – “A gente não tem tido tempo para visitar as escolas nesse programa de merenda escolar. Estamos no terceiro ano do PAA para entidades carentes, agora estamos pra começar um projeto com as escolas, com a aprovação de uma lei do estado, 30% da alimentação pública tem que ser preferencialmente orgânica.”

04C – “Entrega de cestas que podíamos vender tanto industrializados e *in natura*, estávamos pensando em uma rota a partir de Caxias do Sul chegando em Porto Alegre, mas só ficou no papel.”

05C – “A venda para instituições públicas – porque agora é lei que 30% de todo alimento que as instituições estaduais comprem tem que vir da agricultura familiar, precisamos trabalhar essa ideia, não surgiu ainda negócios. Acho que seria bom contratar um vendedor.”

06C – “Não vejo outra forma. Porque vendemos pra cooperativa, temos ajuda da Econativa (Cooperativa Regional de Produtores Ecologistas do Litoral Norte do RS e Sul de SC), vendemos para merenda escolar pela CONAB³² acho que estamos bem de venda.” – esse agricultor não é proprietário de nenhuma agroindústria.

07C – “Outra maneira de comercialização só poderia ser pensada se tivéssemos mais produção com outros produtos para abrir outros mercados.”

³² Companhia Nacional de Abastecimento.

08C – “Começamos a analisar que se abrisse outra feira, precisaríamos mais dois dias na semana só para a próxima feira, daí decidimos manejar bem a propriedade e atender melhor a feira que já temos. Com isso o cliente é fiel e com chuva sem chuva volta sempre para a nossa Banca, que eles (clientes) chamam Banca do Sorriso.”

09C – “Antonio Prado é uma cidade turística – o turista e o consumidor local teriam que vir na propriedade, conhecer e colher o produto que querem comprar. Isso seria uma forma do povo urbano aliviar o estresse do dia a dia, vir como turista uma vez por semana e colher seu próprio alimento.”

10C – “Se eu tivesse bastante produto ia inventar outro tipo. Não vou pensar, quanto menos serviço, menos quebra cabeça, o dia que se morre não se leva nada, trabalha um monte pra deixar pros outros, eu penso até que eu vivo e depois se vire os outros. Não, não complicado...” – esse agricultor é o mais velho dos entrevistados, seus filhos saíram de casa e não é proprietário de nenhuma das quatro agroindústrias.

A partir desses depoimentos verificamos que a visão de mercado dos agricultores da COOPAECIA está bem além dos agricultores da ECOVALE, com exceção de dois entrevistados (que não são donos de agroindústria). A maioria dos entrevistados tem boas perspectivas e domina o assunto comercialização. Esse fato está relacionado ao contato desses agricultores com consumidores da capital, bem como sua trajetória de viagens pelo Brasil e no mundo (BIOFACH - Feira Internacional de Produtos Orgânicos Alemanha, Suíça e Itália). Os agricultores da COOPAECIA recebem muitas visitas, participam de cursos, dão palestras, possuem organizações em forma de redes sociais, além de conviverem com pessoas do mundo inteiro, por intermédio de estágios promovidos pelo CE. “Dessas trajetórias singulares é que deriva a ideia da qualidade de vida, associadas a uma aproximação entre dois mundos pelos quais transitam: o mundo rural e o urbano” (AZAMBUJA, 2005, p. 81)

4.3 Transição agroecológica e perspectivas para o futuro

O começo da transição dos agricultores associados às cooperativas estudadas está diretamente relacionado com a mudança do modelo em que estavam inseridas. Porém, a diferença crucial que observamos entre ambas é que

na COOPAECIA o movimento de mudança surgiu dos próprios agricultores e na ECOVALE foi um movimento implementado pelo CAPA junto à EMATER.

Para os agricultores da ECOVALE, o principal motivo pelo qual resolveram mudar o modo de produzir foi a saúde. Muitos agricultores não queriam mais plantar fumo. A busca pela diversificação da propriedade foi o pretexto mais lembrado.

As principais dificuldades apontadas pelos agricultores da ECOVALE quanto à transição vêm do fato do solo estar totalmente exaurido por conta da produção do fumo, da mão de obra ser escassa para controlar as plantas indesejáveis e, principalmente, as grandes distâncias das propriedades até o mercado consumidor. Este fatores são apontados pelos agricultores como determinantes na desistência da troca da matriz produtiva.

Para estes mesmos agricultores, quando questionados sobre o futuro da cooperativa, muitos responderam que o futuro é sombrio, outros que o número de associados está diminuindo a cada dia, e isso mostra a descrença dos associados nesse tipo de produção. Para outros, o preço alto dos produtos (praticados na loja ECOVALE) e, portanto, a dificuldade de vendê-los e fazer girar toda a cadeia de produção é visto como o principal fator de insucesso da cooperativa .

Em relação ao futuro da Agroecologia na região, as opiniões dos associados da ECOVALE se dividiram. A grande maioria respondeu que não vê com bons olhos, pois a cadeia do fumo é dominante e não tem cultura que possa substituí-la. “Pior que o pessoal se acostumou com veneno, se viciou em fumo como aqueles que se viciam nas drogas, os agricultores nem plantam mais para comer.” - depoimento do agricultor E03. Outros agricultores, um pouco mais otimistas, acreditam que a partir da Convenção Quadro e da patrulha da ANVISA, somado à maior conscientização das pessoas por alimentos saudáveis, o fumo perderá espaço e o número de agricultores ecologistas crescerá. Para um dos técnicos do CAPA haverá mudanças na região.

Penso que o Vale do Rio Pardo não é do fumo, não é o destino do Vale do Rio Pardo produzir fumo, isso é um discurso hegemônico, onde algumas autoridades locais fazem para não mexer em seus interesses. No nosso entorno no estado tem outras atividades remuneradas (erva mate, gado de leite, citrus) se tivéssemos para gastar por ano em 1 ha (agricultura orgânica) o que o fumo gasta, teríamos outros resultados. (Luiz Rogério Boemekef, 20/04/2012)

Quando os agricultores da COOPAECIA foram questionados sobre o real

motivo que os levaram a fazer a transição, responderam que a saúde estava em primeiro lugar, pois já haviam presenciado mortes por intoxicação com os agrotóxicos. O segundo fator mais citado foi o financeiro, pois a safra da uva acontece num período do ano e no resto do ano ficavam sem dinheiro. Em terceiro lugar, a preservação do meio ambiente. Também foi lembrada a preocupação com o consumidor, conforme relato que ilustra bem esse fator: “É uma satisfação produzir um produto limpo, cuidar do planeta e da saúde das pessoas. Não adianta ter um monte de dinheiro e não ter saúde, além de nos pagarem as pessoas agradecem ainda porque o produto é bom”. - depoimento C09. Alguns alegaram que o trabalho do Pe. Schio influenciou diretamente na decisão para a troca do modo de produzir

As maiores dificuldades que os agricultores da COOPAECIA encontraram no momento da transição, além do convencimento dos familiares, foram: a dificuldade com o manejo das culturas, pois não tinham um modelo a seguir; estavam fazendo história, pois foram pioneiros na região e no Brasil; não estavam capitalizados para investir em máquinas; também perderam muito tempo tentando acertar no manejo.

(...) aspecto fundamental é o reconhecimento de que a transição agroecológica não se dará de forma linear, um passo depois do outro, mas há uma dialética entre avanços e recuos, que é inerente aos processos de mudança social. É importante ressaltar também que nem todos os passos como graus crescentes de sustentabilidade, devem obrigatoriamente ser cumpridos em qualquer situação. Coexistem na sociedade sistemas com diferentes níveis de sustentabilidade, o que significa que em alguns casos certos passos já estarão superados. Também vale a pena destacar que podem existir outros passos além destes, dependendo de condições locais ou regionais específicas. Dessa maneira, não há um nível desejável ou aceitável de sustentabilidade definido a priori, que defina o limiar ou a linha divisória entre o sustentável e o não sustentável. Para cada local, região ou território, as condições socioeconômicas e culturais mudam os parâmetros, embora o foco seja sempre a construção de agriculturas sustentáveis (EMBRAPA, 2006, p. 70).

Outro fator mencionado por vários entrevistados foi a questão do transporte. No início das vendas diretas ao consumidor, os agricultores viajavam no meio das frutas e hortaliças que seriam vendidas em Porto Alegre. Quando começaram a produzir suco, o mercado foi apontado, pela grande maioria dos entrevistados, como sendo um fator que demorou a se consolidar. Abaixo segue um relato sobre como funciona hoje a transição dos novos associados da COOPAECIA.

Tem que ter informação e mercado. O Aldino entrou num grupo organizado pelo Nilson seu cunhado que sabia produzir, oportunidade ímpar. Pois, o Aldino colou no cunhado (Nilson) toda a confiança e a propriedade virou ecológica no mesmo dia, não precisou 5 anos para a transição, saiu o

veneno e o adubo químico na mesma hora (porque o mercado e a tecnologia estavam totalmente a disposição dele). O que aconteceu na realidade foi que o Nilson tinha experiência e segurança naquilo que tava fazendo ai não tem como dar errado – depoimento agricultor C09.

Em relação ao futuro da COOPAECIA, todos são enfáticos ao dizer que foi por causa da cooperativa que hoje se encontram em situação financeira favorável e, no caso da cooperativa fechar, não saberiam como proceder. “Vejo a cooperativa como uma solução para nós, porque se não tivesse a cooperativa não seríamos quem nós somos. É a saída para as vendas. Se tiver que terminar não sei o que vamos fazer.” – depoimento do agricultor C02. Para a maioria, é certo que vão continuar operando de forma associativa. Os próximos passos dos associados serão em relação à organização da cooperativa, pois terão que decidir se continuam mantendo as quatro agroindústrias, uma em cada localidade, ou se construirão uma única unidade a fim de otimizar os serviços.

O futuro da cooperativa é próspero, o que construímos em 22 anos é uma boa estrutura, perspectiva de melhorar, crescer, aprimorar os nossos produtos, a Cristina (engenheira de alimentos) que trabalha para nós há 2 anos que cuida da higiene, uniforme, boas práticas, assim temos um produto final de boa qualidade. Depoimento agricultor C07

Para o coordenador do CE, Luis Carlos Dill Rupp, a agricultura de base ecológica na região é algo viável e tem boas perspectivas futuras, pois, em 10 anos, 300 famílias aderiram ao processo de conversão. São 26 associações/cooperativas que estão espalhadas em 20 municípios e que fazem parte da Rede Ecovida. A uva continua sendo a cultura escolhida pela maioria dos agricultores que fazem conversão. No quadro 06 apresentamos o número de hectares e a produção de uva 2000 a 2012:

Quadro 06 – Produção de uva na Região Serra

Ano	Ha	Número Municípios	Produção em Ton
2000	37	07	500
2005	48	11	670
2008	51	11	660
2009	101	21	1358
2010	234	27	3744
2012	400	27	No período da entrevista não tínhamos esse dado

Fonte: Luis Carlos Dill Rupp – Coordenador CE.

Infere-se com base no Quadro 05, que houve um aumento em mais de 100% no número de hectares que hoje produzem uva orgânica. Esse aumento é muito significativo se compararmos com a região do Vale do Rio Pardo, onde está inserida a ECOVALE. Nos últimos 12 anos, o Vale do Rio Pardo não tem tido bons resultados quando o assunto é produção ecológica. Como já mencionamos, a ECOVALE teve uma diminuição significativa no quadro de associados e, em 2005, a principal cooperativa de produção ecológica - COAGRICEL (Cooperativa de Agricultores Ecológicos do Centro-Serra) fechou. A COAGRICEL, em 2002, chegou a ter 150 famílias associadas e tinha um mercado consolidado, mas, por conta do aumento da arroba de fumo, muitos agricultores abandonaram a produção orgânica e voltaram a produzir fumo.

A principal bandeira de produção alternativa lançada na microrregião Centro-Serra no final do anos 90 está com a sua expansão freada devido ao fortalecimento da cadeia produtiva do fumo. A Emater criou em junho de 1998 o Plano-piloto de Agricultura Ecológica com o objetivo de transformar a área em um polo de cultivo agroecológico e alavancar o ecoturismo rural, além de garantir uma produção mais saudável. A ideia envolveu os Municípios de Sobradinho, Arroio do Tigre, Ibarama, Segredo, Passa Sete, Estrela Velha e Tunas. Um dos maiores sinais da dificuldade de expansão no setor foi a liquidação da Cooperativa Agropecuária Centro-Serra Ltda (Coagricel), criada há cinco anos. A extinção ocorreu no final de outubro, durante assembleia dos sócios. O último coordenador Natalino Wiedenhof, afirma que o fumo rendeu bom dinheiro nos últimos anos e foi o principal motivo do fechamento. Mas aponta ainda como causas o alto custo do frete e a falta de água para irrigação das hortas (GAZETA do SUL, 17 de janeiro 2005).

Para os agricultores da COOPAECIA, a Agroecologia na região já faz parte da cultura local. Ipê foi considerada a Capital Nacional da Agroecologia.

Figura 13 - Placa de entrada da cidade de Ipê



Fonte: PICOLI, 2012.

Acreditam, também, que o número de agricultores tende a aumentar, pois a indústria convencional de vinho e suco, como já mencionado, está produzindo suco e vinho orgânicos e, por existir essa demanda, a tendência é aumentar o número de agricultores produzindo uva orgânica. “Tem pessoas que daqui alguns anos eu vejo vão trocar (o sistema de produzir) só para poder comercializar, mas não são pessoas que levam a causa, daqui alguns anos vamos mudar os pacotes ao invés de ser um pacote químico vai ser um pacote orgânico.” - depoimento agricultor C05.

A tendência vai ter uma boa crescida. São vários fatores que vão interferir. Em primeiro lugar a ecologia tá na moda o consumidor tá pedindo. Segundo, as exportações de suco e vinho tão crescendo, mas tem que ter qualidade para exportações, não pode deixar resíduo e o segundo a questão econômica. As indústrias que estão entrando no ramo do suco orgânico pagam 60 a 70% a mais que o valor da uva convencional – depoimento agricultor C01.

Portanto, diante desses depoimentos e de alguns fatos já mencionados anteriormente, verificamos que há uma tendência de aumentar o número de agricultores ecologistas na Região da Serra e uma diminuição de agricultores ecológicos na Região do Vale do Rio Pardo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a trajetória profissional da autora desta pesquisa, sempre houve interesse pelas formas associativas nas quais se inseriam os agricultores familiares. Tendo como entendimento que as cooperativas são veículos importantes para o desenvolvimento rural de uma região, por intermédio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, resolvemos responder a uma reflexão que acompanhou a autora durante muito tempo: a existência de duas cooperativas com tantos fatores sociais comuns e tão diferentes em seus desenvolvimentos.

A partir dessa constatação, constituímos a problemática deste estudo: **as práticas agrícolas dos agricultores familiares vinculados à ECOVALE e à COOPAECIA caracterizam o processo de transição agroecológica?**

Ao tentarmos responder se houve uma efetiva transição agroecológica na Região do Vale do Rio Pardo em comparação com a Região da Serra, pudemos, por meio da pesquisa, verificar que, em parte, houve, mas não nas mesmas proporções e homogeneidade da Região da Serra.

Nesta pesquisa, foi analisado o processo de transição agroecológica de agricultores familiares associados a duas cooperativas inseridas em duas regiões totalmente distintas. Foram visitados e entrevistados agricultores ecológicos, proprietários de terras nos Municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Vale do Sol, Candelária, Antônio Prado e Ipê.

Além disso, foram analisados os desdobramentos decorrentes do fenômeno estudado, questionou-se: onde vivem e qual o perfil desses agricultores, como se desenvolveram as cooperativas, como ocorreu o processo de diversificação da produção e o mercado dos produtos, como se caracteriza o processo produtivo e o que pensam esses agricultores a respeito do futuro das cooperativas e da região.

O método comparativo foi a metodologia escolhida para podermos responder, não de forma estatística, mas sim qualitativamente, sobre o nível de transição em que se encontram ambas as cooperativas.

Guardadas as devidas particularidades de cada região, como as diferenças da matriz produtiva (fumo – Vale do Rio Pardo e uva – Serra), o que realmente foi significativo no processo de transição é que os agricultores da serra, quando iniciaram o processo, não substituíram totalmente a uva convencional pela orgânica, mas encontraram nas hortaliças (feira em Porto Alegre) a base econômica para que

fosse feita a transição da uva de forma gradual e segura. Os agricultores da ECOVALE, por terem sua matriz produtiva vinculada ao fumo, não conseguiram fazer totalmente a transição e, até hoje, estão vinculados à cultura do fumo. Durante o trabalho de campo, foi possível entender que os agricultores da cooperativa ECOVALE se encontram em estágios distintos de transição. Por intermédio das 11 entrevistas feitas na Região do Vale do Rio Pardo, constatamos que o agricultor está interessado, de forma geral, em partir para a diversificação como forma de aumentar sua renda. Entretanto, a dificuldade de obter alternativas viáveis tem ocasionado retração nessa atitude.

A cooperativa ECOVALE está inserida em um meio em que a cadeia do fumo prevalece. A agricultura ecológica teve e tem dificuldades para se firmar como proposta alternativa ao fumo, pois tais experiências convivem com a instabilidade do mercado, com a inconstância climática, com a inexistência de política de apoio, e ainda, com a necessidade de conviver com a supremacia comercial do fumo na região, decorrente das garantias asseguradas às lavouras desse produto. Verificou-se que, além dos fatores citados, a pouca experiência dos agricultores na produção e na comercialização de olerícolas e frutíferas e a prática de preços baixos para determinados produtos são fatores limitantes para desenvolver uma agricultura ecológica efetiva na região.

Com o desenvolvimento deste trabalho, foi possível constatar que, particularmente no caso dos agricultores familiares da ECOVALE, o mercado é o gargalo do desenvolvimento da cooperativa, assim como a falta de espírito associativista, isso porque, no processo agroecológico, a dimensão social não foi assimilada por todos. Para Costabeber (1998), o associativismo vem sendo praticado, ultimamente, por agricultores familiares para fazer frente às dificuldades quando incorporam novas práticas agrícolas e de gestão nas suas propriedades, problemas estes que não podem ser solucionados pela via da ação individual. Em segundo lugar, no que diz respeito ao resultado do processo de ecologização, a ação coletiva se converte em motor de dito processo, já que, graças a ela, os agricultores familiares encontram condições de evoluir em direção a estágios mais avançados de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável.

Outro fator importante observado é que estas famílias que fazem parte da ECOVALE não se sentem pertencentes a esse contexto agroecológico, pois não assumiram o papel de sujeitos ativos no desenvolvimento de suas comunidades.

Isso ocorre, de certa forma, porque há uma crise na identidade desses agricultores, que ora são ecologistas e respondem a uma rede horizontal de relações e ora são agricultores convencionais inseridos em uma rede vertical do sistema integrado.

A introdução da agricultura alternativa com enfoque agroecológico, em Antônio Prado, gerou um arranjo social de produção diferente daquele vivido pelos agricultores convencionais. Dessa maneira, emergiu uma nova configuração em termos de espaços específicos para atender as necessidades desses atores. Essa nova configuração trouxe consigo o empoderamento desses atores a partir do reconhecimento e valorização dos seus saberes e práticas, tendo, como consequência, o fortalecimento do grupo que, com isso, despertou o interesse de outros.

A região de Antônio Prado aparece em destaque na proposição agroecológica, pelo tempo e número de famílias engajadas. A quantidade de associações existentes no Município de Antonio Prado e municípios vizinhos está diretamente relacionada com a integração entre diversas entidades locais, como as prefeituras municipais, o CE e a EMATER/RS.

Com relação aos agricultores da COOPAECIA, não há tanta diferença entre os níveis de transição em que estes se encontram. Observamos, por meio das entrevistas, que a idade e a opção religiosa foram fatores de agregação e de coesão do primeiro grupo formado (AECIA) na região, proporcionando uma maior homogeneidade e trazendo, assim, uma identidade sólida para os membros da associação. Os pioneiros, junto à Pastoral da Terra, tinham um propósito muito consolidado. Acreditavam que o movimento que haviam começado não poderia retroceder, era preciso que o grupo obtivesse êxito e que os mesmos fossem o exemplo de que a transição era realmente possível. De certo modo, essa coesão tornou-se uma barreira para a aproximação de outras famílias com outros perfis, pois os agricultores convidados eram aqueles que estavam no entorno dos primeiros e aqueles que realmente queriam mudar o seu modo de produzir. Hoje há um esforço para reverter esse quadro. Os associados têm consciência de que, agora, é preciso dar abertura para mais agricultores se associarem.

Neste estudo, verificamos que a renda dos agricultores da COOPAECIA é significativamente maior do que a dos agricultores da ECOVALE. Isso se deu pela agregação de valor à matéria prima por meio da agroindustrialização. De certa maneira, isso ajudou a divulgar a agricultura de base ecológica na região, servindo

de estímulo para outros agricultores. Entendemos que a agroindústria é uma estratégia para o desenvolvimento rural, pois agrega valor aos produtos e amplia a renda das famílias envolvidas.

Para os agricultores da COOPAECIA, a agricultura de base ecológica hoje faz parte de suas vidas, não necessitam mais ajuda do CE para operar. Hoje, o CE atua como parceiro na divulgação do trabalho da COOPAECIA. Para a ECOVALE, o CAPA continua sendo essencial para sua sobrevivência, e nos questionamos: se o CAPA fechar o que acontecerá com a ECOVALE?

Um dos fatores que contribuiu para o êxito da COOPAECIA está no fato de que os associados têm uma ampla participação política em vários segmentos da sociedade, inclusive na gestão do município, sendo que, no início de 2013, a cooperativa elegeu um prefeito e um vereador. Essas relações se estendem, também, às universidades (UFRGS e UCS). Esse contato direto faz gerar uma troca, pois, como foi mencionado no capítulo 4, a tecnologia utilizada até hoje para a extração de suco foi desenvolvida pela UFRGS.

Sabemos que a transição agroecológica já vem sendo estudada por muitos pesquisadores e cientistas. O tema é riquíssimo e não se esgota aqui, mas, devido ao tempo, há restrições para o alcance da pesquisa

Entendemos que este trabalho, que se enquadra na linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC: Território, Planejamento e Sustentabilidade, poderá servir como motivação para futuras pesquisas e para discussões sobre o futuro da agroecologia nas regiões estudadas.

Sendo assim, acredita-se que o tema transição agroecológica com foco comparativo nas duas regiões pode ajudar na compreensão e desenvolvimento de outras regiões que estejam vivenciando processos semelhantes.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. São Paulo: HUCITEC, 1998.

AECIA. **Associação das empresas do Centro Industrial de Arujá**. Disponível em: <www.aecia.org.br> Acesso em: 10 mai. 2012.

ALFATIN, I. **Reflexões Sobre o Conceito de Agricultura Familiar**. 2007. Disponível em: <<http://redeAgroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agriculturaFamiliar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2013.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1998. p. 33-52.

_____. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1998. 110pp. (Síntese Universitária).

_____. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Trad. Eli Lino de Jesus. Guaíba: Agropecuária, 2002.

_____.; NICHOLLS, C.I. Agroecologia: resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição. **Ciência & Ambiente**. v.27, p.141-152, jul./dez. 2003.

_____.; SILVA, E. N.; NICHOLLS, C. I. **O papel da biodiversidade no manejo de pragas**. Riberão Preto: Holos, 2003.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

ASSIS, R. L. Agricultura orgânica e Agroecologia: questões conceituais e processo de conversão. **Seropédica: Embrapa Agrobiologia**, 2005. (Documentos, 196).

AZAMBUJA, S. P. de. **Representações e práticas socioambientais: o caso dos agricultores ecologistas da AECIA/ Porto Alegre UFRGS**. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, – 2005. 257 f il. Dissertação (Mestrado) Orientador: Fábio Kessler Dal Soglio. Co-orientadora: Ana Luiza Carvalho da Rocha, 2005.

BENTO GONÇALVES. **Vinícola “MENA-KAHO”**. Disponível em:
<<http://www.vinicolamenakaho.com.br/produtos.html>> Acesso em: 09 abr. 2013.

BONILLA, J. A. **Fundamentos da agricultura ecológica: sobrevivência e qualidade de vida**. São Paulo: Nobel, 1992.

BRASIL. **Lei Federal 10.831, de 23-12-03**, Decreto 6323, de 27-12-07. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm> Acesso em: 22 fev. 2013. CAMPOS, H. A., DELEVATI, D. M. Caracterização ambiental da Região do Vale do Rio Pardo. In: **Agenda 21 Regional do Vale do Rio Pardo (RS)**/Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia não é um tipo de agricultura alternativa**. 2005. Disponível em:
<<http://www.ipcp.org.br/storage/EA/Agroecologia/Agroecologia%20n%E3o%20%E9%20um%20tipo%20de%20agricultura%20alternativa.pdf>> Acesso em: 15 dez. 2012.

_____. **Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. Brasília, 2009.

_____. **Superando a Revolução Verde: A transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul, Brasil**. 2003. Disponível em:
<http://www.freewebs.com/danielbertoli/aulas/Caporal_Superando%20a%20rev%20verde.doc> Acesso em: 04 dez. 2012.

_____. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília, 2009. Disponível em:<http://simposio.cpac.embrapa.br/simposio/projeto/palestras/capitulo_29.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2013.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER – IICA, 2004.

_____. Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.2, abr./jun. 2002. Disponível em:<http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n2/revista_Agroecologia_ano3_num2_parte04_opinioao.pdf> Acesso em: 23 jan. 2013.

CASSARINO J. P. **Dimensões iniciais necessárias à Agroecologia como proposta transformadora para o desenvolvimento rural no Brasil**– Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE/UFPR) Disponível em:
<<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Julian%20Perez%20Cassarino.pdf>> Acesso em: 04 jan. 2013.

CASSEL, G. **Agricultura familiar: escolhas e desafios**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/artigosdoministro/item?item_id=3637684>. Acesso em: 07 dez. 2012.

CEDEJOR. **Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural**. Disponível em: <<http://www.cedejor.org.br/>> Acesso em: 25 jun. 2012.

COOLMEIA. **Ideias em Cooperação**. Disponível em: <<http://www.coolmeia.com.br/675.htm>> Acesso em 22 fev. 2013.

CORREA, R. Os preparados Biodinâmicos. **Caderno Deméter**, n 1, São Paulo: Centro Deméter, 1986, 63 pp.

COSTABEBER, J. A. **Acción Coletiva e Processos de Transición Agroecológica em Rio Grande do Sul, Brasil**. Córdoba: Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos, 1998. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Córdoba, Escola Superior de Engenheiros Agrônomos e de Montes, Programa de Doutorado em Agroecologia, Campesinato e História, 1998.

_____.; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1, n.4, p.50-60, out./dez. 2000.

DICKEL, D. Curso de contabilidade e auditoria interna para cooperativas. Porto Alegre: OCERGS, 1997.

DULLEY, R. D. Agricultura orgânica, biodinâmica, natural, agroecológica ou ecológica? *Informações Econômicas*, SP, v.33, n.10, out. 2003. acesso 16/03/2013 <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/seto3-1003.pdf>

ECOCERT. **Ecocert Brasil**. Disponível em: <<http://www.ecocert.com.br/>> Acesso em: 05 set. 2012.

ECOCOOPERATIVA. **Aliança da Terra. Empresa de vinho e suco de uva orgânico**. Disponível em: <<http://www.vinhos-alianca.com.br>> Acesso em: 07 mar. 2013.

ECOVIDA. **Rede Ecovida de Agroecologia**. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/category/a-rede/certificacao/>> Acesso em: 04 set. 2012.

EFA. **Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul**. Disponível em: <<http://efasantacruz.blogspot.com.br/>> Acesso em: 03 jan. 2013.

EMBRAPA. **Marco referencial em Agroecologia**. Brasília: DF, Embrapa Informação Tecnológica 2006. Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/titulos-avulsos/marco_ref.pdf> Acesso em: 22 nov. 2012.

ETGES, E. V. **Sujeição e Resistência**: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul: Editora da FISC, 1991.

FABRIS, A. J. **Cooperativas da Agricultura Familiar**: O caso das cooperativas do território Médio Alto Uruguai e sua contribuição para o desenvolvimento regional 2012. Dissertação de Mestrado 133 f. Santa Cruz do Sul. UNISC. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Regional, 2012.

GHINI, R.; BETTIOL, W. Proteção de plantas na agricultura sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.17, n.1, p.61-70, jan./abr. 2000.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. 653p.

GUSSON, M. A importância estratégica das feiras ecológicas para o resgate e preservação da biodiversidade na agricultura familiar do Alto Uruguai (RS) In: LOVATO, P. E. & SCHIMDT, W. (org.). **Agroecologia e Sustentabilidade no Meio Rural**. Argos, Chapecó, 2006.

GUZMÁN, S. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. (Org.) **Reconstruindo a agricultura**: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, pp.19-32.

INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, 1996

JESUS, E. L. de. Da agricultura alternativa à Agroecologia: para além das disputas conceituais. **Agricultura sustentável**. Jaguariúna: EMBRAPA-CNPMA, v.3, n.1/2, p.13-27, Jan./Dez. 1996.

JTI. **Japan Tobacco International**. International Tobacco Group Company. Disponível em: <www.jti.com> Acesso em: 23 abr. 2012.

KARNOPP, E. Agricultura Familiar no Contexto Regional. **Redes**. Universidade de Santa Cruz do Sul- vol. 2, n.2 dez 1997 – Santa Cruz do sul: Editora da Unisc, 1997.

_____. Desafios e Perspectivas para o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável: o caso da região do Vale do Rio Pardo (Brasil). **Actas Latino-americanas de Varsóvia**, Varsóvia, v. 26, 2003.

KHATOUNIAN, C.A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001. 348p.

KERBER, M. **Análise das trajetórias de transição dos produtores de base ecológica de Ibiúna/SP**: identificação e caracterização de indicadores sociais de

sustentabilidade. 2009. 147 f Dissertação de Mestrado – UFSCAR, São Carlos, 2009.

KLARMANN, H. **Região e identidade regional**: um estudo da espacialidade e representatividade regional no Vale do Rio Pardo. Santa Cruz do Sul. 1999

KOEPF, H. H.; PETTERSSON, B. D. e SCHAUMANN, W. **Agricultura biodinâmica**. São Paulo: Nobel, 1983.

LIMA, A. J. P. de. **Desenvolvimento da agricultura e sistemas de produção agroecológicos**: um estudo no Município de Ipê – RS. 2005. 162 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

LIMA, R. G. de. **Práticas alternativas e convencionais na cultura de fumo estufa**: estudo de casos. 2000. 388 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2000.

LIMA, R. G. de; WIZNIEWSKY, J. G. e MARTINS, S. R. Os desafios da sustentabilidade para o desenvolvimento rural da região do Vale do Rio Pardo, RS. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 613-650, set./dez. 2005

LOPES, J. A. V. **Cooperativismo contemporâneo**: Caminho para a sustentabilidade, Brasília, Confembras, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Hucitec, 1987.

MLADENATZ, G. **História das doutrinas cooperativistas**. Trad.: José Carlos Castro; Maira da Graça Leal; Carlos Potiara Castro. Brasília: Confembras, 2003.

MEIRELLES, L. C. **Controle de agrotóxicos: estudo de caso do Estado do Rio de Janeiro, 1985/1995**. Dissertação de mestrado. Programas de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

_____. **Agricultura Ecológica e Agricultura Familiar**. 2002. Disponível em: <<http://www.centroecologico.org.br>>. Acesso em: 31 out. 2012.

_____. **Produto Orgânico ou Produto Ecológico?** 2000. Disponível em: <<http://www.centroecologico.org.br>>. Acesso em: 31 out. 2012.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó, UniChapecó, Editora Argos, 2005, 338p.

MORIN, E. **O método**. Porto Alegre: Sulina, 1998.

MOURA, L. D'A. de. **A organização social das inovações técnicas dos agricultores da Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado (AECIA) – RS.** Orientador Vivien Diesel. – Dissertação. Santa Maria, 2008. 125 f.

MÜLLER, J.M; LOVATO, P. E. e MUSSOI, E. M. **Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições:** O caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima/SC. Disponível em: <http://www.seaembu.org/docs/transicao_para_agroecologia.pdf> Acesso em:15 abr. 2013.

OLIVEIRA, D. de; SANTOS, L. C. R. dos. **Caderno de formação:** certificação participativa de produtos ecológicos. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004.

_____. **Mercados e reprodução social:** um estudo comparativo entre agricultores ecologistas e não ecologistas de Ipê-RS/Porto Alegre, 2007.211 f. : il.Orientador: Marcelo Kunrath Silva, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007.

_____. de, ARAÚJO, P. J. **Relatório de pesquisa projeto “Sementes e brotos” da transição:** Inovação, Poder e Desenvolvimento em Áreas Rurais do Brasil (IPODE). Estudo comparativo de duas práticas de produção agroecológica: AECIA (AntônioPrado/RS) e Assentamento de Bom Sucesso (RN) UFRGS, 2010.

PAULUS, G. **Do padrão moderno à agricultura alternativa:** possibilidade de transição. 1999. Dissertação (Mestrado), Centro de Ciências Agrárias, Curso de Pós Graduação em Ecossistemas, UFSC, 1999.

PERIUS, V. **Problemas estruturais do cooperativismo.** Porto Alegre: Companhia Rio Grandense de Artes Gráficas (Corag), 1983.

PINHEIRO S. AURVALE A. & GAZZINELLI M. J. **Agropecuária sem veneno.** LL & PM editores, Porto Alegre, 1985.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil** – da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004

PORTUGAL, A. D. **O desafio da agricultura familiar.** Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>> Acesso em: 07 dez. 2012.

REDEH. Rede de Desenvolvimento Humano. **Super Magro.** Manual de capacitação. Disponível em: <<http://www.adaptasertao.net/uploads/pdfs/5.%20Supermagro.pdf>> Acesso em: 26 jan. 2012.

SACHS, I. **Espaços, tempo e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, B. de S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHMIDT, J. P.; GOES, C. H. B. Cooperativismo no Vale do Rio Pardo. In.: CORREA, S. M. de S.; ETGES, V. E. (Orgs) **Território e população: 150 anos de Rio Pardo**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 125-164.

SCHMITT, C. J. **Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da região Serrana do Rio Grande do Sul, Brasil, 2001**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SCHNEIDER, S.; SCHIMITT, C. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: v.9, p.49 - 87, 1998.

_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p.99-123, 2003.

SILVEIRA, R. L. L.; CAMPOS H. Á. Processos participativos em experiências recentes de planejamento regional: o caso do Vale do Rio Pardo (RS) **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 203 – 216, jan/abr 2012. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/2687/1875>>. Acesso em: 14 jul. 2012.

TEDESCO, J. C. **Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo/ Editora Universitária, 2001.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento rural. O Brasil precisa de um projeto**. Texto inédito, 1998.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p.23-56.

WEBER, J. M. **Feira Ecológica: Estudo de caso da experiência desenvolvida pelo CAPA (Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul)**. Seropédica: UFRRJ, 2002. 28p. (Monografia, Pós-graduação Lato Sensu em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

ANEXOS

ANEXO A
ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS AGRICULTORES DE AMBAS AS
COOPERATIVAS

Dados do agricultor

1. Nome: _____
2. Idade: _____
3. Escolaridade¹: _____
4. Sexo: 1fem() 2mas()
5. Localização da propriedade: _____
6. Associação: _____
7. Tamanho da propriedade (ha): _____
8. Renda em R\$: _____
9. N^o de dependentes: _____
10. Escolaridade de cada dependente: _____
11. Data da Entrevista: _____

12. Há quanto tempo a propriedade pertence a este dono?
 +de20anos -de10anos +de40anos -de5anos
13. A propriedade é arrendada? _____
14. Quantas pessoas trabalham na propriedade? _____
15. Qual a idade de cada pessoa que trabalha na propriedade?

16. Renda bruta de cada integrante? _____

17. A renda familiar vem toda da agricultura?
 sim não _____ (atividade complementar)

18. Quantos ha são destinados à agricultura orgânica?

19. Quais são os produtos produzidos organicamente?

20. Quantos ha são destinados a outra produção?

21. Produtos produzidos na propriedade para comercialização

fumo hortaliças frangos/galinhas/ovos porcos bovinos

caprinos ovinos leite e derivados frutas mudas e sementes

panifícios peixes geléias lenha madeira grãos processados

embutidos

outro: _____

22. Qual é a forma de comercialização do produto orgânico?

23. Quais as maiores dificuldades na comercialização?

24. Possui algum tipo de certificação?

25. Visualiza outras maneiras de comercialização não praticadas até hoje?
Porque não as pôs em pratica? O que impede?

26. Como entrou para a ECOVALE/COOPAECIA?

27. Qual foi o real motivo para começar a produzir de forma orgânica e como foi o início da produção?

28. Quais são as outras formas de obtenção de renda da família orgânicos/fumo.
Renda anual líquida e bruta.

29. Quais as maiores dificuldades encontradas na transição para a agricultura ecológica?
30. O que poderia mudar na ECOVALE/COOPAECIA?
31. Como você vê o futuro da ECOVALE/COOPAECIA?
32. Qual a sua opinião sobre o papel da assistência técnica (CAPA/CENTRO ECOLÓGICO)?
33. Como você vê o futuro da Agroecologia na região?

ANEXO B

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS TÉCNICOS

1. Nome:
2. Cargo na entidade:
3. Profissão:

4. Qual foi a trajetória da entidade, histórico.

5. Quanto tempo trabalha na instituição?
6. Quanto tempo esta como presidente
7. Qual a frequência de reuniões dos associados, como se dá as eleições para presidente da cooperativa.

8. Qual a tua avaliação quanto a contribuição da ECOVALE/ COOPAECIA para o desenvolvimento da sua região de 2000 para 2011?

9. Os agricultores associados a ECOVALE/COOPAECIA tem sua reprodução social baseada na Agroecologia?

10. Quais são as principais estratégias utilizadas para a reprodução social dos agricultores associados?

11. Como vocês caracterizam o tipo de agricultura praticada pelos agricultores da Cooperativa? Orgânica, ecológica, biodinâmica, natural

12. No teu entendimento, as práticas agrícolas dos agricultores associados à ECOVALE e à COOPAECIA, caracteriza processo de transição agroecológica?

13. Quais as maiores dificuldades encontradas pelos agricultores na transição?

14. Quais foram às experiências que deram certas e quais experiências que não? Quais os motivos do sucesso ou do insucesso de tais experiências?

15. Como tu vês o futuro da Agroecologia na região? Já que a técnica Agroecologia esta interiorizada pelos agricultores quais os próximos passos para a cooperativa, como será a continuidade desta.

16. Acredita na transição agroecológica, mesmo tendo uma cadeia de produção de (tabaco/ aviário, maçã, suínos) muito consolidada na região.